

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCP
Mestrado em Ciência Política

FELIPE INFANTE KNAUER ALMEIDA

OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE: OS IMPACTOS DE UMA
POLÍTICA PÚBLICA CRIADA PARA MITIGAR A CRIMINALIDADE
NO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO – RJ

2022

FELIPE INFANTE KNAUER ALMEIDA

OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE: OS IMPACTOS DE UMA
POLÍTICA PÚBLICA CRIADA PARA MITIGAR A CRIMINALIDADE
NO RIO DE JANEIRO

Dissertação para obtenção do título de mestre apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições e Políticas Públicas

Autorizado em: 20/10/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^o. Vinicius Pinheiro Israel (Orientador - UNIRIO)

Prof. Dr^o. Steven Dutt Ross (Avaliador Interno - UNIRIO)

Prof. Dr^o. Leonardo Mazzurana (Avaliador Externo - UERJ)

CATALOGAÇÃO INFORMATIZADA PELO(A) AUTOR(A)

I447

Infante Knauer Almeida, Felipe

Operação Segurança Presente: os impactos de uma política pública criada para mitigar a criminalidade no Rio de Janeiro / Felipe Infante Knauer Almeida. - Rio de Janeiro, 2022.

178

Orientador: Vinicius Pinheiro Israel.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2022.

1. Segurança Pública. 2. Polícia Militar. 3. Segurança Presente. 4. Influência política. 5. Criminalidade. I. Pinheiro Israel, Vinicius, orient. II. Título.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os impactos da implantação e expansão do Programa Operação Segurança Presente (OSP), nos primeiros bairros da cidade do Rio de Janeiro, como uma política pública criada para mitigar a criminalidade nas regiões comerciais, turísticas e de grande circulação de pessoas nas áreas cariocas. Inicialmente pensado para atender a demanda estadual frente aos jogos olímpicos, que seriam realizados na cidade em 2016, quando o país e o Estado estariam no palco internacional das atenções. Foi quando em 1º de janeiro de 2014, deu início à inauguração da primeira base do Programa Operação Segurança Presente (OSP), no bairro da Lapa, região boêmia e central da Cidade. Iniciava assim a conhecida Lapa Presente. Após os resultados da primeira base, em 1º de dezembro de 2015, foi inaugurada no Méier, na Lagoa Rodrigo de Freitas e no Aterro do Flamengo a Operação Segurança Presente, uma iniciativa de interesse público, fruto de uma parceria entre o Governo do Estado e o Serviço Social do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (SESC/RJ). Posteriormente, no dia 4 de julho de 2016, a Operação chegou ao Centro do Rio. Com atuação voltada para uma polícia de proximidade, com enfoque no respeito ao indivíduo, através de uma “abordagem cidadã”, pautada nos princípios constitucionais e de direitos humanos com objetivo de legitimar cada ação. Sem perder a essência da atividade policial de patrulhamento e preservação da ordem pública como princípio norteador legal, a coordenação do programa busca no relacionamento mais próximo com a população local uns dos diferenciais, através de encontros com representantes do comércio local, associação de moradores, representantes da sociedade civil, entidades de assistência social, ordenamento urbano, defesa civil e delegacias. É neste contexto que foram levantadas duas perguntas principais acerca da OSP, a saber: se houve queda nos índices de criminalidade nos locais onde a Operação Segurança Presente passou a atuar e verificar se a escolha dos locais de inauguração das Bases sofreu interferências políticas. Com relação aos índices, foi observado que houve queda substancial na maioria das Bases comparando o antes e depois da OSP. Já em relação a interferência política na escolha dos locais de Operação, foi verificado a utilização de critérios técnicos e políticos tendo em vista que a cidade do Rio iria sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Porém, também foi observado que existe uma pressão política dos chefes do Executivo e membros do legislativo para que novas Bases sejam instaladas nos diversos municípios e bairros do Estado. Alguns são atendidos pelo Governador através do Secretário de Governo, analisando a viabilidade técnica e impactos na área de segurança pública e ganho de capital político junto aos parlamentares e a região beneficiada.

PALAVRAS-CHAVES: Segurança Presente; Abordagem cidadã; Polícia Militar; Segurança Pública.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the impacts of the implementation and expansion of the Operação Segurança Presente Program (OSP), in the first neighborhoods of the city of Rio de Janeiro, as a public policy created to mitigate crime in commercial, tourist and large circulation regions. of people in Rio's areas. Initially thought to meet the state demand for the Olympic Games that would be held in the city in 2016, when the country and the state would be on the international stage of attention. That was when, on January 1, 2014, the inauguration of the first base of the Operação Segurança Presente Program (OSP) began, in the neighborhood of Lapa, a bohemian and central region of the city. Thus began the well-known Lapa Presente. After the results of the first base, on December 1, 2015, the Operação Segurança Presente was inaugurated in Méier, Lagoa Rodrigo de Freitas and Aterro do Flamengo, an initiative of public interest, the result of a partnership between the State Government and the Social Service of Commerce of the State of Rio de Janeiro (SESC/RJ). Subsequently, on July 4, 2016, the Operation arrived in downtown Rio. With a focus on proximity police, with a focus on respect for the individual, through a “citizen approach”, based on constitutional and human rights principles with the aim of legitimizing each action. Without losing the essence of the police activity of patrolling and preserving public order as a legal guiding principle, the program's coordination seeks to establish a closer relationship with the local population as one of the differentials, through meetings with representatives of local businesses, residents' associations, representatives of civil society, social assistance entities, urban planning, civil defense and police stations. It is in this context that two main questions were raised about the OSP, namely: whether there was a drop in crime rates in the places where Operação Segurança Presente started to act and whether the choice of locations for the inauguration of the Bases suffered political interference. Regarding the indices, it was observed that there was a substantial drop in most of the Bases comparing the before and after the OSP. In relation to political interference in the choice of locations of Operation, the use of technical and political criteria was verified, considering that the city of Rio would host the 2016 Olympic Games. However, it was also observed that there is political pressure from the chiefs of the Executive and members of the legislature so that new Bases are installed in the various municipalities and neighborhoods of the State. Some are attended by the Governor through the Secretary of Government, analyzing the technical feasibility and impacts in the area of public security and gain of political capital with parliamentarians and the benefited region.

KEY WORDS: Present Security; Citizen approach; Public Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Variação média anual de crimes e de indicadores de atividade policial, por tipos no Estado do Rio de Janeiro – 1985-2006	45
Figura 2 - Sequência de inaugurações das operações do Programa Segurança Presente ..	65
Figura 3 - Página da Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS)	86
Figura 4 - Página da Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança (continuação)	87
Figura 5 - Locais de atuação das Operações Presente	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Datas de Instalação das Unidades de Polícia Pacificadora até janeiro de 2012	48
Tabela 2 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Aterro Presente -2022	97
Tabela 3 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Lagoa Presente - 2022	99
Tabela 4 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Méier Presente - 2022	99
Tabela 5 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Centro A Presente - 2022	100
Tabela 6 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Centro B Presente - 2022	101
Tabela 7 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Centro C Presente - 2022	102
Tabela 8 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Centro D Presente - 2022	102
Tabela 9 - Linha histórica de inauguração das operações presente	107
Tabela 10 - Criminalidade registrada dentro das Comunidades Antes e Depois da instalação das UPPs	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Homicídios por 100 mil habitantes no governo Moreira Franco	32
Gráfico 2 - Série histórica (1980 - 2015)	55
Gráfico 3 – Roubo de rua da Base Lagoa Presente (2014 até 2020)	114
Gráfico 4 – Roubo de veículos da Base Lagoa Presente (2014 até 2020)	114
Gráfico 5 – Letalidade violenta da Base Lagoa Presente (2014 até 2020)	115
Gráfico 6 – Roubo de rua da Base Aterro Presente (2014 até 2020)	116
Gráfico 7 – Roubo de veículos da Base Aterro Presente (2014 até 2020)	116
Gráfico 8 – Letalidade violenta da Base Aterro Presente (2014 até 2020)	117
Gráfico 9 – Roubo de rua da Base Méier Presente (2014 até 2020)	118
Gráfico 10 – Roubo de veículos da Base Méier Presente (2014 até 2020)	118
Gráfico 11 – Letalidade violenta da Base Méier Presente (2014 até 2020)	118
Gráfico 12 – Roubo de rua da Base Centro Presente (2015 até 2020)	119
Gráfico 13 – Roubo de veículos da Base Centro Presente (2015 até 2020)	120
Gráfico 14 – Letalidade violenta da Base Centro Presente (2015 até 2020)	120

LISTA DE SIGLAS

ADA Amigo dos Amigos

AISP Área Integrada de Segurança Pública

ALERJ Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

ARENA Aliança Renovadora Nacional

BPM Batalhão de Polícia Militar

BM Bombeiro(s) Militar(es)

BOPE Batalhão de Operações de Policiais Especiais

CFAP Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

CISP Circunscrição Integrada de Segurança Pública

COB Comitê Olímpico Brasileiro

CPP Coordenadoria de Polícia Pacificadora

CPROEIS Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança Pública

CV Comando Vermelho

DETRAN Departamento Estadual de Trânsito

DGTIT Departamento Geral de Tecnologia da Informação e Telecomunicações

DP Delegacia Policial

DRACO-IE Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais

DPJM Delegacia de Polícia Judiciária Militar

ECO-92 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

FECOMÉRCIO - RJ Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro

FISED Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social

GAPE Grupamento de Aplicação Prática-Escolar

GLO Garantia da Lei e da Ordem

GRP Guarda Real de Polícia

GPAE Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais

ICMS Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias

ISP Instituto de Segurança Pública

MDB Movimento Democrático Brasileiro

NEEP Núcleo de Estratégia e Estatística de Projetos

NPM New Public Management

NUINT Núcleo de Inteligência

OAB Organização dos Advogados do Brasil

OBF Operação Barreira Fiscal

OLS Operação Lei Seca

OEA Organização dos Estados Americanos

ONG Organização Não Governamental

ONU Organizações das Nações Unidas

OSP Operação Segurança Presente

ONG Organização Não Governamental

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PCC Primeiro Comando da Capital

PCERJ Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

PDT Partido Democrático dos Trabalhista

PM Policial(is) Militar(es)

PMERJ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMDB Movimento Democrático Brasileiro

POP Policiamento Orientado para o Problema

PPP Parceria Público-Privada

PT Partido dos Trabalhadores

RAS Regime Adicional de Serviço

RISP Região Integrada de Segurança Pública

SECCG Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

SEGOV Secretaria Estadual de Governo

SEPM Secretaria de Estado de Polícia Militar

SDSDH Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECCG Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

SEI Sistema Eletrônico de Informação

SEPOL Secretaria de Estado de Polícia Civil

SEOP Secretaria de Ordem Pública

SESC-RJ Serviço Social do Comércio do Estado do Rio de Janeiro

SINDPOL Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro

TCP Terceiro Comando Puro

UPP Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA, A QUESTÃO DA PESQUISA E SUA RELEVÂNCIA	18
3. REFLEXÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS DO PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO	21
4. POLÍTICAS DICOTÔMICAS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA E MOVIMENTO PENDULAR	26
4.1. O governo Brizola	28
4.2. O governo Moreira Franco	31
4.3. O segundo governo Brizola	34
4.4. O governo Marcello Alencar	35
4.5. O fim do movimento pendular com o governo Garotinho.....	37
4.5.1 O policiamento comunitário do governo Garotinho	39
4.6. O governo Rosinha Garotinho	40
4.7. O governo Sérgio Cabral	45
4.7.1 GPAAE como embrião para as UPPs.....	46
4.7.2 A origem das UPPs.....	48
4.7.3 A crise do governo Cabral e a renúncia.....	51
4.7.4 A criação da primeira base da Operação Segurança Presente (OSP)	52
4.8 O governo Luiz Fernando de Souza (Pezão).....	53
4.8.1 Queda de receita	55
4.8.2 A disputa por territórios entre o poder paralelo das facções criminosas e das milícias	56
4.8.3 Segundo a Constituição de 1988, a preservação da Ordem Pública é dever de todos	59
4.8.4 A expansão do programa Operação Segurança Presente (OSP).....	65

5. UMA TENTATIVA DE SOLUÇÃO PARA AS DEMANDAS DA SEGURANÇA PÚBLICA	67
5.1. O caso UPP	68
5.2 A greve das Polícias e Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro	72
5.3 Crise fiscal e os problemas na expansão dos programas	74
6. AS OSP SOB A ÓTICA DE SEUS GESTORES	75
6.1 A OSP como nova modalidade de polícia de proximidade	75
6.2 Início das Operações Segurança Presente	79
6.2.1 Dificuldades enfrentadas no início das Operações	81
6.2.2 Avanços do Programa OSP	84
6.2.3 O crescimento do Programa e sua viabilidade.....	88
6.3 A OSP e os novos gestores.....	91
6.3.1 Dificuldades enfrentadas para a manutenção e crescimento da OSP	94
6.3.2 Efetivo médio de uma Base e a ocupação territorial da OSP	95
6.3.3 As evoluções e conquistas da OSP	104
6.4 Novas bases pelo Estado.....	105
7. OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES PRESENTE.....	111
7.1 Análise criminal na OSP	113
7.1.1 Lagoa Presente.....	114
7.1.2 Aterro Presente	116
7.1.3 Méier Presente	117
7.1.4 Centro Presente.....	119
8. ESCOLHAS E RUMO DA OSP	122
9. CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS	138
ANEXO.....	143
APÊNDICES	151

1. INTRODUÇÃO

O tema segurança pública tem sido estudada por anos no Brasil e no mundo, sobretudo a partir da década de 70. Assim como em outros países da América Latina, o Brasil passou por uma grave crise na área da segurança pública, com altas taxas de incidência criminal que avançou gradativamente ao longo dos anos 80 e 90. Desde os anos 70, o problema da violência vem sendo tratado como um problema de polícia. Porém, hoje já é conhecido por pesquisadores e institutos que estudam a criminalidade, que até o indivíduo cometer um ilícito, várias outras áreas do estado deixaram a desejar no que diz respeito a políticas públicas de inserção do cidadão na sociedade.

Este estudo tem por escopo analisar os impactos de uma política pública criada para diminuir os índices de criminalidade no Rio de Janeiro. A partir da melhora no entendimento teórico e prático sobre o policiamento de proximidade, foi possível a criação e expansão das Operações Segurança Presente (OSP).

Um evento criminal será sempre um ponto para reflexão na construção do sentimento de insegurança desencadeando estudos e discussão sobre a criminalidade no Brasil (COSTA; LIMA, 2018). Implicando compreender a gestão da atividade policial e quais são mais harmônicas as necessidades da sociedade. A segurança pública é oriunda de relações de cunho político e institucional e, desta forma, não é pertinente utilizar somente as bases teóricas para determinar as ações estatais, sendo assim importante sistematizar o estudo das práticas que lhes dão sustentação (COSTA; LIMA, 2014).

É em um cenário de interesses diversos e seus conflitos oriundos da forma de se fazer política que a segurança pública no Rio de Janeiro desafia o Estado e seus governantes. Segundo o julgamento do que é política, Hannah Arendt, define como sendo a construção de uma relação entre os diferentes (ARENDRT, 2002). Visualiza-se que variados programas na segurança pública são formados a cada novo governo e muita energia é despendida em soluções, mas o problema permanece.

Nessa procura social surgem as melhores práticas na mitigação da criminalidade, sendo uma delas o relacionamento junto a sociedade, fundamentada na inteligência e informação que busquem a eficiência no âmbito da investigação policial (LIMA, 2016). Explica ainda Lima (2016), que a gestão voltada para inovação proporciona a descoberta

de outras formas de se atuar, da elaboração de base de dados, gestão, divulgação e a reutilização do conhecimento na práxis.

Desta forma, é imprescindível entender como a polícia militar é profícua em conhecimentos e práticas, contudo, diferentes aprendizados não se sustentam entre gestões governamentais. Nota-se, por conseguinte, ações prioritárias na melhoria dos processos que assistem à sociedade. Isto posto, deparamo-nos com o conhecimento, e sua gestão, um valor intangível em uma instituição (AMORIM, 2012). Assim a memória organizacional da polícia precisa ser tratada e transformada adequadamente em conhecimento a ser utilizado e examinado frequentemente pelas instituições policiais.

Este estudo busca verificar os impactos da implantação e adaptação da OSP nos bairros, comparados a outros arquétipos de gestão policial com foco no atendimento às necessidades em Segurança Pública sob a lucidez dos princípios legais. A atividade policial tem seu lugar de importância na resolução de desordens, e esse ambiente favorece que o encarregado de cumprir a lei esteja no processo decisório e no atendimento às necessidades reais da sociedade.

As Operações Segurança Presente busca criar interação ou pelo menos, atrelar todas as partes interessadas, por meio de suas competências e habilidades individuais e, também, suas capacidades de relacionamento, trazendo a flexibilidade como fator constitutivo nas ações efetuadas, levando o processo decisório para aqueles que estão na atividade fim. Serão considerados os eixos centrais da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, sua constituição, bem como, o atual sistema e os aspectos políticos e gerenciais, os atuais programas, formas de financiamento e um estudo das Operações Presente no combate à criminalidade e melhora na qualidade de vida dos cidadãos fluminense, começando pelos quatro primeiros programas, objetos desse estudo: Lagoa, Aterro do Flamengo, Méier e Centro.

A idealização das Operações Segurança Presente (OSP) veio como uma escolha para um governo com dificuldades econômica e fiscal, posto que a arrecadação do estado enfrentava à época, segundo o governo, a pior crise dos últimos dez anos, com um déficit de cerca de R\$ 2,5 bilhões. O governo atribuiu a queda do ICMS, da crise da Petrobras e a redução do valor do barril do petróleo. Ainda que se tenha o conceito de valor do dinheiro apenas em discursos, não há ainda no modelo brasileiro um Comparador de Setor Público que estabeleça o fornecedor de serviços adequado para um projeto do setor público. Fica

restrito, deste modo, proposições para mensurar, quantitativamente e qualitativamente, os potenciais modos de gestão de um projeto.

Este estudo tem o objetivo geral de verificar os impactos do Programa Operação Segurança Presente (OSP) no controle da criminalidade e na queda dos índices de violência onde atua.

Os objetivos específicos deste estudo, listam-se em:

- Examinar as operações Segurança Presente, definindo o que são elas; analisando suas características, seus resultados e impactos;

- Analisar a série histórica de delitos do período de dezembro de 2013, ou seja, um ano antes da inauguração das operações, a dezembro de 2020 (últimos dados coletados), nas áreas de atuação das Operações Segurança Presentes, a saber - Operações Aterro, Lagoa e Méier. No caso do Centro Presente, de 4 de julho de 2015, ou seja, um ano antes da inauguração das operações, a dezembro de 2020 (últimos dados coletados). Como séries específicas os seguintes crimes serão analisados: roubo a transeunte, roubo de telefone celular, roubo de veículo, letalidade violenta, roubo a turista (em algumas operações).

- Analisar quais são os critérios para a implantação do Programa Operação Segurança Presente, em determinadas áreas da cidade em detrimento de outras, e de que forma as estruturas já existentes nos Batalhões da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro podem auxiliar na expansão dessa política pública para todos os municípios fluminenses.

A presente pesquisa está dividida em nove capítulos: o primeiro é a introdução, já apresentada anteriormente. No segundo capítulo foi feita uma apresentação do tema, a questão da pesquisa e sua relevância para a Ciência Política, mais precisamente para a política pública na área de segurança do estado do Rio. Foi tratado neste capítulo os problemas de pesquisa, as hipóteses levantadas, os bancos de dados utilizados e as entrevistas realizadas para embasar o presente estudo científico.

Já no terceiro capítulo, será feita uma reflexão histórica e teórica do panorama da segurança pública no Rio de Janeiro e o contexto do desenvolvimento da Guarda Real de polícia até os dias de hoje. Será abordado a utilização indevida da polícia militar em

situações que não abarcam sua função constitucional, bem como a carta magna expressa sobre sua missão precípua.

No quarto capítulo, será tratado das escolhas políticas dicotômicas na área da segurança pública desencadeando um movimento pendular, gerando crises e esgotando modelos de policiamento a cada pleito eleitoral, demonstrando que as políticas pública implementadas por diversos políticos, partidos e orientação ideológicas diferentes, não tem conseguido resolver o problema da criminalidade na Cidade, além de gerar constantes prejuízos para as polícias, sobretudo, a Polícia Militar, recorte desse estudo. Será feita uma breve descrição das medidas adotadas desde o primeiro governo pós redemocratização, começando por Leonel Brizola (1983-1987), Moreira Franco (1987-1981), segundo governo Brizola (1991-1994), Marcello Alencar (1995-1999), Anthony e Rosinha Garotinho (1999-2007), Sérgio Cabral (2007-2014) até o governo Luiz Fernando de Souza, “Pezão” (2014-2018). De forma a contextualizar os reveses criados politicamente e as desastradas adoções de medidas para combater o crime organizado e a violência no Estado do Rio de Janeiro.

No capítulo quinto, será feita uma análise sobre a crise da era Cabral e Pezão, a queda na arrecadação, os problemas enfrentados pelo comando da polícia diante da crise fiscal e de enfrentamento da criminalidade nas favelas da cidade. O tema UPP será encarado com as informações fornecidas pelos meios de comunicação, pesquisas e, principalmente, baseado na entrevista concedida a este pesquisador pelo então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame (2007 - 2016), o qual foi responsável pela pasta da segurança pública durante todo período do governador Sérgio Cabral (2007 - 2014) e início do governo Luiz Fernando Pezão. A entrevista esclareceu aspectos da criação, expansão, manutenção e dificuldades das UPPs. Também será abordada a greve das polícias e Corpo de Bombeiros diante do atraso no pagamento de salários e 13º salário, bem como condições de serviços.

Já no capítulo sexto, falaremos das dificuldades enfrentadas no início das Operações, dos avanços do Programa, dos novos gestores, das dificuldades enfrentadas para a manutenção e crescimento da OSP, das evoluções e conquistas da Operação, aludindo os conceitos, motivações, características, principais partes envolvidas, área de atuação, criação de novos programas como propostas de segurança pública para o Estado. Neste capítulo, será explicado como a OSP tem se apresentado como uma nova

modalidade de polícia de proximidade em atenção às demandas atuais da sociedade fluminense baseada nas entrevistas dos principais atores envolvidos na Segurança Presente. Tais entrevistas possibilitaram entender os bastidores da OSP, suas demandas e principais desafios do passado, presente e perspectivas para o futuro. Na parte final do capítulo, citaremos os problemas para a expansão dos programas, analisando de forma objetiva, apontando os impactos na condução da segurança pública e, obviamente, na inauguração de novas bases.

No capítulo sétimo, trataremos dos resultados da OSP, abordando a análise criminal das Bases: Lagoa Presente, Aterro Presente, Méier Presente e Centro Presente. Os resultados da OSP, os dados e análise criminal divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), Núcleo de Inteligência e Estatística da Secretaria de Governo (SEGOV) e o banco de dados Gerencial Web da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPC), além das novas bases e área de atuação das Operações Segurança Presente (OSP).

Por fim, será feita uma discussão no capítulo oitavo sobre as escolhas e o futuro da OSP, além de todos os aspectos tratados anteriormente, fechando no capítulo nove com a conclusão do estudo sobre os impactos de uma política pública criada para mitigar os índices de criminalidade nos locais onde foram inauguradas, bem como respondendo aos problemas levantados na pesquisa e sua abrangência.

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA, A QUESTÃO DA PESQUISA E SUA RELEVÂNCIA

A presente pesquisa é de suma importância, pois traz à baila um dos principais problemas dos moradores do Rio de Janeiro, que segundo os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), são os altos índices de crimes que envolvam algum tipo de violência, além, é claro, de serem metas de governo a queda dos indicadores de criminalidade por parte de todos os atores envolvidos na segurança pública. O modelo de policiamento tradicional, Rádio Patrulhas (RP), Policiamento Tático Motorizado (PATAMO), Patrulhamento Motorizado Escolar (PAMESP), Policiamento Ostensivo a Pé (POP) entre outros já executados diariamente nas ruas do Rio, tem sido muito cobrado por setores da sociedade e de Institutos de pesquisas no cumprimento de metas estatísticas

estipuladas por autoridades da área de segurança pública. Nesse contexto, surge o Programa Segurança Presente como um tipo de policiamento, que tem por objetivo proporcionar mais sensação de segurança à população, além de combater à criminalidade nos locais de maior aglomeração (área comercial, de serviços e turísticas) de pessoas e consequentemente, locais onde ocorrem maior cometimento dos chamados crimes contra o patrimônio (furtos, roubos, estelionatos, “saidinhas de banco”, etc.), consumo e venda de entorpecentes, além de lesões corporais e homicídios. Ou seja, os principais crimes que assolam a população fluminense, dos quais a mesma tem pressa em resolver.

Com o aumento da violência, os crimes e a sensação de insegurança por parte dos cidadãos são áreas de interesse público e o êxito de algumas políticas de segurança pública vem demonstrando que existem políticas públicas que podem ajudar a reduzir diversos crimes. Uma estratégia que tem sido usada para somar esforços contra o crime organizado é a contratação de pessoas pela SEGOV, com treinamentos na área de segurança pública e disciplinas conexas, como a Criminologia, a Sociologia e a Ciência Política para estudarem esse fenômeno: a criminalidade. Com a necessidade de metrificar os resultados das políticas públicas implementadas pelo governo, foram criados instrumentos rigorosos de avaliação do desempenho das atividades policiais. Essa área cresceu, se diversificou, e os programas de segurança pública (Operação Segurança Presente, Barreira fiscal, Lei Seca e Marcha da Cidadania Pela Ordem) passaram a integrar os programas de governo e a contribuir para uma política pública voltada a atender às demandas da sociedade.

Assim, a Segurança Pública passou a incorporar, como em outros países, outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, Psicologia, Antropologia, Criminalística, Ciências Políticas, entre outras especialidades, que ajudaram a decifrar a dinâmica da criminalidade.

Para Samira Bueno¹, o aumento da letalidade produzida em intervenções policiais preocupa, e reduzi-la, deveria ser uma meta dos Executivos estaduais, assim como objeto de atenção dos Ministérios Públicos. Tal problemática pode encontrar no Programa Segurança Presente um modelo de atuação de polícia de proximidade, voltada para os principais crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa, ou seja, crimes que impactam sobremaneira e diretamente a rotina das pessoas.

¹Diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Foram levantados dois problemas de pesquisa para auxiliar o estudo aqui proposto: O primeiro é verificar se houve queda nos índices de criminalidade nos locais onde a Operação Segurança Presente passou a atuar.

O segundo é verificar se a escolha dos locais sofreu interferências políticas, possivelmente para beneficiar interesses comerciais e turísticos, por parte dos atores que firmaram o convênio de Parceria Público-Privada (PPP) para inauguração dos primeiros programas, em detrimento de outras áreas mais atingidas pela criminalidade.

Como possíveis respostas a essas perguntas, surgiram duas hipóteses: A primeira hipótese é que as Operações Segurança Presente têm conseguido diminuir os índices de criminalidade onde foram alocados, por aumentar o número de policiais e atuarem nas áreas de grande circulação de pessoas, bem como onde a mancha criminal se concentrava, utilizando uma modalidade de policiamento de proximidade personalizada como diferencial para cada bairro.

A segunda hipótese é que os critérios utilizados para a inauguração de uma base do Programa Segurança Presente em determinado bairro do Rio de Janeiro inicialmente se deram pela necessidade de diminuir os índices de violência das áreas turísticas da cidade, onde existia grande concentração comercial e de pessoas, além de possuir grande interesse na revitalização e valorização dos territórios importantes para a parceria público privada (PPP).

Este tópico tem por objetivo apontar o desenvolvimento da pesquisa utilizando o método de estudo de caso único, a descrição do tipo e seus fundamentos, como base para atingir os objetivos da pesquisa. A definição do Programa Segurança Presente foi objeto de investigado de maneira clara e precisa - delimitação da pesquisa, esses passos estão representados no esquema apresentado na figura 3.

O presente trabalho consiste em ordenar as informações disponíveis junto a Coordenação do Programa Segurança Presente da Secretaria de Governo (SEGOV) do Estado do Rio de Janeiro. Tal ordenação foi realizada através de pesquisa exploratória de levantamento bibliográfico, referenciado neste estudo, além de contar com levantamento documental, normatizações legais, dados estatísticos, a fim de analisar quantitativamente dos resultados relativos ao programa, os quais foram fornecidos pelo Núcleo de Estratégia e Estatística de Projetos (NEEP), responsável pela coleta e análise de dados da OSP, bem como do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ).

Foram pesquisados também, utilizando desta análise de conteúdo, documentos e dados apresentados em palestras institucionais fornecidas pela (SEGOV) e demais informações coletadas pelo seu setor de inteligência, Núcleo de Inteligência (NUINTE). Serão feitas coletas e análises de dados dos conteúdos levantados nas instituições que atuam junto a segurança pública (registros de ocorrências da Polícia Civil e dados do ISP), buscando correlacionar de forma qualitativa as demais variáveis.

Para consubstanciar a pesquisa, foram entrevistados pessoalmente algumas das principais autoridades responsáveis pela segurança pública no período da criação das primeiras OSPs, tais como o ex-Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, idealizador das UPPs e chefe da pasta à época. Foi entrevistado também o Coronel PM da reserva Felipe Gonçalves, criador das Operações Segurança Presente e gestor do programa de 2014 até 2018. Também foram entrevistados os atuais gestores das Operações, o Coronel PM da reserva Cláudio Lima Freire, ex-Chefe do Estado Maior da Polícia Militar e atual Superintendente dos Programas da SEGOV, além do Superintendente da Operação Segurança Presente, Tenente-Coronel da PM Francisco José Pereira Melo, os quais concederam uma entrevista na sede da OSP no Palácio Guanabara, sede do Executivo estadual no Rio de Janeiro. Foram entrevistados, por meio de perguntas no modelo questionário, os Coordenadores das quatro Bases da OSP, Aterro, Lagoa, Méier e Centro, utilizadas como recortes dessa pesquisa, com seus respectivos responsáveis: Major PM Marcos, Major PM Perez, Capitão PM Neves e Capitão PM Sílvia, os quais contribuíram sobremaneira para o entendimento mais aprofundado das rotinas das Bases da Operação.

3. REFLEXÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS DO PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

Para entender o contexto da segurança pública, sua versatilidade de atuação e a forma de atender às diversas demandas da população e dos governantes, é necessário conhecer o panorama histórico no qual foi inserido.

Com a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, foi criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, sendo esta responsável pela autorização e fiscalização das obras públicas; pelo abastecimento da cidade

(principalmente o de água, através da guarda de chafarizes); devendo zelar pela segurança pessoal e coletiva, além de garantir a manutenção da ordem pública (fiscalizando a diversão pública, repressão a mendicidade, contrabando, vadiagem e etc.). Como bem descreve (HOLLOWAY, 1981, p. 91-92), (...) *pela vigilância da população, pela investigação dos crimes e a captura de criminosos. Além disso, ainda deveria auxiliar na extinção de incêndios e no serviço de iluminação e exercer censura prévia da imprensa.*”

Polícia e política são derivadas da mesma palavra grega pólis e ambas precedem a formação do Estado moderno constituído entre os séculos XVI e XVII. “*O que se entendia por política, a alta política, era aquela política exterior praticada por um Estado soberano em relação a outros Estados soberanos, reconhecidos pelos tais, política marcada por amizade, hostilidade ou neutralidade.*” (HUGGINS, 1998, p. 9)

Na mesma toada, o Estado, para Max Weber é “(...) *uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território*”. Seguindo o mesmo entendimento complementa ainda o autor que: “*Para que um Estado exista, é necessário que um conjunto de pessoas (toda a sua população) obedeça à autoridade alegada pelos detentores do poder no referido Estado*” (WEBER, 1889, p. 506)

O tema segurança pública tem sido estudado por anos no Brasil e no mundo, sobretudo, a partir da década de 70. Assim como em outros países da América Latina, o Brasil passou por uma grave crise na área da segurança pública, com altas taxas de incidência criminal, que avançou gradativamente ao longo dos anos 80 e 90. Desde os anos 70, o problema da violência vem sendo tratado como um problema de polícia. Porém, hoje já é conhecido por pesquisadores e institutos que estudam a criminalidade, que até o indivíduo cometer um ilícito, várias outras áreas do estado deixaram a desejar no que diz respeito a políticas públicas de inserção do cidadão na sociedade.

Muitas foram as tentativas de entender e resolver os problemas da criminalidade nas grandes metrópoles. Diversas pesquisas, trabalhos acadêmicos, viagens de estudo em outros países e algumas tentativas frustradas de implementar um modelo de policiamento que pudesse dar uma resposta à altura para a violência urbana. Nesse contexto, surgiu a criação do primeiro policiamento comunitário no Rio de Janeiro, o primeiro a ser desenvolvido no país, cuja essência era um policiamento feito em dupla, “*Cosme e Damião ou sozinho. Andava-se por determinado quarteirão e ruas; a comunidade conhecia o policial e a maioria das pessoas gostava dele. O policial não tinha um dia*

certo, ele fazia a escala dele e participava dos eventos na comunidade” (CERQUEIRA, 2010, p. 78). Um policiamento que fazia a ronda escolar e o patrulhamento sempre do mesmo bairro, onde os moradores o tinham como “seu”. Diversos Comandantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro visitaram e estudaram em diversos países, a fim de conhecerem a filosofia de trabalho, sua cultura e os tipos de policiamentos executados por eles, sempre guardando as particularidades e as devidas adaptações à cultura carioca, com o objetivo de implantar um patrulhamento mais próximo das necessidades específicas de cada bairro ou região.

O crime deve ser sempre analisado como um evento destoante do convívio social e ponto de reflexão para a construção do sentimento de segurança com base nos estudos da área afetada e os dados sobre a criminalidade no Brasil (COSTA; LIMA, 2018). A atividade policial possui demandas que devem se adaptar às necessidades da constante evolução da sociedade. A Segurança Pública é oriunda de relações de cunho político e institucional e, desta forma, não é pertinente utilizar somente as bases teóricas para determinar as ações estatais, sendo assim importante sistematizar o estudo das práticas que lhes dão sustentação (COSTA; LIMA, 2014).

Os problemas na área da Segurança Pública do Rio de Janeiro levaram diversos estudiosos a debaterem essa temática, sempre buscando soluções, sejam elas factíveis ou meramente estudos teóricos e pouco práticos e viáveis no contexto do Rio de Janeiro. Para Luiz Eduardo Soares (2003, p.75), *“a tese fundamental que marca a originalidade dessas novas políticas de segurança sustenta que é possível e necessário combinar respeito aos direitos humanos com eficiência policial.”*

Nas palavras dos professores Dutt-Ross, Zouain e Cruz (2008, p.2):

As diferenças culturais existentes entre os Estados brasileiros, o processo de formação dos policiais militares em cada Estado, a atuação repressora ou consciente desses policiais em determinadas situações ou a própria dinâmica do espaço geográfico e das relações sociais podem acabar por influenciar a percepção dos cidadãos com relação à imagem da polícia em alguma área.

A imagem das corporações militares estaduais é construída de acordo com sua atuação diante de determinadas situações e fatos. Para alguns cidadãos, a instituição militar é, por natureza, corrupta. Já para outros, a polícia é a responsável pela harmonia e integração social na busca do bem-estar social. Muitos cidadãos, que moram na cidade do Rio de Janeiro ou que veem na mídia as notícias sobre a violência na cidade, acabam por classificar o Rio de Janeiro como a cidade mais violenta do Brasil e podem até fazer uma relação implícita entre a violência e a ineficiência da polícia carioca na repressão ao crime. Assim, como é percebida a imagem da Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro?

Segundo Dutt-Ross, Cruz e Zouain (2008, p.4),

Além disso, compreender a imagem da organização militar e sua percepção pelos cidadãos é importante e ímpar, uma vez que as características desse tipo de organização são específicas e o contexto da violência na cidade do Rio de Janeiro é um tanto quanto singular quando comparado às outras cidades no Brasil. Abordar a percepção da imagem da polícia pelos cidadãos é essencial para que reflexões sejam realizadas com o objetivo de transformar essas organizações e buscar o bem-estar da população.

A atividade policial sempre foi muito estudada, por ser uma política pública que possui grande impacto na sociedade, juntamente com a Saúde e a Educação, formam os três pilares principais da atuação dos três níveis do Poder Executivo (Municipal, Estadual e Federal). Contudo, poucas foram as produções acadêmicas sobre a atuação da Operação Segurança Presente. Por ser um modelo criado há apenas sete anos, ainda não foram explorados seus números e sua eficiência frente às necessidades da segurança pública fluminense, sobretudo, se ocorreu a queda dos indicativos da criminalidade nos grandes centros comerciais dos bairros e de seu entorno (locais onde as bases foram instaladas).

Toda política pública deve ser medida, verificando sua aplicabilidade e eficiência, a fim de analisar se os recursos oriundos dos impostos pagos pela sociedade estão de fato sendo utilizados da forma correta e se os resultados têm sido satisfatórios como previa o planejamento das Secretarias responsáveis pela execução. Durante suas palestras para grandes gestores, Peter Drucker, o pai da administração moderna dizia: “*O que pode ser medido pode ser melhorado.*” Hoje esse padrão de gestão tem sido fomentado em algumas secretarias do estado.

Muitas pesquisas foram feitas sobre o tema segurança pública, especialmente em países democráticos. Grande parte desses estudos ocorreram principalmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Ocidental, fazendo uma série de alterações na sua estrutura e funcionamento, além é claro, de como lidar melhor com o problema da criminalidade crescente. Nesse período, foi colocado em pauta o papel da Polícia e suas atuações passaram a ser postas à prova. (BAYLEY; SKOLNICK, 2001; SKOLNICK; BAYLEY, 2002).

Um dos modelos de policiamento estudados na América do Norte e Europa Ocidental foi o policiamento comunitário, que foi a origem dos estudos para a criação da OSP. David Bayley e Jerome Skolnick (2001), os primeiros estudiosos sobre policiamento comunitário nos Estados Unidos, indicam quatro principais características desse tipo de

policimento: “1) *relação de reciprocidade entre a polícia e a população*; 2) *descentralização do comando por área*; 3) *reorientação da patrulha de modo a engajar a comunidade na prevenção do crime*; 4) *emprego de civis na polícia e no trabalho de policiamento*”. Ao refinar essas definições, passaram a dar maior ênfase aos seguintes aspectos: “1) *trabalho voltado para a prevenção do crime com base na comunidade*; 2) *reorientação das atividades do trabalho policial para ênfase aos serviços não-emergenciais*; 3) *responsabilização da polícia em relação à comunidade*; 4) *descentralização do comando*”.

Entretanto, Bayley (1998) redefiniu seu conceito de policiamento comunitário a partir de quatro características fundamentais:

1) realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução; 2) estratégia policial voltada para áreas e problemas específicos; 3) mobilização da comunidade para autoproteção e para resolução de problemas que geram crimes; 4) foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção). Outra definição, bastante prática, é adotada pela Police Foundation - Fundação da Polícia, organização voltada para pesquisa e difusão de conhecimento sobre temas relacionados à polícia, sediada em Washington DC, Estados Unidos, segundo a qual o policiamento comunitário é baseado em três elementos: 1) o trabalho da polícia é resolver problemas e não apenas responder a incidentes; 2) a polícia deve se preocupar com problemas relacionados à desordem e à incivilidade tanto quanto se ocupa com crimes graves; 3) a redução do crime e da desordem implica que a polícia trabalha cooperativamente com a população de cada bairro para identificar suas preocupações e resolver seus problemas. (BAYLEY; SKOLNICK, 2001, p. 224-232; SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 15-39)

Na América Latina e Brasil, por sua vez, os autores enfatizam o policiamento comunitário como um trabalho realizado em parceria com a população, através da prevenção dos crimes.

Ao analisar as múltiplas funções da Polícia Militar, que vai desde um socorro a uma vítima acidentada (atribuição dos Bombeiros militares), parto de uma gestante (enfermeiros e médicos), desabafo de uma mãe que tem seu filho preso por envolvimento com o tráfico de drogas, convencer um potencial suicida a desistir do seu intento (Psicólogo), briga de família (Assistente Social) e etc. Talvez esse desempenho

insatisfatório seja exatamente por não ser função da polícia executar tais tarefas e sim o que preceitua o Artigo 144º da Constituição federal de 1988,

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...) V - **polícias militares** e corpos de bombeiros militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. **(grifo nosso)**

Diante dos preceitos constitucionais, podemos perceber o quanto a polícia militar é desviada de suas funções para resolver demandas sociais que, em princípio, não deveriam ser tratadas como um caso de polícia, mas que, seja por desinformação ou por deficiência de outros entes estatais, a polícia acaba sendo acionada.

4. POLÍTICAS DICOTÔMICAS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA E MOVIMENTO PENDULAR

A segurança pública no estado do Rio de Janeiro é marcada por constantes alternâncias de tentativas de modelos para uma solução “milagrosa” que intercalam entre o endurecimento das ações policiais e das soluções mais democráticas e de cunho social (SOARES, 2000, p.4).

Esse fenômeno de medidas é também conhecido como “movimento pendular”, ora pela busca pacífica de uma solução para os conflitos entre a polícia e o crime organizado, a fim de evitar a todo custo o confronto armado, visão essa endossada pelos setores mais à esquerda da sociedade, ora pelo recrudescimento das leis e do combate direto aos criminosos e ao tráfico de drogas, propostas pelos setores mais conservadores da direita. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 4)

Essa diversidade de ações, no cardápio da segurança pública composto pelos temas relativos à violência, bem como as reações por eles desencadeadas, dramatizam os impasses e as dificuldades enfrentadas para a consolidação democrática no Brasil do período pós constituição de 1988.

O Rio de Janeiro é cenário constante de casos emblemáticos das marchas e contramarchas nas políticas públicas na área da segurança, nessas três décadas da

redemocratização, o movimento pendular ou de gangorra, deu o tom dos debates e das políticas de segurança pública implementadas pelo Estado, como veremos a seguir. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 6)

A proposição de políticas de segurança pública, no Brasil, consiste em uma que oscilaria entre a reforma social e a repressão individual. A ideia da reforma decorre da crença de que o crime resulta de fatores socioeconômicos que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida, segundo Beato (1998). As propostas de controle da criminalidade de um lado, passam tanto por reformas sociais de profundidade, e por outro, por reformas centradas nos indivíduos, com o intuito de reeducar e ressocializar criminosos para o convívio em sociedade.

O movimento pendular abarca aqueles que acreditam que a criminalidade se dá pelo fato de se ter uma legislação fraca e leniente na imputação e no cumprimento da pena como punição para os delitos cometidos por criminosos. O entendimento de que a atuação mais repressiva e enérgica por parte da polícia é diretamente proporcional a diminuição dos índices de criminalidade e não de reformas estruturais no sistema punitivo e carcerário, visando a reabilitação dos detentos, além de melhorias sociais para a população, sobretudo a mais pobre, a não ser por penas mais duras. (MACHADO, 2010, p. 291)

De maneira geral, a um entendimento que o crime ocorre quando estão presentes a oportunidade e a tibieza das leis penais. Ou seja, o criminoso observa a cena e encontra facilidade de agir, contando que as leis não o alcançarão, e caso chegue até ele, não ficará por muito tempo preso. Isso o motiva a cometer crimes sem se preocupar com as consequências de seus atos. As condições ideais para o florescimento do ilícito ocorrem quando são baixa a disciplina individual e o respeito a normas sociais lenientes. (PEREIRA, 2016, p.2)

A dissuasão do comportamento criminoso, então, passaria necessariamente por uma atuação mais intensiva do sistema de justiça criminal. Consequentemente, políticas de segurança pública enfatizam a necessidade de uma atuação mais decisiva do Poder Judiciário e das instâncias de controle social. Isto não necessariamente significa legislações mais duras e maior policiamento ostensivo, porém, que seja rapidamente apurado a conduta criminosa e a responsabilização dos criminosos. Para mitigar a atividade delituosa é necessário a atuação de diversos órgãos e políticas públicas, além de uma maior atuação

do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro², trabalhando em conjunto, de forma tal que a resolução dos crimes seja rápida, corretas e sejam de fato cumpridas. Se necessário, a atuação das Forças Armadas poderá ser requisitada para apoiar as forças de segurança, respeitando os preceitos constitucionais da Garantia da Lei e da Ordem.

4.1. O governo Brizola

Durante o governo militar, a segurança pública foi uma área especialmente sensível no processo de depreciação dos mecanismos de controle. Dentro de um contexto estratégico, a segurança nacional era exercida pelas Forças Armadas, a nível federal, e pelas polícias estaduais, sobretudo, as polícias militares, que nesse período atuava como um reserva do Exército. Invariavelmente os Generais do Exército eram nomeados como secretários de segurança e, em alguns casos, Comandantes Gerais das Polícias Militares estaduais. O Rio de Janeiro não foi exceção à regra. A peculiaridade fluminense começou a se configurar quando participou do processo sucessório Leonel Brizola, o único candidato a governador, em 1982, eleito por um partido alternativo àqueles que haviam herdado as máquinas políticas do período militar (MDB e ARENA). Durante seu mandato, foi criado o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos (1983) tomando algumas medidas na área da segurança pública, com o lema de respeitar os direitos de toda a população. O respeito pelos direitos fundamentais já havia sido esboçado durante sua campanha.

A candidatura de Brizola foi alicerçada pelo peso de sua figura política como opositor do regime militar, o candidato angariou o voto das classes populares por não estar ligado à memória das remoções das favelas, entre outras questões, que remetiam ao período militar. Durante sua gestão, Brizola adotou os Direitos Humanos como forma de, segundo ele, “responder às demandas da população que o elegera”. É importante destacar que a promoção dos Direitos Humanos não estava só na área da segurança pública, mas também em sua preocupação com as urbanizações das favelas, projetos sociais e educacionais; como os Cieps³. No que se refere à política estadual,

² O Sistema de Justiça Criminal Brasileiro é formado por instituições policiais pertencentes à União, polícias Federal e Rodoviária Federal, e aos estados-membros, polícias Militar e Civil, além, é claro, do Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e Sistema Penitenciário.

³ Em maio de 1985 inaugurou-se, na capital do Estado do Rio de Janeiro, o primeiro Ciep (Centros Integrados de Educação Pública). Durante os anos 80 e 90, em dois períodos governamentais (1983- 1986 e 1991-1994) foram construídos e postos em funcionamento 506 Cieps, escolas públicas de tempo integral,

Brizola dedicava um espaço especial à questão dos Direitos Humanos e ao combate à violência policial. Habilmente, Brizola captava o deslocamento operado na discussão sobre os Direitos Humanos e sobre a violência do Estado, condenando as ações policiais nas favelas e nas áreas mais pobres do Estado. Reivindicava o respeito igual aos direitos de inviolabilidade privada e denunciava os abusos dos órgãos de segurança. Condenava as *blitzen* discricionárias e as manifestações explícitas de violência no tratamento dado às populações pobres (HOLLANDA, 2006, p. 29).

Uma vez eleito, Brizola procurou traduzir em iniciativas práticas a marca popular que assumira em campanha. No âmbito da segurança pública, uma das áreas em que fora mais enfático em suas intervenções, tomou medidas de impacto que visavam marcar um diferenciador entre o que seria sua gestão e as políticas anteriores. Alegando estar orientado pelo princípio do respeito aos Direitos Humanos às camadas pobres da população e pelo projeto de humanização do trabalho policial, Brizola extinguiu a Secretaria de Segurança Pública, acreditando ser a fomentadora do aparelho de controle inspirado na filosofia discricionária e autoritária do regime militar. Em seu lugar, foi criado o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos⁴ (1983). Este Órgão era presidido pelo próprio governador, que reunia membros de várias entidades e representantes da sociedade civil, tendo como meta funcionar como fórum de debates no interior do qual seriam definidas as novas diretrizes que orientaram as políticas públicas de segurança e áreas conexas (SENTO-SÉ, 1998, p. 7).

Com a extinção da Secretaria de Segurança, o Comando Geral da Polícia Militar e a chefia da Polícia Civil ganharam status de Secretaria. Para ocupá-las, Brizola nomeou profissionais das respectivas corporações, a saber: o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira⁵ para a Polícia Militar e o Delegado Arnaldo Campana, para a Polícia Civil. A dimensão dessa iniciativa é sensível, sobretudo no caso do escolhido para o Comando da Polícia Militar, nomeando um oficial negro, altamente respeitado em sua própria corporação e comprometido com a ação policial pautada pelo respeito à lei, Brizola reiterava o princípio que nortearia sua política de segurança pública. Mesmo antes da

com concepção administrativa e pedagógica próprias. A intenção declarada era a de promover um salto de qualidade na educação fundamental do estado.

⁴ A atuação pioneira de Brizola junto aos Direitos Humanos tem sido abordada de forma sistemática na literatura especializada em diversos aspectos. Cf. (Sento-Sé 1998; Soares 2002; Soares 2004; Buarque de Hollanda 2006)

⁵ Em 18 de fevereiro de 1983, Nazareth Cerqueira assumiu o comando-geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, era formado em Psicologia e Filosofia, tendo ainda cursos em Técnica de Ensino e Psicotécnica Militar.

primeira reunião do novo secretariado, Brizola determinava que daquele momento em diante as “batidas” (operações) policiais deveriam ocorrer sempre respeitando a lei, declarando não admitir o uso indevido da força por parte dos órgãos de segurança.

Conclusão do final do mandato de Brizola, o aumento da violência urbana que vinha da década de 1970, não havia sido revertido, somando-se a isto, houve a expansão do tráfico de drogas e armas⁶. A percepção de insegurança e a sensação de medo também não pararam de crescer, foi-se espalhando e consolidando um sentimento difuso de que o governo não agia, de que o poder público se eximiu de zelar pela segurança da população, deixando-a à sua própria sorte. Durante o período, foi criado um argumento difundido na população e em agentes de segurança pública que as restrições determinadas às formas convencionais de atuação policial, como as incursões nos morros para combater o tráfico de drogas foi proibido, o que acabou por fortalecer as facções recém criadas, que aumentaram sobremaneira seu poderio bélico e financeiro, além de ampliara e consolidar, no espaço de uma década, o controle territorial das principais favelas na região metropolitana do Rio de Janeiro (MISSE, 2007, p. 29).

Dois principais fatores contribuíram para o aumento do poder dos grupos criminais. Primeiro, houve o aparecimento dos comandos no interior dos presídios. *“A primeira “rede de quadrilhas” o Comando Vermelho produziu novas formas de identidade, coordenação e controle entre traficantes de drogas, o que contribuiu para diminuir os custos de transação na cadeia de produção do crime”* (CARNEIRO, 2010, p. 52). Para Carneiro (2010), por mais deficiente que fosse a organização das facções fora dos presídios, viviam em conflitos por territórios, além da preocupação com as *“redes de contrabando e distribuição de armas e drogas em uma escala ainda não observada”* (CARNEIRO, 2010, p. 52). Em segundo lugar, houve nesse mesmo período uma forte expansão do consumo de cocaína, coincidindo com o aumento da produção de droga na Colômbia. *“A “nova” droga permitiu aos grupos criminais que a distribuam localmente ampliando seus ganhos e, conseqüentemente, seu poder de corrupção das polícias”* (CARNEIRO, 2010, p. 52).

O que antes era saudado inicialmente como um avanço significativo para a nova ordem democrática que se pretendia instaurar, pouco a pouco passou a ser percebido como uma espécie de cumplicidade com o crime, gerando um descontentamento cada vez maior. A resposta da população veio em dois eixos, no repúdio aos Direitos Humanos, que passaram a ser entendidos como convivência com os bandidos e na eleição de

⁶ Segundo Francisca Soares, a partir da década de 1980, novos atores, como o tráfico de drogas e armas dão origem ao que a autora classifica como “nova violência”.

Moreira Franco, cujo *slogan* de campanha era “acabar com a violência em seis meses” (SOARES, 2002, p. 10).

4.2. O governo Moreira Franco

Com o aumento da criminalidade e uma aparente inércia dos aparatos policiais, somando-se o descrédito quanto à eficácia dos princípios orientadores da política de segurança pautada somente nos Direitos Humanos e pouca efetividade no combate ao crime organizado, que Moreira Franco, candidato pelo PMDB, apoiado por uma frente composta por doze partidos, venceu as eleições de 1986. Segundo Francisca Soares, a campanha de Moreira Franco apresentava sua candidatura como a “civilização” que se opunha à “barbárie” brizolista. Cabe ressaltar que a candidatura dele estava apoiada ao do então Presidente da República, José Sarney, que naquele momento tinha grande apoio entre os brasileiros, pela estabilização da moeda, com o Plano Cruzado (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 13).

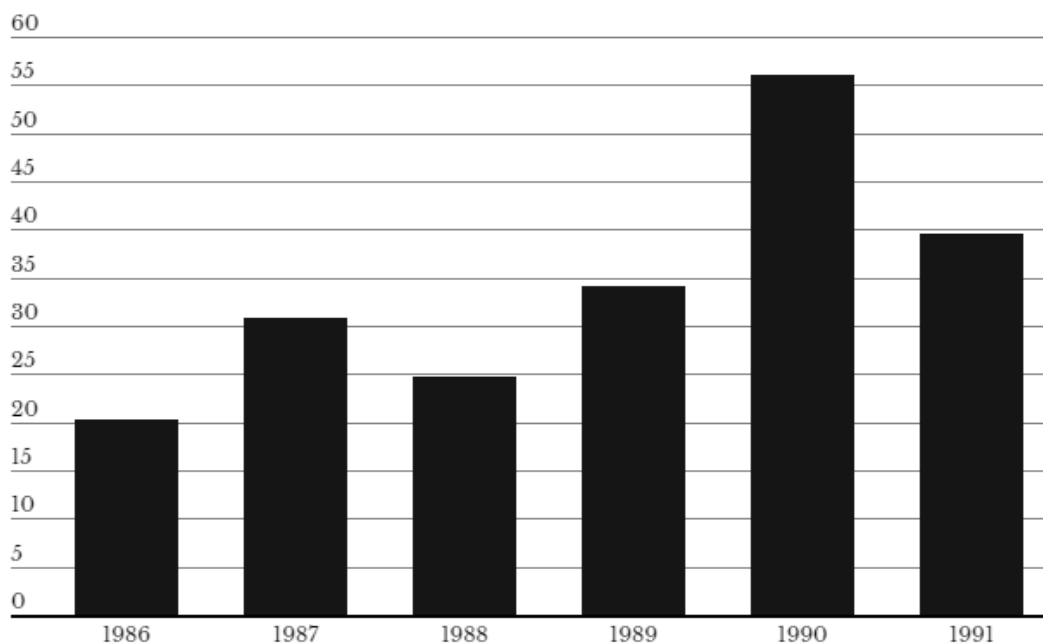
Uma das primeiras medidas do governo foi a ocupação de diversas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas, dando uma clara demonstração de força e mudança de rumo na área da segurança pública, além de cumprir promessa feita pelo seu eleitorado. O enfrentamento direto ao crime organizado e agora bem armado foi imediato. Confrontos se deram em diversas regiões dominadas por criminosos, havendo baixas de ambos os lados, com saldo positivo para o lado policial. Após a queda de alguns indicadores e um período de estabilidade, os índices voltaram a subir, mas não aos níveis do governo Brizola. A resposta do Estado às manifestações ostensivas de força por parte de grupos ligados ao comércio ilegal de drogas se deu com a retomada de algumas áreas onde a polícia antes não podia entrar, reduzindo assim a atuação do crime organizado. Incursões armadas nas favelas e com autos de resistência (art. 292 do CPP) ou prisão de chefes locais, imediatamente substituído por seus “soldados” (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 13).

Houve um grande apoio a atuação das polícias para que patrulhassem em todas as áreas do Estado, sem fazer restrições como no governo brizolista, dando grande autonomia, tratando a segurança pública como um problema de polícia, sem agregar ao mesmo os critérios promovedores de inserção social e criação de políticas públicas voltadas para atender a população mais carente da sociedade, como melhoria do emprego e bem estar. Houve uma tendência de autonomização de determinados setores das polícias e outras

instâncias políticas de comando, fazendo com que a melhoria do serviço prestado pelas policiais fosse pouco eficaz, aumentando os níveis de rejeição de Moreira Franco, às vésperas de passar o cargo, impossibilitando qualquer expectativa de reeleição ou candidatura ao governo federal, obtendo um dos maiores índices de rejeição do país (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 13). Seja por convicção, seja, o que é mais provável, por omissão, o quadriênio 87/90 pode e deve ser encarado, segundo Soares (2000), como um período de retorno de uma política de segurança que deixava em segundo plano o respeito aos Direitos Humanos e a orientação da ação policial pautada apenas pelo respeito à lei (tecnicista).

Durante o governo de Moreira Franco, a taxa de homicídios do Rio de Janeiro disparou, Gráfico 1. Esse fato está diretamente ligado ao combate ao crime organizado e às mortes em confrontos de marginais da lei contra as forças policiais. De acordo com dados do Mapa da Violência, em 1986 morreram 20,2 pessoas a cada 100 mil habitantes. No primeiro ano de governo, em 1987, esse número subiu para 30,4. Logo no primeiro ano de Moreira Franco, diversos conflitos eclodiram pela capital do Rio de Janeiro e os problemas da política de segurança pública foram novamente posta em xeque com manifestações de violência coletiva. Dois grupos rivais se enfrentaram violentamente no morro Dona Marta, zona sul da cidade, pelo controle e venda de drogas. Após a prisão de uma das lideranças do tráfico na Rocinha, a população local foi impelida a destruir automóveis pelas ruas e enfrentaram por horas a Polícia Militar. Com a crise do aumento de preço e o enfraquecimento do Plano Cruzado, uma onda de violência, saques a supermercados e desordem social ocupou os noticiários televisivos. O surgimento de marginais da lei oriundos de comunidades mais pobres passou a se organizar, cada vez com maior poderio bélico do que as forças policiais, articulando e recrutando parcelas de jovens das favelas deixadas à sua própria sorte pelo poder oficial (MUSUMECI, MUNIZ, 2000, p.50).

Gráfico 1 - Homicídios por 100 mil habitantes no governo Moreira Franco



Fonte: Mapa da Violência / Sistema de Informações de Mortalidade - Ministério da Saúde

No governo Brizola, as operações dentro de favelas foram proibidas, a não ser em casos extremos e com autorização do governador. Ao tomar posse, o governador Moreira Franco liberou as incursões nas comunidades e o enfrentamento direto entre a polícia e os traficantes foram constantes, fazendo com que os números de homicídios subissem na cidade. Cabe ressaltar que não se pode confundir taxas de homicídio gerais (latrocínio, feminicídio, execuções do tráfico, por brigas e etc) com homicídio provocado por intervenção policial, ou seja, em confrontos de criminosos com a polícia. Nesse último caso, a eventual morte de traficantes se dá pela excludente de ilicitude capitulada no art. 25 do Código Penal, o qual expressa: *“Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.”* Tal amparo legal não permite excessos, tão pouco pode ser entendida como permissão para tirar a vida de alguém, apenas para defender a si mesmo ou um cidadão ameaçado por marginais da lei.

Não se pode colocar no mesmo balaio números totais de homicídios sem fazer a devida distinção dos mais variados tipos, sob pena de inflar os dados ou imputar a polícia ou ao governo números que nem sempre podem ser previstos pela autoridade pública, como por exemplo, uma briga de casal dentro de casa onde uma mata o outro ou discussões inesperadas que resultam em morte. O combate nos locais conflagrados quase sempre se dá com intenso confronto armado, entre a polícia e marginais da lei.

4.3. O segundo governo Brizola

Após vencer em 90, Brizola assumiu o governo do Rio de Janeiro no início de 1991, ocorrendo uma nova mudança na área de segurança pública. O retorno de Brizola para um segundo mandato deu-se através de uma vitória no primeiro turno na eleição de 1990, quando conquistou cerca de 60 % dos votos válidos. Antes disso, Brizola já tivera desempenho expressivo nas eleições presidenciais de 1989, obtendo 52,09 % dos votos válidos no Rio de Janeiro. Muito rapidamente ocorreu a repetição quase que autômato de jargões e propostas lançadas em seu primeiro governo, mas a defesa dos Direitos Humanos passou por uma remodelagem, fruto da tensão entre as demandas dos setores da sociedade civil organizados em torno da defesa dos direitos e a parcela mais conservadoras da sociedade e do Estado (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 15).

É no período de 1991 a 1994 que os níveis de criminalidade e violência cresciam de forma descontrolada, chegando a proporções alarmantes, fazendo com que diversos setores influentes da sociedade formadores da opinião pública apelassem de forma mais contundente para a adoção de medidas que pudessem impactar diretamente na queda dos índices de criminalidade, na qual a polícia pudesse atuar utilizando todos os meios disponíveis para controlar o caos urbano, mesmo que para isso fosse necessário agir no máximo grau do uso progressivo da força métodos (letalidade) de criminosos da lei. Muitos excessos ocorreram e passaram a ser abertamente aceitos por diversos setores da sociedade. Clamava-se por eficiência, se necessário em detrimento dos Direitos Humanos. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 15)

O governo Brizola sofreu duros golpes em sua política de segurança pública quando os arrastões de criminosos começaram a ocorrer nas praias da zona sul da cidade em 1992, quando as chacinas da Candelária (1993) e de Vigário Geral (1994) mostram a total ineficiência da proposta para a segurança pública carioca, evidenciando o cenário de caos urbano que havia se instalado na cidade. O envolvimento de agentes da lei nos acontecimentos trouxe à baila a imagem de que o governo era ineficiente e que Brizola não tinha qualquer controle sobre as polícias. (SOARES, SENTO-SÉ, 1997, p. 17).

Concomitantemente ao crescimento das facções criminosas surgindo como um poder paralelo ao Estado dentro das comunidades mais pobres, ganhava contornos dramáticos quando a resposta ao crime organizado não ocorria na mesma proporção a

escalada da violência, dando pouca autonomia e liberdade de ação aos órgãos de segurança do Estado. Ainda no governo anterior, Brizola era acusado de corrupção e envolvimento com os banqueiros do jogo do bicho, agora o foco era deslocado para o comércio ilegal de drogas. Iniciativas inovadoras, como a criação do policiamento comunitário, que por sua filosofia de trabalho no patrulhamento das ruas a pé, corpo a corpo com a população do asfalto, eram encaradas como insuficientes para combater as facções, e na Polícia Militar, muitos de seus gestores a viam como iniciativas ineficazes no combate e de subutilização do trabalho policial (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 19).

Em 1992, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a ECO-92, um encontro internacional sobre meio ambiente. Em razão desse evento, foram convocadas as forças do Exército para ajudar no patrulhamento das vias, de forma a ajudar a Polícia Militar no policiamento ostensivo nos locais de exposição, pois diversos chefes de Estado e autoridades estariam presentes na cidade. Não houve transtornos ou acontecimentos que pudessem manchar a imagem da cidade no exterior, tamanha era a quantidade de policiamento nas ruas, o que acabou por criar um clima de tranquilidade na população e melhorar a sensação de segurança durante a conferência. Passados dois anos, o governo tinha em mãos uma justificativa para intervenções futuras em alguns dos setores da sociedade que reclamavam por maior segurança. A demanda por mais segurança, perpassa pelos seguintes aspectos:

Os sentimentos que concorriam para o crescimento dessa demanda: 1) a imagem de que as forças policiais eram inoperantes e corruptas; durante o período eleitoral, diversas pressões surgiram, mas a maior delas era para que o governo federal interviesse na segurança pública; 2) a percepção de que a violência crescia em ritmo assustador; 3) a ideia de que o governo estadual não tinha vontade política, força e controle sobre os órgãos repressivos capazes de reverter o quadro. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000)

4.4. O governo Marcello Alencar

Em 1995, foi eleito Marcelo Alencar, que logo após tomar posse, chamou para liderar a pasta da segurança pública o General Nilton Cerqueira. Este tinha a missão de devolver a cidade aos cidadãos e retomar a política de maior combate ao crime organizado e as facções criminosas que tomaram diversas áreas da cidade, trazendo pânico durante o governo de Brizola. O General Cerqueira era ligado aos órgãos de repressão do Exército durante o regime militar, e voltava para o lugar que ocupava nos anos de 1970. Marcello Alencar não tardou em recriar a extinta Secretaria de Segurança Pública, encerrada por

Brizola, em 1983. Isso mostrava a linha de atuação que adotaria na política de enfrentamento ao crime, quase que na contramão do antigo modelo brizolista. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 20).

Como forma de motivar as forças policiais no combate às facções criminosas, o governo Marcelo Alencar adotou uma premiação baseada na promoção por bravura⁷ (onde o militar poderia subir na Graduação/ Posto) ou gratificação pecuniária toda, vez que figurasse em uma ocorrência de vulto (de grandes proporções, repercussão positiva pela mídia ou onde o militar estivesse em inferioridade de equipamentos/ numérica frente aos criminosos). Mais tarde essa condecoração por bravura ficou conhecida como “premiação faroeste”, pela qual policiais que se destacavam no enfrentamento aos criminosos, recebiam honras militares (medalhas e distintivos) e gratificações adicionais ao soldo. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 20).

A partir da gestão do General Nilton Cerqueira, a Polícia Militar do Rio de Janeiro intensificou sua atuação e o número de criminosos mortos em confronto com a polícia aumentou consideravelmente. Entre janeiro e maio de 1995, a média de mortes em confrontos com a Polícia era de 3,2 suspeitos por mês. Após assumir a Secretaria de Segurança Pública, de junho de 1995 a fevereiro de 1996, o número de mortos por confronto passou para 20,55 por mês⁸.

O problema da segurança pública foi revisto no final do governo de Marcello Alencar, com a chamada “inflexão civilizatória” nas palavras de Silva (2008). Essa inflexão consistia em uma proposta de pacificação da cidade utilizando vias democráticas e soluções advindas da sociedade civil, que deveria fiscalizar a atividade policial através dos parâmetros dos direitos humanos. Segundo Silva (2008), era necessário domesticar a polícia e aproximá-la do cidadão da periferia e das favelas, principalmente os jovens.

A “inflexão civilizatória” era composta pela sociedade civil, agregava pesquisadores interessados em diversas modalidades de violência, integrantes de ONGs e de movimentos sociais, e se configurava como uma forte corrente de opinião que intervinha no debate público, procurando pautar a atuação do governo estadual e influir sobre a opinião pública. Sua atuação envolvia pelo menos três linhas. Uma dizia respeito à

7

Decreto-Lei nº 216/1975, art. 7º - A promoção por bravura é aquela que resulta de ato ou atos não comuns de coragem e audácia, que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representem feitos indispensáveis ou úteis às operações policiais-militares, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanado.

⁸ “Gratificação aumenta assassinatos no Rio”, Folha de S. Paulo, 8 de abril de 1997

produção e publicização de dados e análises sobre homicídios dolosos, letalidade policial, vitimização de jovens e crianças, violência doméstica, entre outros (CANO; SENTO-SÉ; RIBEIRO; SOUZA; 2004, p. 16).

Apoiada nessa, uma segunda linha de conduta foi preparada, a proposição de novos procedimentos e rotinas policiais, bem como de políticas públicas focadas nos segmentos populacionais compreendidos como “de risco”, isto é, que se encontrariam em situações-limite facilitadoras do ingresso no crime. Uma terceira frente de atuação relacionava-se à realização de atos e campanhas contra a violência.

4.5. O fim do movimento pendular com o governo Garotinho

Segundo Silva (2008), a chapa Anthony Garotinho (PDT) e Benedita da Silva (PT) venceram as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro em 1998 prometendo novidades, sobretudo para a área de segurança pública. O nome dado para essa proposta era: “inflexão civilizatória”, que, como já mencionado anteriormente, consistia em uma proposta de “pacificação” da cidade através da sociedade civil fiscalizando as polícias através de mecanismos calcados nos Direitos Humanos.

Segundo Soares (2000), por fazer parte do mesmo partido de Leonel Brizola (PDT), Garotinho era comparado ao antigo governador, sobretudo a uma possível continuidade da política de segurança pública, bastante contestada pela população carioca. Porém, Garotinho logo buscou se distanciar da “era brizolista” e partir para uma “terceira via”, que pudesse contrapor o chamado “movimento pendular” dos governos estaduais anteriores, que ora utilizavam o “combate direto contra o crime” ou “soluções pouco efetivas na segurança pública”, como foi taxado o governo de sua legenda, por pouco combater a criminalidade na cidade, sobre o pretexto de pautar a ação da polícia na defesa dos Direitos Humanos” e o impedimento das forças de segurança pública de atuarem nas favelas. Ainda de acordo com Soares e Sento-Sé,

O fim dos anos noventa se configura, mais uma vez, como momento auspicioso para aqueles que desejam segurança, democracia e civilidade. Tanto no plano nacional quanto no Estado do Rio de Janeiro. Disposto a fazer de seu governo uma espécie de modelo na área de segurança pública, o atual governador, Anthony Garotinho, se tornou um atento estudioso do problema, ainda antes de ser eleito no pleito de 1998. Uma vez empossado, seu governo apresenta uma agenda ambiciosa, formulada por profissionais sérios, que há anos se dedicam à discussão dessa temática. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 25)

Traumatizada pelos anos de insegurança acumulados, confusa pelas idas e vindas das políticas adotadas pelos governos que se sucederam, a sociedade fluminense aguardava, atenta, cada iniciativa do novo governo. Os analistas *idem*. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 25)

Com a gestão de Garotinho, foi iniciado um plano baseado em dados e medição dos índices de violência existentes no Rio de Janeiro, com a criação do Instituto de Segurança Pública (ISP), criado pela Lei nº 3.329, de 28 de dezembro 1999, sendo uma autarquia vinculada à Secretaria de Segurança Pública e esta, ao gabinete do vice-governador. O ISP tinha a missão de produzir conhecimento no desenvolvimento de metodologias de análise de dados relativos à Segurança Pública. Sua missão é produzir informações e disseminar pesquisas e análises com vistas a influenciar e subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas, chegava ao fim a política do “movimento pendular” (Site do ISP).

A partir da gestão de Anthony Garotinho há um retorno da doutrina dos Direitos Humanos e uma diminuição do movimento pendular, adotando um modelo mais tecnicista, diferentemente do que ocorreu no período de 1982 a 1999, havendo uma estabilização e uma nova mudança de lugar do pêndulo, na postura do governador diante da defesa dos Direitos Humanos. A estabilização da defesa dos Direitos Humanos a partir da segunda metade dos anos 1990 está relacionada com as mudanças observadas anteriormente.

Outras mudanças na área da segurança pública segundo Soares e Sento-Sé, foram,

Ainda que de modo um tanto esquemático, é possível identificar quatro projetos que funcionam como eixos que articulam entre si um conjunto de iniciativas inovadoras. Cada um desses eixos está sustentado por uma série de conceitos que, agregados, parecem esquadrihar um projeto de segurança pública que, se levado às últimas consequências, pode significar uma verdadeira revolução no setor. Os quatro projetos são a construção das Delegacias Legais, a criação dos centros de referência, o programa de treinamento e qualificação profissionais e, finalmente, a fundação do Instituto de Segurança Pública. O projeto Delegacia Legal prevê uma reforma radical do espaço físico de todas as delegacias. A ideia é transformar prédios degradados, sem as menores condições estruturais de funcionamento, em verdadeiras unidades de serviço, equipadas com recursos operacionais sofisticados. Trata-se, portanto, de dotar as delegacias de condições estruturais adequadas para seu funcionamento ótimo. Se a isso fosse restrito, o projeto seria válido, mas insuficiente para operar mudanças na proporção esperada. Do ponto de vista tecnológico, é previsto que as delegacias legais sejam equipadas com computadores de última geração, conectados em rede. Através deles serão feitos todos os registros de ocorrência que alimentarão, em tempo real, uma base de dados centralizada a que todos os envolvidos e interessados na questão da segurança terão acesso. Além de agilizar o processo de registro e armazenamento de informações, esse novo método permitirá à polícia a consolidação de informações e a construção de mapas georreferenciados fundamentais para a orientação de ações estratégicas no

trabalho de prevenção e repressão a atividades criminais. (SOARES, SENTO SÉ, 2000, p. 26)

4.5.1 O policiamento comunitário do governo Garotinho

A partir de 1999, no Governo Garotinho, a política pública de segurança é reformulada com base nos princípios democráticos. As ações tinham como objetivo principal reduzir a letalidade policial (GONÇALVES, 2019). As ações não se limitaram às atividades de cunho operacional, ao aparelhamento institucional, mas novas medidas de gestão da informação e organização do trabalho policial foram adotadas. Uma transformação total nos sistemas de registro policial foi estabelecida, integrando toda a rede de dados da PCERJ e criando mecanismos de proteção desses dados, por meio de um “sofisticado sistema de informática”, a maior reforma administrativa implementada desde a nova ordem democrática, a criação do Programa Delegacia Legal, bem como o investimento na capacitação (GONÇALVES, 2019; MORAES; SOARES; CONCEIÇÃO, p.2, 2005).

Além desse programa, houve no ano 2000 a instalação nas comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho do primeiro modelo de policiamento comunitário em favelas do Brasil: Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE).

O GPAE constitui-se o embrião das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) (ALBERNAZ, 2007).

O GPAE era definido na diretriz de planejamento nº 023/00, aditamento ao Boletim da Polícia Militar nº 037, de 09 de agosto de 2004: 24 O GPAE, no âmbito da prestação de serviços de Segurança Pública, destina-se à implantação e implementação de uma nova modalidade de policiamento interativo em comunidades populares e favelas. Baseia-se no esforço de desenvolvimento de estratégias diferenciadas de prevenção e repressão qualificada do delito a partir da filosofia da Polícia Comunitária. Constitui pressuposto básico da ação que será desencadeada pelo GPAE a integração dos serviços públicos, através da participação articulada das agências do Estado, da Sociedade Civil, além da própria comunidade. O GPAE destina-se à execução permanente e interativa das atividades operacionais de policiamento em comunidades populares e favelas. A atividade desenvolvida é essencialmente preventiva e, eventualmente, repressiva (PMERJ, 2000, p. 4).

Inspirado em um dos primeiros projetos de policiamento em favelas implantado no estado denominado Grupamento de Aplicação Prática-Escolar (GAPE):

[...] voltados para áreas de favelas denominava-se Grupamento de Aplicação Prático Escolar – Gape, cujo piloto foi testado no Morro da Providência,

localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. O grupamento era formado essencialmente por recrutas e visava ser um laboratório de práticas comunitárias de policiamento. O caráter inovador do projeto estava na permanência diuturna dos policiais na favela, realizando o policiamento regular, o que facilitaria um contato mais próximo com seus moradores e o rompimento de um longo histórico de incursões policiais pontuais (ALBERNAZ, 2007, p. 40).

4.6. O governo Rosinha Garotinho

Com boa margem de aceitação em seu mandato à frente do governo do estado, sobretudo com as inovações na área da segurança pública, Anthony Garotinho conseguiu lançar a candidatura de sua esposa Rosinha Matheus, a qual sagrou-se vitoriosa na campanha de 2002, tomando posse em janeiro de 2003 como governadora do Rio de Janeiro.

Em março do mesmo ano, os governos Federal e do Rio de Janeiro anunciaram um plano de segurança pública para combater a criminalidade no estado. A medida incluiu a liberação de R\$ 40 milhões para a capacitação e qualificação da polícia e R\$ 700 mil para melhorar as condições do Complexo de Bangu⁹. Após uma série de ataques contra hotéis e pontos turísticos tradicionais da cidade, o ex-governador Anthony Garotinho substituiu o coronel Josias Quintal da Secretaria de Segurança Pública, prometendo fazer do Rio um "modelo" de segurança com base na criação de metas de segurança e medidas para deter a ação de traficantes. (GONÇALVES, 2019; MORAES; SOARES; CONCEIÇÃO, p.2, 2005).

Assim foram criadas as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). Ao mesmo tempo, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, propôs que o governo federal crie uma tropa de elite na Polícia Federal do Rio para reforçar o combate à violência. Segundo o ISP, a atual¹⁰ divisão territorial do Estado do Rio de Janeiro contempla um total de 41 AISP e 7 RISP, conforme a Resolução SESEG nº 478/2011, contando ainda do Decreto abaixo,

O Decreto nº 41.930/2009 dispõe sobre a divisão geográfica do Estado em: (i) Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP); (ii) Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e; (iii) Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP). Esta compatibilização territorial se justifica pela necessidade de se ter uma mesma área de responsabilidade territorial com unidade de propósitos

⁹ Dados retirados do relatório “Rio de Janeiro: Segurança Pública”, Arquivo 2000-2004. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2006/0304-rj-seguranca-2000-2004.html> > acessado em 10 Jul 21

¹⁰ Segundo Distribuição das Regiões, Áreas e Circunscrições Integradas de Segurança Pública (RISP, AISP e CISP), atualizada em novembro de 2021. Disponível em: https://www.ispdados.rj.gov.br:4432/Arquivos/Relacaodas%20RISP_AISP.pdf

e apoio mútuo. As CISP caracterizam a menor instância de apuração dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade. Nesse sentido, constituem a esfera de integração territorial, no nível operacional, das companhias de Polícia Militar da Secretaria de Estado da Polícia Militar (SEPM) com as delegacias de Polícia Civil da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL). As CISP têm como princípio básico o conceito de que a responsabilidade pelo policiamento de uma subárea da companhia de Polícia Militar deverá, sempre que possível, coincidir com a circunscrição de uma delegacia de Polícia Civil. As CISP, num total de 137 Circunscrições, correspondem às áreas territoriais de atuação e de responsabilidade conjuntas das companhias e das delegacias. As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) foram criadas por meio da Resolução SSP nº 248/1999, complementada pela Resolução SSP nº 263/1999. E cada AISP foi estruturada com base nas áreas geográficas de atuação das polícias Civil e Militar. (Site do ISP, 2021)

Dessa maneira, o contorno geográfico da AISP foi estabelecido a partir da área de atuação de um batalhão de Polícia Militar e as circunscrições das delegacias de Polícia Civil contidas na área de cada batalhão, articulando-se tático-operacionalmente. A política de segurança pública do governo Rosinha entrou em cheque quando, na madrugada do dia 22 de fevereiro de 2004, policiais do Batalhão de Operações de Policiais Especiais (BOPE), que realizavam uma operação na favela da Rocinha¹¹, abordaram os jovens Liniker, de 17 anos, Leandro, de 16 anos, Jean, de 13 anos e Marcelo, de 16 anos, após saírem de um baile funk. (Relatório RIO, 2004, p. 43)

Segundo o padrasto de um dos adolescentes, os policiais haviam colocado um saco na cabeça de Leandro para que ele não identificasse os locais por onde passariam, informando que os mesmos iriam morrer. Foi quando chegaram à Travessa Gregório, localizada na comunidade, e ali foram baleados. Liniker e Leandro morreram na hora e os outros dois foram levados para o hospital municipal Miguel Couto, na zona sul da cidade. Porém, Marcelo conseguiu sobreviver, sendo a única testemunha do fato, ficando internado em estado grave sob custódia de dois policiais militares. (Relatório RIO, 2004, p. 43)

A Associação de Moradores da Rocinha estava ciente de que o BOPE reforçaria o policiamento naquele dia de um modo preventivo, mas que não fariam qualquer operação mais ofensiva contra os moradores do local, tanto que o baile funk e o baile de carnaval, que seriam realizados no local, não foram cancelados. Cerca de cinco mil pessoas circulavam pela favela, quando os policiais realizaram a operação que resultou na morte de três rapazes. (Relatório RIO, 2004, p. 44)

Em 23 de setembro de 2004, o Centro de Justiça Global enviou uma denúncia para Philip Alston, Relator Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias e

¹¹ Disponível em: <http://www.consciencia.net/2004/mes/14/rj-rocinha.html> > acessado em 10 Jul 21

Arbitrárias. O documento informava sobre a operação policial do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE), na favela da Rocinha¹².

No dia 21 de outubro de 2004, a Justiça Global divulgou o Relatório Rio: Violência Policial e Insegurança Pública¹³ simultaneamente no Rio de Janeiro e em Washington durante audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. (Relatório RIO, 2004)

O referido relatório ressalta que as autoridades do Rio de Janeiro se utilizam em larga escala da violência direta como forma de controle social e combate à criminalidade, mas também se valem da manipulação de determinados instrumentos jurídicos, como os autos de resistência, os mandados de busca e apreensão itinerante e o crime por associação ao tráfico, para dar uma aparência de legalidade a suas ações. Segundo o relatório, as taxas de homicídios nos grandes centros urbanos do Brasil estão entre as maiores do mundo (Relatório RIO, 2004). Em 2002, foram cerca de 50 mil homicídios. Seriam nas comunidades mais carentes onde os habitantes já são privados da proteção do Estado, que existiria a maior concentração de homicídios e de crimes violentos. O que o relatório aponta é que ao falhar em tratar a longo prazo das necessidades de segurança pública de todos os setores da sociedade brasileira, como parte de uma estratégia governamental abrangente para combater a violência, sucessivos governos permitiram a institucionalização de um policiamento baseado em violações de Direitos Humanos e corrupção (Relatório RIO, 2004).

O estudo revela como as comunidades socialmente excluídas estão encurraladas, de um lado, pelos níveis elevados de violência praticada pelos criminosos e, de outro, pela repressão e discriminação praticadas pelas forças policiais das quais deveriam receber proteção. *“Há uma negligência dos governos estaduais e federal na providência de segurança pública. Reconhecemos que combater a violência armada é um trabalho difícil, mas houve uma decisão em se combater com base só na repressão”*. Só que o conceito de segurança com base na redução dos Direitos Humanos *“não protege ninguém”*¹⁴, segundo o relatório. (Relatório RIO, 2004)

O relatório aborda também as execuções ocorridas na favela do Caju e a chacina ocorrida na Baixada Fluminense durante a gestão de Rosinha Garotinho. No dia 6 de

¹² “Relatório Rio: Violência Policial e Insegurança Pública” 21 de outubro de 2004. Disponível na internet em: www.justicaglobal.org.br > acessado em 10 Jul 21.

¹³ Idem

¹⁴ Idem

janeiro de 2004, na favela do Caju, zona norte do Rio de Janeiro, cinco jovens que estavam sentados em um bar, entre eles um garoto de 13 anos, foram executados. Um sobrevivente e vários familiares relataram que os policiais chegaram correndo e atirando nos cinco rapazes, eles ainda tentaram se identificar, mas não adiantou. No dia seguinte, seus corpos foram encontrados enterrados em uma fossa localizada próxima à comunidade¹⁵ (Relatório RIO, 2004).

A chacina de 31 de março de 2005, ocorrida no subúrbio da Baixada Fluminense, quando um grupo de homens, alguns mascarados e encapuzados, atiravam a esmo pelas ruas, algumas vezes parando os carros para liquidar suas vítimas à queima roupa. O saldo, até às 23h da noite daquele dia: 29 mortes¹⁶.

Porém, o relatório falha ao colocar todos os dados como homicídios provocados pela polícia, dando uma conotação de criminosa a todas as ações legítimas da polícia na manutenção da ordem pública e incolumidade das pessoas como em preceitua a Carta Magna de 1988, que dispõe tal preceito como um dever das polícias. Cabe ressaltar que os autos de resistência são instrumentos legais protegidos por lei para garantir a legítima defesa por parte dos agentes da lei quando são injustamente agredidos por armas de fogo disparadas por marginais da lei quando avistam policiais em patrulhamento no interior das favelas. Como bem explicita o Centro de Pesquisas sobre Letalidade Policial do Ministério Público¹⁷ do Rio de Janeiro, o qual expressamente diz: *“O uso da força no exercício da atividade policial deve estar amparado por parâmetros técnicos e legais”* separando a letalidade por região do Estado, demonstrando que as regiões com maior número de homicídios são exatamente as regiões dominadas pelo tráfico de drogas, havendo confrontos entre facções rivais no controle dos pontos de venda e conseqüentemente as áreas onde a polícia também é repelida a tiros.

Após a repercussão nacional e internacional negativa, a governadora Rosinha Garotinho determinou que as operações policiais que tivessem mortos fossem apuradas com rigor e prioridade máxima, principalmente as investigações que apuram os autores da chacina ocorrida nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. (Jornal O Globo, 2005, p. 19)

¹⁵ “Impunidade na Baixada Fluminense” s/d

¹⁶ Idem

¹⁷ Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-pesquisas/letalidade-policial-rj> > acessado em 26 Ago 21.

A governadora procurou dar apoio às famílias dos mortos das chacinas, determinando que a Secretaria de Direitos Humanos, amparasse a todos e arcasse com todas as despesas do sepultamento e que as secretarias de Ação Social, Direitos Humanos e a Defensoria Pública dessem total assistência às famílias das vítimas. Determinou a criação de uma comissão especial para apurar a existência e os envolvidos em grupos de extermínio que atuavam na Baixada Fluminense (Jornal O Globo, 2005, p. 19).

Por todos os fatos negativos citados, o governo de Rosinha Garotinho foi lembrado pela existência de grupos de extermínio, chacinas e pela degradação do Estado com a escalada dos níveis de violência alarmantes. No dia 21 de outubro de 2004, a Justiça Global divulgou o “Relatório Rio: Violência Policial e Insegurança Pública”¹⁸ simultaneamente no Rio de Janeiro e em Washington durante audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Com a perda de vidas de todos os lados, seja de criminosos da lei, inocentes e policiais, segundo o relatório da Anistia Internacional (2006).

Na figura abaixo, é possível observar os indicadores criminais e de atividade policial desde os governos de Leonel Brizola até o final de Rosinha Garotinho. Os dados apresentados na Figura 1 mostram os indicadores criminais e de atividade policial, mostrando números de homicídio, roubo e roubo a transeunte no período do governo Brizola de 1983 a 1987, Moreira Franco de 1987 a 1991, o retorno de Brizola em 1991 a 1994, Marcello Alencar de 1995 a 1999, Anthony Garotinho de 1999 a 2002 e Rosinha Garotinho de 2003 a 2007. As taxas de homicídio de Brizola eram de 8,8 (1985 a 1986) e caiu para 6,6 (1987 a 1990) no governo Marcello Alencar. Porém, continuou a cair para 3,2 no segundo governo Brizola (1991 a 1994) até chegar a -3,0 no final do governo Rosinha Garotinho. Já no campo de índices de atividade policial, no período Brizolista não eram computados até 1990, ou seja, os dados sobre as apreensão de armas, drogas, prisões e de “não-policiais mortos”.

Outro ponto importante a destacar são os números negativos de apreensão de armas (-3,6) e drogas (-0,1), passando para 20,3 e 68,3 nos anos de 1995 a 1998, respectivamente no governo Marcello Alencar. No período de 1999 a 2006, com o PDT da família Garotinho a frente do governo do Rio de Janeiro os números de apreensão de armas (15,1) e drogas (9,1) despencaram, caindo mais ainda no período de Rosinha Garotinho de 2003 a 2006, com apreensão de armas (-2,4) e drogas (-6,1).

¹⁸ Disponível em: “Relatório Rio: Violência Policial e Insegurança Pública” 21 de outubro, 2004. Disponível na internet em: www.justicaglobal.org.br > acessado em 26 Ago 21.

Figura 1 - Variação média anual de crimes e de indicadores de atividade policial, por tipos no Estado do Rio de Janeiro – 1985-2006

Períodos	Em porcentagem						
	Indicadores criminais			Indicadores de atividade policial			
	Homicídio	Roubo veículo	Roubo transuente	Apreensão de armas ¹	Apreensão de drogas ²	Prisões	Não-policiais mortos
1985-86	8,8	5,5	0,11	-	-	-	-
1987-90	6,3	1,7	-7,5	-	-	-	-
1991-94	3,2	20,8	3,3	-3,6	-0,1	-	-
1995-98	-16,3	0,7	0,5	20,3	68,3	-	32,3
1999-02	9,6	6,2	24,1	15,2	9,1	-10,5	46,1
2003-06	-3,0	1,9	26,0	-2,4	-6,1	-13,2	-14,7

Fonte: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE. Anuário Estatístico do Rio de Janeiro (1983-90); Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes; Instituto de Segurança Pública – Isp do Rio de Janeiro. Balanço semestral e dados mensais de julho a outubro.

(1) Variação anual média de armas apreendidas. Estão disponíveis dados apenas até 2005. O percentual do último período indica a variação entre 2003 e 2005.

(2) Número de prisões efetuadas no Estado, inclusive ECA. Estão disponíveis dados apenas para o período 2000-2005.

(-) Dado inexistente

Fonte: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE. Anuário Estatístico do Rio de Janeiro (1983-90); Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes; Instituto de Segurança Pública – Isp do Rio de Janeiro. Balanço semestral e dados mensais de julho a outubro.

4.7. O governo Sérgio Cabral

Em 2007, com amplo apoio do PT, PDT e PMDB (seu partido), foi eleito para governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Durante seu primeiro comício no Estado do Rio, por ocasião da campanha do segundo turno, tendo ao seu lado pela primeira vez um amplo setor do PMDB, o candidato do partido ao governo fluminense, Sérgio Cabral, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que: “eu e Cabral não ganhamos a eleição no primeiro turno por vontade divina. Acho que não ganhamos as eleições porque

Deus quis nos colocar à prova", disse o presidente em comício na Praça do Pacificador, no centro de Duque de Caxias e Baixada Fluminense." (Estado de São Paulo, 2006)

O ex-presidente Lula apoiava a campanha de Sérgio Cabral o colocando lado a lado nos comícios no Rio de Janeiro, dizendo: *"A verdade nua e crua é que agora temos de escolher entre duas propostas políticas. De um lado, os adversários do Sérgio, os meus adversários, o que eles querem?" Acrescentando: "Querem vender o restante das coisas que não venderam no passado. Nosso projeto é outro, nosso projeto é fazer com que nosso País se torne uma Nação soberana."* (Estado de São Paulo, 2006)

Mesmo sendo apoiado pelo casal Garotinho, Cabral não pareceu constrangido com a crítica feita por Lula, quando manifestou o rancor pela falta de apoio de Rosinha e Anthony no segundo turno, e a aliança feita por esses a Geraldo Alckmin. Ao comentar investimentos anunciados pelo governo federal de R\$ 400 milhões em segurança durante os Jogos Pan Americanos, Cabral afirmou: *"que não se trata do plano de segurança do caveirão", em referência ao carro blindado usado pela PM em incursões em favelas, criado no governo Garotinho*". O candidato afirmou ainda que, *"se eleito, em parceria com o governo federal, terá condições de dobrar o número de pessoas beneficiadas pelo programa Bolsa-Família no Estado, que hoje tem 400 mil cadastrados"*. (Estado de São Paulo, 2006)

Com expressiva votação nos bairros pobres e favelas da cidade, por ter um programa para a segurança pública onde prometia respeito e ações pautadas nos direitos humanos para todas as favelas fluminense, combatendo a corrupção policial, eliminação dos veículos blindados (Caveirões) de tropa nas operações policiais dentro das comunidades. A expectativa continuou logo após a posse, com a indicação para o comando da Polícia Militar do coronel Ubiratan de Oliveira Ângelo, reputado como tendo bom diálogo e relações com lideranças comunitárias e organizações de direitos humanos.

4.7.1 GPAE como embrião para as UPPs

Considerando o contexto nacional de ruptura do modelo repressivo, o Rio de Janeiro acompanhou essa tendência, tendo os primeiros módulos do GPAE se consolidados nas comunidades e, após dois anos, surgiram as primeiras replicações do modelo. Contudo, não se tinha uma avaliação de impacto que viesse comprovar a eficácia do projeto e

pudesse justificar as reproduções, que ocorreram a partir de crises pontuais na segurança, geradoras de clamor público (ALBERNAZ, 2007).

Somente após quatro anos de implantação do primeiro grupamento, o Governo do Estado, em parceria com a ONG Viva Rio, adotou medidas de gestão, que segundo Albernaz (2007, p. 40) tinham as finalidades de: *“atualização da doutrina, das formas de atuação e ferramentas de gestão; atualização dos conteúdos didático-pedagógicos; qualificação do efetivo; elaboração de estratégias de participação comunitária e capacitação de lideranças locais; monitoramento e avaliação do projeto”*.

O policiamento comunitário é o modelo no qual a expressão constitucional *“responsabilidade de todos”* se configura, ocorre associado à colaboração ativa do cidadão. Segundo Cerqueira (1998, p. 50) *“pode-se dizer que ele é um processo interativo entre a polícia e a comunidade para, em conjunto, identificar e resolver os problemas da comunidade”*.

Antero (2009) destaca que, apesar dos resultados positivos em relação à redução de conflitos armados entre polícia versus integrantes do tráfico de drogas, não se pode dizer que o GEPAE representou a plena transformação da atuação da polícia. Isto porque a essência do policiamento comunitário, consiste na participação comunitária e na mudança da relação polícia-comunidade, passando a ser visto como *“integrante dessa comunidade e pela sua forma de atuação percebe os anseios desta”*, na prática não se consolidou (ANTERO, 2009, p. 3).

Mas foi em 27 de junho de 2007, que uma nova fase para a segurança pública do Rio se iniciou. A Polícia Militar do Rio de Janeiro realizou no Complexo do Alemão uma operação policial executada em conjunto com a Polícia Civil e a Força Nacional de Segurança, com o objetivo de combater o tráfico de drogas e desarticulação da maior facção criminosa do Estado, o Comando Vermelho. Segundo uma matéria do Jornal Extra, a operação contou com a participação de 1.350 agentes policiais, a utilização de 1.080 fuzis e 180.000 munições, tendo a duração de cerca de oito horas. Após o término da operação, o Estado divulgou um balanço com a apreensão de 14 armas, entre elas fuzis e pistolas, 50 explosivos e 2.000 munições em poder dos traficantes. Entretanto, mesmo com as declarações públicas de agentes do Estado do Rio de Janeiro sobre a preparação desta operação e a utilização de atividades de inteligência para que houvesse o mínimo de risco à

população civil, 19 suspeitos foram mortos em confronto com a polícia, 7 vítimas de “balas perdidas” e um policial ferido¹⁹.

Segundo a Radiobrás²⁰, um documento assinado por 17 entidades de Direitos Humanos foi encaminhado no dia seguinte à operação à Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciando a ação policial no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Eles solicitaram a visita in loco da Comissão Interamericana de Direitos Humanos do organismo internacional ao Rio de Janeiro para apurar as denúncias.

Foi neste contexto que a Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ solicitou um relatório sobre as 19 mortes ocorridas no complexo de favelas do Alemão, em virtude da megaoperação realizada no dia 27 de junho. O relatório foi feito com base nos laudos do Instituto Médico Legal.

4.7.2 A origem das UPPs

Entre dezembro de 2008 e janeiro de 2012, foram implantadas 19 Unidades de Polícia Pacificadora em diversas comunidades, conforme revela a Tabela 1. Diversas análises foram feitas sobre as bases das UPPs, sendo uma a uma colocada na tabela abaixo, de acordo com sua inauguração, sendo utilizados os dados das mais recentes que se encontravam disponíveis no começo deste estudo para poder avaliar o seu impacto. (CANO, 2012, p. 17)

Tabela 1: Datas de Instalação das Unidades de Polícia Pacificadora até janeiro de 2012

Unidade de Polícia Pacificadora	Data de instalação
Santa Marta	19/12/08
Cidade de Deus	16/02/09
Jardim Batam	18/02/09

¹⁹ Disponível em: Megaoperação no Alemão deixa 19 mortos». Extra. 27 de Junho de 2007. > acessado em 15 Ago 21.

²⁰ Capturado no site <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/07/18/materia.2007-07-18.6093898195/view> > acessado em 15 Jul 21.

Babilônia/Chapéu Mangueira	10/06/09
Cantagalo/Pavão-Pavãozinho	23/12/09
Tabajaras/Cabritos	14/01/10
Providência	26/04/10
Borel	07/06/10
Formiga	01/07/10
Andaraí	28/07/10
Salgueiro	17/09/10
Turano	30/09/10
Macacos	30/11/10
São João/Matriz/Quieto	31/01/11
Coroa/Fallet/Fogueteiro	25/02/11
Escondidinho/Prazeres	25/02/11
São Carlos	17/05/11
Mangueira/Tuiuti	03/11/11
Vidigal/Chácara do Céu	11/01/12

Fonte: Coordenadoria de Polícia Pacificadora – CPP/PMERJ

A existência legal das UPPs está baseada numa estrutura normativa muito enxuta, composta apenas de alguns decretos. Nesse sentido, pode se dizer que o programa ainda está pendente de um processo de formalização e sistematização que consolide um modelo claro. Segundo Cano (2012) os documentos que nos foram fornecidos e que foram estudados pelo pesquisador são os seguintes:

- Decreto-lei nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009, promulgado pelo governador Sérgio Cabral;
- Decreto-lei nº 41.653 de 22 de janeiro de 2009, promulgado pelo governador Sérgio Cabral;
- Nota nº 0202 do Boletim da Polícia Militar de 5 de fevereiro de 2009, emitida pelo Comandante Geral, retificada num ponto pela Nota nº 0042 de 31 de julho do mesmo ano;

- Decreto-lei nº 42.787 de 6 de janeiro de 2011, promulgado pelo governador. O decreto de 21 de janeiro de 2009 simplesmente cria a Unidade de Polícia Pacificadora dentro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e o decreto do dia 33 seguinte determina o pagamento de uma gratificação de R\$500,00 mensais para todos os policiais lotados nas UPPs.

A Nota nº 202 do Comandante Geral insere a UPP, na época existente apenas no morro de Santa Marta, dentro da Coordenadoria de Assuntos Especiais. A UPP, que tinha status de Companhia na corporação, ficava vinculada para fins de controle administrativo e operacional ao Comandante do Batalhão da área (2º BPM). Não obstante, para garantir a sua autonomia operativa, a Nota estabelecia que os policiais da UPP só poderiam ser movimentados para outras unidades (OPMs, ou Organizações Policiais Militares, na terminologia da PM) por ordem do Estado Maior Geral. (CANO, 2012, p.18)

Segundo Cano (2012, p. 18),

Os documentos que nos foram fornecidos e que foram estudados dentro do presente trabalho são os seguintes:

- Decreto-lei no. 41.650 de 21 de janeiro de 2009;
- Decreto-lei no. 41.653 de 22 de janeiro de 2009;
- Nota no. 0202 do Boletim da Polícia Militar de 5 de fevereiro de 2009, emitida pelo Comandante Geral, retificada num ponto pela Nota nº 0042 de 31 de julho do mesmo ano;
- Decreto-lei nº 42.787 de 6 de janeiro de 2011.

Por sua vez, o decreto de janeiro de 2011 é o único que descreveu minimamente a estrutura, os objetivos e a organização do programa. Na prática, isto quer dizer que o projeto das UPPs avançou de forma experimental e pragmática, sem responder a um plano previamente desenhado. Dois anos depois do seu nascimento, o Santa Marta, os gestores sentiram a necessidade de um mínimo grau de formalização. De qualquer forma, ainda hoje, poder-se-ia concluir que o grau de institucionalização do programa é bastante baixo. Cano (2012, p. 18) analisa ainda que,

Do ponto de vista doutrinário, o artigo 1 do decreto vincula as UPPs à “filosofia de polícia de proximidade”, enquanto que o artigo 6 estipula que os policiais dessas unidades deverão ter formação com ênfase em “Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária”. Na prática, embora o termo de Polícia Comunitária tenha sido usado no decreto e, inicialmente, na iconografia do programa o prédio policial em Santa Marta mostrava originalmente um cartaz de “Companhia de Policiamento Comunitário”, o conceito foi progressivamente

substituído, na divulgação do programa, pela noção de “Polícia de Proximidade”. O artigo 1 estabelece ainda três critérios para a seleção dos locais: a) comunidades pobres; b) de baixa institucionalidade e alto grau de informalidade; e c) com a presença de grupos criminosos ostensivamente armados. Os objetivos centrais das UPPs, de acordo com este mesmo artigo (§ 2º), são dois: “a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”. Em suma, as metas centrais são a recuperação por parte do estado de territórios dominados por grupos criminosos e o fim dos confrontos armados.

4.7.3 A crise do governo Cabral e a renúncia

Após a série de protestos realizados no Brasil em junho de 2013, no Rio de Janeiro, o movimento contra o governador do Estado do Rio de Janeiro ganhou força e tomou algumas ruas. Chamado de Ocupa Cabral, jovens políticos e suprapartidários ocuparam as ruas Aristides Espínola, onde mora Sérgio Cabral, e Delfim Moreira, ambas no Leblon, bairro com o metro quadrado mais caro do Brasil. Manifestavam-se contra o governador por considerarem autoritária sua forma de administrar o Estado do Rio de Janeiro, utilizando o cargo para interesses próprios, e por muitas suspeitas de corrupção.

Segundo reportagem do Jornal O Globo de 1 de julho de 2013, os principais pontos que o movimento protestava era contra:

1. A relação do governador com vários empresários, como Eike Batista, que participou do grupo vencedor da concessão do Estádio do Maracanã, pelo prazo de 35 anos;
2. O uso de helicópteros do Estado para fins pessoais, inclusive para o cachorro de seu filho;
3. A mulher de Cabral ser sócia-proprietária de um escritório de advocacia que presta serviço a empresas concessionárias de transporte público do Rio, como a Supervia e o Metrô Rio;
4. As ações violentas da Polícia Militar;
5. O favorecimento ao seguimento das empresas de ônibus, principalmente querendo acabar com as vans de lotação de transporte alternativo que tinha um apoio político do ex-governador Anthony Garotinho;

6. As relações do governador de favorecimento ao presidente do Comitê Olímpico Brasileiro Carlos Arthur Nuzman desde os Jogos Pan-Americanos de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2016, que acabou destruindo o Autódromo de Jacarepaguá para alocar os atletas olímpicos, contra a vontade de grandes parcelas da população da Barra da Tijuca e adjacências. Outro episódio emblemático foi a truculência do governador contra greves de bombeiros, professores, servidores públicos, o descaso com a saúde e a educação, enquanto grande parte dos recursos do estado eram destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB); (O Globo, abril de 2014)

A recepção ao Papa, em 22 de julho de 2013, no Palácio Guanabara, Rio de Janeiro, foi marcada por protestos contra o governador na frente da sede do governo, bem como em seu entorno.

Com todos esses problemas, a popularidade de Cabral caiu drasticamente. Em novembro de 2010, o governador tinha 55% de aprovação da população fluminense. Em junho de 2013, o índice despencou 30 pontos, passando a 25%. Em julho de 2013, caiu ainda mais e, com 12% de aprovação, Cabral obteve a pior avaliação entre os governadores dos estados brasileiros. Em novembro de 2013, uma nova pesquisa apontou pequena recuperação, e a aprovação do governo Cabral passou a 18%.

Sinais de esgotamento político e financeiro se apresentavam no horizonte do governo do estado e a saída honrosa era uma possível renúncia sob alegação de concorrer ao cargo de Presidente da República. Foi exatamente esta última a alegação dada por Cabral ao Jornal O Globo durante uma entrevista. (O Globo, abril de 2014)

4.7.4 A criação da primeira base da Operação Segurança Presente (OSP)

Com o clima de violência avançando nas regiões centrais da cidade e as diversas denúncias de corrupção, um fato chocante marcou o início das Operações Segurança Presente. Em dezembro de 2013, um crime bárbaro foi cometido na região mais boêmia do Rio, conhecida por sua vida noturna de bares e restaurantes, os Arcos da Lapa. Em mais uma sexta-feira movimentada na região boêmia, o conhecido comerciante e dono de um bar famoso na Lapa foi assassinado por quatro bandidos. Gerson Vaz, de 24 anos, havia perdido a vida por um motivo fútil, apenas para satisfazer o desejo de um morador de rua e viciado em drogas que buscava por dinheiro para adquirir entorpecentes. Tal fato causou

impacto nos comerciantes e frequentadores locais, que se reuniram para pedir ao então governador Sérgio Cabral providências para que fatos como aquele não ocorresse mais na região. (GONÇALVES, 2018, p. 20)

No mês anterior, um jovem de 19 anos, aluno do Colégio Pedro II, havia sido morto a facadas na mesma região por um morador de rua viciado em crack, só porque não entregou o dinheiro para o assassino comprar drogas. Todos esses fatos corroboraram para que a associação de moradores e comerciantes da Lapa pedissem uma audiência com o governador cobrando mais policiamento para o bairro (GONÇALVES, 2018, p. 20).

Foi quando, em 1º de janeiro de 2014, deu início à inauguração da primeira base do Programa Operação Segurança Presente, no bairro da Lapa. Surgia assim a Operação Lapa Presente (GONÇALVES, 2018, p. 20). Em 3 de abril de 2014, Sérgio Cabral deixou o cargo de governador do Rio de Janeiro. Em sua carta de renúncia, enviada à Assembleia Legislativa do Estado, Cabral citou artigo da Constituição Federal que diz que chefes do Executivo têm que deixar o cargo caso queiram se candidatar nas eleições.

4.8 O governo Luiz Fernando de Souza (Pezão)

Após a renúncia do então governador Sérgio Cabral em 3 de abril de 2014, assumiu a Chefia do Poder Executivo Estadual Luiz Fernando de Souza Pezão, como era conhecido politicamente, foi subsecretário estadual de Governo e de Coordenação da governadora Rosinha Matheus em 2005. Tal nomeação se deu após o então secretário Anthony Garotinho, marido e antecessor de Rosinha, decidir disputar pela segunda vez a Presidência da República. Foi vice-governador por duas vezes na chapa juntamente com Sérgio Cabral Filho, entre os anos de (2007-2010 e 2011-2014). Pezão coordenou a recuperação das cidades da região serrana afetadas pelas chuvas e comandou os projetos Asfalto na Porta e Bairro Novo, que levaram melhorias urbanas tais como: drenagem e pavimentação de ruas aos municípios do estado. (O Globo, abril de 2013)

À frente da Secretaria Estadual de Obras, Pezão coordenou as principais obras do governo tais como as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Complexo do Alemão, Manguinhos, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo e Rocinha, bem como a construção do Arco Metropolitano.

Durante sua gestão, Pezão sofreu uma crise nas receitas do estado e das UPPs, que começaram a sofrer com a falta de recursos e efetivo em razão da falta de investimento de empresas parceiras que pararam de “patrocinar” o programa, após sofrerem com as denúncias de corrupção, tanto por parte delas, quanto por parte do governo, que agora eram investigadas e denunciadas pela operação Lava Jato (BBC New, outubro de 2016).

Todas as favelas antes ocupadas pelas UPPs voltaram a ser dominadas por criminosos que se evadiram durante o processo de pacificação, e que agora enxergavam na crise das UPPs, uma oportunidade de retomar seus pontos de venda de entorpecentes.

Quando foi eleito governador do Rio de Janeiro, Pezão disse que já vinha pedindo que o presidente da República, Michel Temer, em razão das diversas crises na área de segurança pública, sobretudo em conflitos de facções criminosas na favela da Rocinha, que autorizasse o emprego de tropas militares numa missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ampliada no estado. As conversas avançaram e a conclusão foi pelo comando federal das forças de segurança locais. Segundo o Relatório de Gestão 2018, produzido pelo Gabinete de intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro, o então interventor, General Walter Souza Braga Netto emitiu a seguinte mensagem:

Em fevereiro de 2018, após seguidos episódios de violência durante o carnaval na cidade do Rio de Janeiro, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, no exercício da prerrogativa postulada no artigo 34, III, combinado com o artigo 36, parágrafo primeiro, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que prevê a intervenção da União nos estados para pôr termo o grave comprometimento da ordem pública, decretou a Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, com prazo de duração fixado até 31 de dezembro de 2018. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2018, p. 15)

Na época, o governador disse: *“Eu aceitei prontamente, não tive resistência nenhuma. Vejo como uma parceria. Acho que no Brasil vai ser o grande tema a ser discutido. Segurança pública é uma chaga hoje no país”*. Pezão negou sentir-se “diminuído” com a entrega da segurança pública do Rio de Janeiro ao governo federal. Ele afirmou que é uma “oportunidade única” e acrescentou que já vinha tratando essa possibilidade com o governo federal há cerca de um ano. (AGÊNCIA BRASIL, fevereiro de 2018)

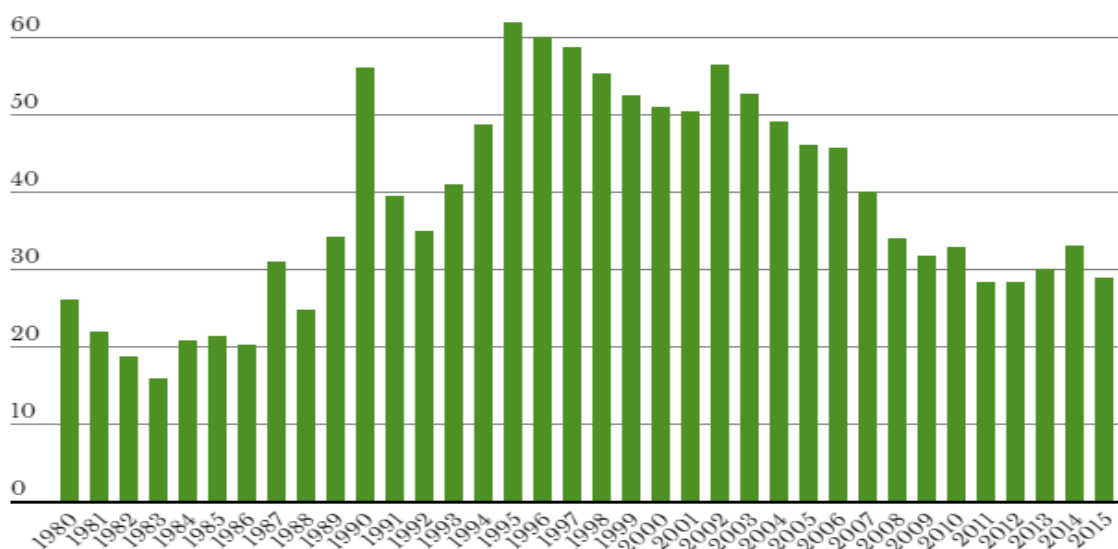
O governador não tomará nenhuma decisão sobre o status do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Roberto Sá. Com a segurança pública do estado

entregue às forças federais, Sá perde o comando que tinha e, na prática, poderia até ser exonerado. Segundo Pezão, o futuro do secretário ficará a cargo do general Walter Souza Braga Netto, chefe do Comando Militar do Leste, escolhido para comandar a intervenção. (AGÊNCIA BRASIL, fevereiro de 2018)

Em entrevista a reportagem da Agência Brasil, o então governador disse: *“Vamos ver o que o General Braga Netto vai fazer. Ele vai conversar, ele se dá muito bem com Roberto Sá. A gente tinha uma ótima integração com o Comando do Leste”*. E acrescentou que quando foi perguntado se interferiria nas ações do Gabinete de Intervenção, afirmou: *“Ele vai ter a autonomia, como o Roberto Sá teve, de escolher seus auxiliares. Nunca interfere e muito menos agora”*. (AGÊNCIA BRASIL, fevereiro de 2018)

O Gráfico 2 representa a série histórica das taxas de homicídios (por 100 mil habitantes) que perpassaram os diversos governos e as políticas públicas adotadas desde o início da década de 80 até 2015, como demonstrativo do impacto das políticas públicas no estado do Rio de Janeiro, sobretudo do que diz respeito a segurança pública implementada pelos governos de Leonel Brizola (primeiro mandato) até Luiz Fernando Pezão.

Gráfico 2 - Série histórica (1980 - 2015)



Fonte: Mapa da Violência / Sistema de Informações de Mortalidade - Ministério da Saúde

4.8.1 Queda de receita

Pezão relacionou a crise de segurança com a crise financeira do estado, já que os servidores da área passaram a trabalhar de forma precária. *“Tivemos problemas financeiros graves, e ainda temos. Temos cerca de 60% da nossa frota paralisada, ainda devemos o 13º salário de 2016. Foi um quadro muito difícil para nossa área de segurança trabalhar”*. (AGÊNCIABRASIL, fevereiro de 2018)

O governador disse que não se sente culpado pela crise no estado. Segundo ele, a queda de receita dos royalties do petróleo foi responsável pelo problema. E lamentou a queda do preço do barril do petróleo pouco depois de ter assumido o governo. *“Eu não sou culpado de ter chegado em abril com US\$ 115 o barril do petróleo, governar um ano e dois meses com o preço do barril a US\$ 28, depois quase um ano a US\$ 32 o barril. O Rio tem uma dependência muito forte do petróleo. Tivemos uma queda de receita de 26%. Não é trivial”*. (AGÊNCIABRASIL, fevereiro de 2018)

4.8.2 A disputa por territórios entre o poder paralelos das facções criminosas e das milícias

Na década de 70, durante o governo militar, como forma de combater as ações armadas da esquerda comunista, tentou passar uma imagem para a população de que despolitizar as atividades de enfrentamento dos grupos organizados que combatiam o regime militar, tratando-os como "simples banditismo comum", o que permitia também uma boa argumentação para enfrentar as pressões internacionais em prol de anistia e contra as denúncias de tortura. Nivelando o militante e o bandido, o sistema cometeu um grave erro. O encontro dos integrantes das organizações revolucionárias com o criminoso comum rendeu um fruto perigoso: a Falange Vermelha, origem do Comando Vermelho. A iniciativa do regime militar, transformada em legislação especial aprovada apressadamente pelo Congresso Nacional, foi regulamentada pelo Artigo 27 do Decreto-Lei 898 de 1969. (AMORIM, 2012, p. 26)

A facção descendente da Falange Vermelha foi criada por Rogério Lengruber (vulgo “bagulhão”), José Carlos dos Reis Encina, (vulgo "Escadinha") e o colegiado, ainda na década de 1970. Uma das primeiras medidas do Comando Vermelho (CV) foi a instituição do "caixa comum" da organização, alimentado pelos proventos arrecadados das atividades criminosas isoladas, daqueles que estavam em liberdade, “o dízimo”. O dinheiro assim

arrecadado serviria não só para financiar novas tentativas de fuga, mas igualmente para amenizar as duras condições de vida dos presos, reforçando a autoridade e respeito do Comando Vermelho no seio da população carcerária. (AMORIM, 2012, p. 26)

No início dos anos 80, os primeiros presos egressos da Ilha Grande começaram a pôr em prática todos os ensinamentos que haviam adquirido ao longo dos anos de convivência com os presos políticos, organizando e praticando numerosos assaltos a instituições bancárias, algumas empresas e joalherias.

Ainda no início da década de 90, a facção influenciou a criação do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo. Dela surge ainda uma espécie de dissidência, posteriormente reincorporada, o Comando Vermelho Jovem. (BARCELLOS, 2003, p. 249)

Já o Terceiro Comando (TC) possivelmente surgiu de uma dissidência do Comando Vermelho e por policiais que passaram para o lado do crime, como o traficante Zaca, que foi policial militar e disputou uma sangrenta guerra com o traficante Marcinho VP (CV), no morro Dona Marta, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O TC passou a dominar pontos de venda a partir das zonas Oeste e Norte, áreas mais periféricas da cidade do Rio de Janeiro. (BARCELLOS, 2003, p. 249)

O TC aliou-se à facção Amigo dos Amigos (ADA) em 1994, o que fortaleceu a ambas as organizações no domínio de diversos morros da cidade do Rio. Em setembro de 2002, Luiz Fernando da Costa (vulgo Fernandinho Beira-Mar), um dos líderes do Comando Vermelho, articulou uma rebelião no presídio de Bangu 1, em que foram executados os principais líderes do TC, dentre eles o traficante Ernaldo Pinto Medeiros (vulgo Uê). Celsinho da Vila Vintém, da ADA, foi acusado de traição, por ter aceitado passar para o CV e se submeter a sua liderança, o que gerou a divisão entre TC e ADA. Após isso, os traficantes do TC então passaram à ADA ou partiram de vez para o Terceiro Comando Puro (TCP), ou seja, sem misturas com o ADA. (BARCELLOS, 2003, p. 291)

Assim, em todas as favelas do Rio de Janeiro que eram dominadas por facções criminosas, com grupos fortemente armados e que comercializavam entorpecentes, estavam nas “mãos” do Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) ou Amigo dos Amigos (ADA). Ou seja, onde o poder estatal não se fazia presente com a promoção de políticas públicas de melhoria para a população mais pobre, os criminosos ocupavam esses territórios. (BARCELLOS, 2003, p. 514)

Paralelamente à guerra entre facções criminosas, surgiu na zona oeste do Rio de Janeiro, no bairro carente do Rio das Pedras, um grupo paramilitar, que ficou conhecido como milícia ou polícia mineira. Um dos fundadores da Associação de Moradores de Rio das Pedras foi Octacílio Brás Bianchi, uma liderança local e um dos pais fundadores do grupo paramilitar. Sem a presença do poder público, os milicianos criaram as próprias leis. Nos anos 1980, sob o comando do inspetor de polícia Félix Tostes, esse grupo articulou uma força de defesa contra investidas de traficantes de regiões vizinhas, como a Cidade de Deus. Ao longo de 20 anos de frustradas e violentas tentativas de invasão, o grupo de Bianchi e Tostes se expandiu, banindo a venda de drogas no bairro Rio das Pedras e alardeando uma sensação de segurança. (RIBEIRO, OLIVEIRA, 2010, p. 8)

Porém, foi na década de 2000 que as atividades dos milicianos se expandiram em diversas favelas pequenas, antes controladas pelas facções criminosas, ou seja, grupos paramilitares com um “modus operandi” do crime organizado formadas em comunidades urbanas de baixa renda, como conjuntos habitacionais e favelas, inicialmente, alegando combater os bandidos e trazer de volta a “paz” para a localidade. Entre os pioneiros dessa prática estavam os irmãos Guimarães (Jerominho e Natalino) que atuavam na localidade de Campo Grande e contava com seu guarda-costas, Ricardo Teixeira da Cruz (vulgo Batman). Tais grupos se mantêm com os recursos financeiros provenientes da extorsão da população e do comércio, impondo tarifas de segurança, exploração clandestina de gás, televisão a cabo, agiotagem, máquinas caça-níqueis, venda e construção de imóveis. (RIBEIRO, OLIVEIRA, 2010, p. 10)

Inicialmente foram formadas por policiais Civis e Militares, Bombeiros, Guarda Municipais, vigilantes, agentes Penitenciários da ativa ou aposentados. Atualmente, as lideranças das principais milícias estão nas mãos de criminosos comuns e não mais nas mãos de agentes do Estado, apesar de ainda contar com a conivência ou participação de muitos deles. Em sua maioria, os milicianos costumam ser moradores das comunidades e contam com o respaldo de políticos e lideranças comunitárias locais. Mas, com a rápida expansão destes grupos, muitos ex-traficantes e pessoas comuns foram aliciadas pelas milícias. Portanto, as milícias atuais são formadas agentes políticos locais, além de criminosos aliciados por milicianos com a conivência de agentes da segurança pública, ex-carcerários, traficantes, etc. (RIBEIRO, OLIVEIRA, 2010, p. 10)

Para combater as atividades criminosas do tráfico de drogas nos principais morros do Rio de Janeiro, foram criadas as UPPs como uma Unidade de Pacificação. Já as

Operações Segurança Presente têm como objetivo atuar no “asfalto”, nas ruas dos bairros, como um modelo de policiamento de proximidade que tem foco nos delitos contra o patrimônio (furto, roubo, dano ao patrimônio e etc.), bem como contra os crimes contra a vida (lesão corporal, homicídio, etc.).

No combate contra as milícias, o governo do estado destinou a Delegacia de Combate ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais (DRACO-IE) e a 8ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM), esta última para apurar e prender policiais militares que atuam como milicianos, e a DRACO-IE para todas as demais atividades desses grupos paramilitares que hoje dominam a maioria das favelas antes dominadas pelo tráfico de drogas. Como forma de dar autonomia no combate às milícias, as polícias têm estimulado todas as Delegacias e Batalhões a atuarem contra essa prática tão perniciosa e nefasta que tem se expandido pelo do estado com a conivência de autoridades de diversos níveis e Poderes nos níveis municipais e estaduais. (RIBEIRO, OLIVEIRA, 2010, p. 11)

4.8.3 Segundo a Constituição de 1988, a preservação da Ordem Pública é dever de todos

A Constituição democrática de 1988 estabeleceu em seu Capítulo III o título “Da Segurança Pública”, definindo no artigo 144 os deveres das polícias para com o Estado e a sociedade de forma geral. A saber,

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (grifo nosso) VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. (BRASIL, 1988)

Porém, foi no inciso V, § 5º que definiu o papel da polícia militar e consequentemente todas as suas atribuições frente às demandas da segurança pública.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988)

Como explicita o referido parágrafo acima, a cooperação entre os diversos Órgãos e a sociedade civil organizada é fundamental para se obter êxito na área da segurança pública, pois é sabido e debatido que não se faz segurança pública somente com policiais na rua. Porém, não podemos eximir de suas responsabilidades com as principais promotoras de tal temática, as polícias, sobretudo as militares estaduais, que são encarregadas do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública (PEREIRA, 2021, p. 54).

Nesse contexto Constitucional, fica patente que a segurança pública envolve ações que ultrapassam as funções do Estado e acabam por envolver a sociedade como um todo. É exatamente nesse preceito fundamental para a área da segurança que foi inserido o Programa Segurança Presente. Ele parte de um clamor da sociedade civil, depois de diversos acontecimentos espalhados por toda a cidade, sobretudo nos locais turísticos e de grande circulação urbana, que acabam ganhando maior impacto na mídia carioca e nacional, repercutindo negativamente para o estado do Rio e para o Brasil internacionalmente. Assim se deu os episódios de homicídios ocorridos no bairro da Lapa, que mobilizou os 44 comerciantes e associação de moradores local, os quais exigiam soluções para resgatar a ordem pública naquela região (GONÇALVES, 2018).

Com a proximidade dos Jogos Olímpicos e a grave crise financeira do estado sobretudo na segurança pública, era um grande problema para o Rio de Janeiro e para o Brasil, pois para sediar uma Olimpíada os gastos são altíssimos e o governo precisava de parceiros para bancar novos projetos para a área e garantir os jogos na cidade. Segundo Maria Taddei Ferraz *et al* (2017, p. 12) nesse momento havia um crescimento mundial nos gastos privados com segurança, o que os estudiosos chamaram de “políticas neoliberais privatistas de segurança”, que deu um novo caminho para resolução do problema da violência nas áreas turísticas e comercial por onde passam milhares de pessoas todos os dias, podendo prover investimentos, lazer e turismo, garantido proteção às atividades econômicas da cidade, nesse contexto surge as Operações Segurança Presente (OSP), na região da Lagoa Rodrigo de Freitas, Aterro do Flamengo e Méier em 2015. Todas essas seguiram o mesmo modelo da já inaugurada Lapa Presente no ano anterior, que por ter bons resultados, acaba expandindo para outras partes do Centro do Rio de Janeiro. (FERRAZ *et al.*, 2017, p. 12).

O foco da OSP é diferente das UPPs, pois esta última teve uma proposta de pacificação de áreas conflagradas (favelas), combate ao tráfico de drogas e crime

organizado, sofrendo forte repulsa por parte da população local em diversas áreas que foram implementadas, pelos mais variados motivos já conhecidos, tais como: sedimentação de determinada facção, gerando uma “identidade” de parte da população local pela proximidade ou grau de parentesco com algum familiar envolvido no tráfico ou que já morreram por alguma ação policial; percepção de que o policial é o algoz da comunidade em razão de desvio de conduta de parte de agentes da lei que atuaram na região, trazendo desconfiança dos moradores, além de críticas a atividade da polícia em razão dos confrontos com morte de moradores inocentes que acabam sendo imputadas a polícia. Porém, diferentemente das UPPs, a Segurança Presente foca no asfalto, nas áreas comercial e turística da cidade, nos bairros e regiões de grande circulação de pessoas, atuando para baixar os índices de criminalidade e atuar contra pequenos delitos (roubos e furtos), bem como contra os crimes contra a vida (lesões corporais, tentativa de homicídio e homicídios). Também se difere da UPP no que tange a sua aceitação por parte da população, que não só receberam de braços abertos o programa, como também fazem lobby para que sejam contemplados em seus bairros. (GONÇALVES, 2018, p. 28).

O programa, adota princípios do New Public Management (NPM), no qual a administração pública passou no final do século XX, em busca de eficiência nos serviços, experimentando uma transição do modelo clássico de burocracia, estruturado por Max Weber, para um modelo inspirado nas regras e princípios mercadológicos do setor privado, essa reforma de transição ficou conhecida como NPM (COLAK, 2019; DIEFENBACH, 2009; MOTTA, 2013).

A essas ferramentas do NPM, somou-se a reprodução de práticas extraídas da experiência da cidade de Nova York, fundamentada na Teoria das Janelas Quebradas (WILSON; KELLING, 2017)²¹. Dessa forma, aliou-se gestão administrativa, política e segurança pública. Estabelece-se, naquela ocasião, o marco mais recente da política pública de segurança fluminense. Uma agenda impulsionada pela sociedade civil organizada, com investimentos do Tesouro Municipal e da iniciativa privada, executada pelo governo estadual. Essa parceria se fez oficialmente mediante convênio entre os entes federativos e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (FECOMÉRCIO).

²¹ Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities de George L. Kelling e Catherine Coles é um livro de criminologia e sociologia urbana publicado em 1996, sobre crime e estratégias para o conter ou eliminar dos ambientes urbanos. O livro é baseado num artigo com o título "Broken Windows" de James Q. Wilson e George L. Kelling, que surgiu em março de 1982 no The Atlantic Monthly

Essa Parceria Público-Privado (PPP), buscou no modelo americano associado às práticas extraídas da Teoria das Janelas Quebradas. Esta desenvolvida após uma política pública implantada no estado de Nova Jersey, em que o governo do Estado promovia incentivos financeiros às cidades que adotassem o policiamento a pé para reduzir a criminalidade. Posteriormente, a Police Foundation, em Washington D.C. obteve como resultado de um experimento, a conclusão de que, em que pese os índices de criminalidade não reduzissem, outros ganhos foram obtidos com a medida: maior sensação de segurança, a partir da crença de que houve redução; aumento da credibilidade dos policiais que atuavam na região, a consequente melhoria na relação polícia-sociedade; sentimento de pertencimento e satisfação com o trabalho pelo policial.

O patrulhamento a pé mostrou-se capaz de além do desenvolvimento desses sentimentos positivos, aumentar a ordem pública na região, reduzindo a circulação de “mendigos, bêbados, viciados, adolescentes desordeiros, prostitutas, ladrões e homicidas”. Identificada como um dos fatores de vulnerabilidade para a incidência criminal, entende-se que uma “janela quebrada” e não reparada demonstra descaso do poder público e gera uma sequência de atos de vandalismo e delituosos que desenvolvem o medo do crime nas pessoas, ainda que não ocorra, apresentando-se como uma ameaça constante (WILSON; KELLING, 2017, p.2-4).

A OSP foi idealizada pelo então Ajudante de Ordem do Governador Sérgio Cabral, Coronel da Polícia Militar Felipe Gonçalves e o Secretário de Governo, Wilson Carlos Carvalho, os quais buscaram soluções para devolver a segurança de áreas frequentadas por turistas e cariocas durante o período de trabalho ou de lazer. Era necessário criar um modelo de policiamento onde os agentes estivessem patrulhando a pé, de bicicletas ou em motocicletas, porém, sempre em contato físico com a população local. Esse modelo foi desenvolvido em razão dos episódios que haviam ocorrido na região dos Arcos da Lapa, região Central do Rio, como mencionado anteriormente. Outra dificuldade enfrentada pelo governo, segundo uma entrevista concedida pelo Coronel Felipe a esse pesquisador, seria criar um policiamento com a recuperação do efetivo da polícia militar, a partir da utilização do horário de folga em parceria com agentes civis egressos das Forças Armadas. Mas, tudo isso dependeria de uma legislação que pudesse amparar tais ações.

Após a inauguração do Lapa Presente, outras bases surgiram, vezes demandado pela sociedade civil organizada, como foi o primeiro caso, vezes por episódios de incidentes criminais com grande repercussão, como foram os roubos de rua no Centro do

Rio, amplamente divulgados pela mídia, inclusive durante uma reportagem do RJTV (Globo) na Avenida Presidente Vargas, em frente ao prédio do DETRAN, quando um entrevistado pelo repórter foi roubado ao vivo durante a transmissão ou pelo homicídio de um ciclista²² ocorrido no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas (GONÇALVES, 2018).

O modelo configura-se uma estratégia de policiamento denominado Policiamento Orientado para o Problema (POP), cuja ferramenta operacional é o policiamento comunitário, direcionando as atividades policiais para identificar os problemas policiais repetitivos, analisar suas causas, resolvê-los e avaliar os resultados alcançados. As razões para adoção consistem: na “dificuldade do policiamento tradicional para conter a criminalidade; no aumento da criminalidade; na ênfase na mudança organizacional, incluindo a descentralização e o aumento da descrição dos policiais; no distanciamento dos policiais da comunidade; dentre outras” (MOREIRA, 2009, p. 16)

Maria Taddei Ferraz *et al.* (2017) destaca o diferencial multidisciplinar e cooperativo incorporado ao programa, pois conta com a parceria do segundo setor representada pelas associações comerciais, não apenas como formuladores das políticas públicas, visto que os quatro primeiros programas objetos desse estudo surgiram a partir da necessidade de um segmento específico, mas também como responsável pelo financiamento, implementação e gestão direta ou indireta dessas políticas (FERRAZ *et al.*, 2017).

Esse novo modelo de gestão nas áreas da segurança pública adotado pelo governo do estado se inspira na descentralização da estrutura policial, com foco na recuperação do espaço público, quadras modelos nos bairros, combate ao tráfico de drogas nas regiões onde as Bases estão alocadas, as quais somadas, esperam-se que produzirão resultados eficazes e eficientes na segurança pública. Tal modelo de policiamento busca também inserir a aplicação de novas tecnologias (câmeras GoPro, GPS, personalização de coletes e integração com outros Órgãos afetos ao ordenamento urbano) (GONÇALVES, 2018, p. 83).

Em que pese não ser gerido pela pasta da segurança pública, os agentes que compõem o programa são policiais cedidos, temporariamente, para atuarem exclusivamente na Operação Segurança Presente. Os que permanecem em suas instituições, inscrevem-se voluntariamente através do Regime Adicional de Serviço (RAS),

²² Jaime Gold, na noite de 19 de maio, pedalava pela orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul do Rio, quando foi esfaqueado e teve a bicicleta e a carteira roubados (GONÇALVES, 2018).

o qual possui uma legislação própria que embasa tal atuação para trabalharem em suas folgas, com contrapartida pecuniária de caráter indenizatório, cujos valores variam de acordo com as horas trabalhadas (8h ou 12h) e os cargos ocupados no programa (Supervisão de Oficial ou patrulheiro), em razão dos postos (Oficiais) e graduações (Praças) da Polícia Militar (GONÇALVES, 2018, p. 126).

Foi adotado inicialmente um distanciamento no uso do uniforme da Polícia Militar por parte da Secretaria de Governo (SEGOV), gestora inicial do programa, mesmo sendo composta majoritariamente por policiais militares em seus quadros, tanto na ponta da linha (efetivo nas ruas), quanto na coordenação e administração em geral. Preferiu-se adotar trajes civis (pisanos), tais como camisa polo branca com emblema da SEGOV, calças táticas pretas, coletes com as cores de cada bairro inserido no programa, cintos de guarnição para guardar o armamento e coberturas (boné).

A estratégia era atuar na imagem do programa, dando um caráter personalizado para cada região onde eram inaugurados, elaborando uma identidade visual própria para cada região, dissociando do modelo tradicionalmente utilizado pelo patrulhamento convencional feito pela PMERJ. Dessa forma, buscava-se aproximar da sociedade fluminense, de modo a evitar a desconfiança e repulsa por parte de uma parcela da população que em algum momento tiveram uma experiência negativa com algum policial despreparado em serviço. (FERRAZ et al., 2017).

Até o fechamento dessa pesquisa o programa Operação Segurança Presente possuía 32 (trinta e duas) bases em 32 bairros do Estado, contemplando regiões nobres e turísticas da cidade, regiões mais carentes e municípios do interior. Sendo um modelo de política pública de complementação ao policiamento tradicional executado pela PMERJ e uma mola propulsora das realizações para a área da segurança pública dos últimos governadores do Rio de Janeiro (de Sérgio Cabral até Cláudio Castro). Porém, muitas foram as críticas feitas ao programa no início, especialmente pelo fato de ser gerido por uma Secretaria até então alheia à segurança pública.

O então secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame declarou: “vejo como uma vigilância privada [...]. Mas esse ônus virá da sociedade, que vai ter que pagar a conta depois. [...] quando terminar vai ter que pagar mais por isso. Além disso, o programa não trabalha em cima da mancha criminal [...]. Quem paga leva.” (Revista Veja, 2015). Essa observação se deu pelo fato da interferência, ainda que de forma indireta, por parte da Fecomércio, no direcionamento dos locais de inauguração das bases do programa.

Figura 2: Sequência de inaugurações das operações do Programa Segurança Presente



Fonte: Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, sede do Programa Segurança Presente

Após desenvolver o presente referencial teórico, apresentamos elementos fundamentais para discorrer sobre o estudo, aprofundando os temas referentes ao Programa Segurança Presente (OSP), sobretudo, buscar respostas com base nos fundamentos do conhecimento científico já produzido, respondendo os problemas de pesquisas propostos, a saber: verificar se realmente houve uma queda considerável nos índices de criminalidade nos locais onde a OSP passou a atuar e em segundo lugar, verificar se a escolha dos locais sofreu interferências políticas, possivelmente para beneficiar interesses comerciais e turísticos, por parte dos atores que firmaram o convênio de Parceria Público-Privada (PPP) para inauguração dos primeiros programas em detrimento de outras áreas mais atingidas pela criminalidade.

4.8.4 A expansão do programa Operação Segurança Presente (OSP)

Com o cenário de crise citado no tópico anterior, o governo do estado do Rio através do decreto 45.475/2015, estabelece o convênio com a Polícia Militar (PMERJ)

como parte interessada, harmonizando os interesses do governo com a possibilidade de uma remuneração extra para policiais como forma de estimular e valorizar a função do servidor de Segurança Pública. Propôs a quebra de paradigma com uma parceria público (meios) e privado (financiamento) e a participação de colaboradores não pertencentes ao quadro estatal. Ratificou a abordagem cidadã de forma eficaz, com a adaptação dos tipos e formas de policiamento em consonância com as demandas locais, a valorização policial e na forma de lidar com a população. Segundo este modelo de gestão, um catalisador ao elevar o grau de pertencimento em alguns espaços antes vistos como de risco para o cidadão. (AMARAL, CORDEIRO, MASELO, 2020, p. 21)

Após inauguração do Lapa Presente em 1º de dezembro de 2014, com recursos exclusivos, do Governo estadual, a fim de ter novamente a ordem e a estabilidade no local boêmio e turístico da cidade, foi firmado um convênio entre o estado e a FECOMÉRCIO/SESC, em 1º de dezembro de 2015. Nesses termos, o financiamento do setor privado se deu na aquisição de recursos materiais e no pagamento de parte da folha de pessoal. Tal parceria contemplou as áreas turísticas do Aterro do Flamengo e Lagoa Rodrigo de Freitas e a região comercial do Méier, que passaram a possuir uma base da OSP (AMARAL, CORDEIRO, MASELO, 2020, p. 21).

Muitos questionam a natureza dessa parceria entre a OSP e a FECOMÉRCIO, se ela é de natureza pública ou privada. Segundo Bayley (2002 apud MAZZURANA, 2021, p. 122), podemos identificar se uma instituição tem natureza pública se *“for paga e dirigida pela comunidade que também autoriza o policiamento”*, e que uma *“formulação compatível com uma realidade importante do ato de governar: a delegação de autoridade para agir pela comunidade”*. De outro lado, uma instituição pode ser considerada de natureza privada se *“a comunidade que a autoriza não paga por ela nem a direciona”* Bayley (2002 apud MAZZURANA, 2021, p. 122)

Ainda segundo Bayley (2002 apud MAZZURANA, 2021, p. 122),

(...) o duplo público/privado proposto por Bayley (2002) pode ser utilizado para classificar o PSP, entretanto, é necessário considerarmos dois registros possíveis: um primeiro é o formal, em que a coordenação de cada operação fica a cargo de um oficial da polícia militar, além de praças que o auxiliam, cedidos pela PMERJ para atuarem exclusivamente no âmbito do programa Bayley (2002 apud MAZZURANA, 2021, p. 122).

Desta forma, observamos que a grande maioria do efetivo da OSP é formada por policiais militares, além de ter em toda sua cadeia de comando Oficiais da PMERJ. Mesmo que esteja alocado em outra secretaria, a SEGOV, a Operação Segurança Presente é regida e operacionalizada por profissionais investidos legalmente para atuarem como policiais, amparados de forma completa, seguindo os regimentos e regulamentos, além de equipamentos utilizados na Polícia Militar.

Outro aspecto importante a ser destacado é o possível direcionamento dado quanto aos locais de inauguração das Bases da OSP, em razão dos recursos privados oriundos da parceria com a FECOMÉRCIO. Foi questionado e buscado possíveis documentos que serviram de parâmetro para escolhas de locais, porém, em razão da mudança de governo, desde a posse de Wilson Witzel e posteriormente Cláudio Castro à frente do Executivo estadual, não foi possível encontrar documentos oficiais que pudessem comprovar tal relação direta entre o financiamento privado da Federação de Comércio e a escolha dos locais das primeiras Bases da Segurança Presente.

Contudo, algumas declarações pelo ex-Secretário Beltrame à época da parceria deixou em aberto essa possibilidade de interferência:

Eu não sou signatário do convênio. Fui ao lançamento do programa no Aterro do Flamengo para fazer um agradecimento à Fecomércio pelas bolsas dadas a moradores de comunidades disse Beltrame. O problema desse tipo de patrulhamento é que eles (os agentes) não trabalham em cima da mancha criminal. Quem paga leva. Já tem em três lugares, e o próximo será a Barra da Tijuca. (COSTA; SERRA, 2019)

Outra declaração polêmica e esclarecedora, até certo ponto foi a do então Secretário de Governo do Estado, Paulo Melo, fazendo uma defesa enfática ao Programa, disse que o cliente normalmente faz o pedido, *"como em qualquer lugar do mundo, quem financia escolhe"* GRILLO; HIRATA (2018 apud MAZZURANA, 2021, p. 123).

5. UMA TENTATIVA DE SOLUÇÃO PARA AS DEMANDAS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Após diversos escândalos de corrupção e crises em várias pastas do governo estadual, a era Cabral e Pezão já mostravam um esgotamento em diversos setores,

sobretudo nas contas do estado, com a queda de arrecadação de ICMS, baixa do barril do petróleo no mercado internacional, aliados a muita corrupção.

Parecia que o cenário de catástrofe política e a derrocada das políticas públicas do estado iria colapsar em poucos meses. A verdade é que com a saída do Secretário de Segurança José Mariano Beltrame e a assunção do delegado de Polícia Federal Roberto Sá, marcou um novo foco na área da segurança pública, quais sejam: enxugar a máquina pública e “frear” as UPPs em razão da grave crise econômica do Estado. Nesse momento, o Rio de Janeiro entrou no Regime de recuperação fiscal em relação ao governo federal, o qual nomeou um interventor na área de segurança pública, o General de Exército e Comandante Militar do Leste, Walter Braga Netto.

5.1. O caso UPP

Como citado anteriormente, o “Cosme e Damião” foi o primeiro policiamento comunitário adotado no Rio de Janeiro e o primeiro a ser desenvolvido no país, sendo feito em dupla, atuando no chamado “asfalto”, ou seja, nas ruas dos bairros mais movimentados. Já o programa chamado Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), foi um modelo criado para atender as favelas e o público mais ligado à periferia das grandes cidades.

Na busca de um modelo de policiamento ostensivo que atendesse às demandas e necessidades da legislação penal e constitucional vigente, foi introduzida em 2008 uma nova proposta de policiamento comunitário voltada para as favelas (as Unidades de Polícia Pacificadoras). Antes da primeira (UPP) ser instalada na Favela Santa Marta, em 19 de novembro de 2008, o Rio de Janeiro já tinha esboços do que viriam a ser as UPPs, inspiradas no modelo colombiano. Uma dessas experiências foi o Grupamento de Aplicação Prático Escolar (GAPE), uma proposta no Morro da Providência, no Centro do Rio de Janeiro, em que recrutas faziam parte de um laboratório de práticas comunitárias de policiamento. Esta experiência seria a semente do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), que, segundo críticos, guarda poucas diferenças com as UPPs. Outra experiência importante foi o Projeto Mutirão da Paz, na favela conhecida como Pereirão, em Laranjeiras, em 1999. Segundo o site oficial da UPP-RJ, as experiências de Medellín (Colômbia) também serviriam de inspiração para o futuro projeto de UPPs.

A instalação do primeiro GPAE aconteceu em 2000, no Pavão-Pavãozinho e, nos anos seguintes, receberam unidades os morros: Morro da Babilônia, Chapéu Mangueira, Providência, Gardênia Azul e Rio das Pedras, na cidade do Rio de Janeiro; e Morro do Cavalão e Morro do Estado, em Niterói. Em decorrência de conflitos violentos, outras GPAE foram instaladas no Morro da Chácara do Céu, Morro da Formiga e Morro da Casa Branca, todos na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Para a Vila Cruzeiro, na Penha, também Zona Norte do Rio de Janeiro, o GPAE veio após o assassinato do jornalista Tim Lopes. (ALBERNAZ; CARUSO, 2007, p. 40)

A primeira unidade de polícia pacificadora surgiu em meados de 2008 no morro do Dona Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Após a instalação da UPP na comunidade, os homicídios foram reduzidos a zero nos quatro anos subsequentes. Os resultados da política de pacificação do governo Sérgio Cabral Filho foram elogiados pelo jornal New York Times. Os especialistas à época apontaram que a escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 2016 foi o impulso necessário para aumentar os investimentos no programa, ampliação e mesmo escolha das favelas escolhidas no mapa da pacificação.

Ao tomar posse em meio à uma onda de violência, iniciada em 27 de dezembro de 2006, organizada pela principal facção criminosa do Estado. Naqueles dias, os criminosos foram para as ruas queimaram dois ônibus, praticam arrastões nas vias expressas e mataram 18 pessoas, o delegado da Polícia Federal José Mariano Beltrame assumiu a Secretaria Estadual de Segurança (SESEG) do Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 2007 e foi o secretário que mais tempo ficou no cargo.

Os ataques dos criminosos levaram o Secretário de Segurança Beltrame a decidir nos primeiros dias do governo Cabral pela transferência de 12 traficantes para o presídio de segurança máxima de Catanduva, no Paraná. A ida e o isolamento dos chefes da facção para fora do Rio foi o primeiro ato do novo secretário contra o crime. *"O Estado necessita dar visibilidade de segurança à comunidade. E a visibilidade de segurança passa pela presença do policial. Num primeiro momento, isso tem que ser enfatizado"*, disse Beltrame durante uma entrevista em 2 de janeiro de 2007.

Conhecido por ser o idealizador do programa UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) que pretendia expulsar traficantes das comunidades, ocupadas 24 horas por policiais militares. Beltrame foi o responsável por coordenar a implantação de 38 unidades, sendo 37 na cidade do Rio e uma em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

A primeira unidade foi instalada, em 2008, no Morro Dona Marta, em Botafogo, na Zona Sul da cidade. *"Esse é um caso, é uma tentativa. Nós estamos fazendo este projeto e queremos experimentá-lo e estamos muito otimistas de que ele irá funcionar"*, disse o então Secretário.

Durante a entrevista presencial concedida a este pesquisador no dia 09 de maio de 2022, pelo então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame, quando perguntado sobre o que motivou a criação das UPPs, o mesmo disse: *"que era fundamental ocupar as comunidades, pois elas são um verdadeiro feudos, onde o rei, que é o bandido que lá domina, é o rei lá dentro e não aqui fora. Rei naquele clã que ele criou, onde vai um magazine lá dentro entregar um negócio, você tem que perguntar, pedir licença. E continua sua visão acerca da necessidade de ocupação desses territórios, "Aí vem aquela velha pergunta: isso é estado democrático de direito? Pergunta aos motoristas dos carros de aplicativos o que tem que fazer... eles já sabem: abaixe os faróis, acenda as luzes do salão, baixe os vidros. O que a gente tentou efetivamente foi mudar o que a gente achava que era nevrálgico."*

O ex-Secretário ressalta que ainda é favorável a ocupação dessas favelas, pois *"... é fundamentalmente uma devolução de território. É o estado criar condições para que ele ali faça seu papel, e qual é o seu papel? Política pública, cidadania, é só isso! Ele (UPP) não é um projeto policial. Ele é um projeto de retomada de território que não é mais do estado."* Foi perguntado por este mestrando como surgiu a criação das UPPs? No que foi respondido,

"que muita gente dizia que era uma cópia da Colômbia, que foi não sei o que de Nova Iorque, não foi nada disso porque? Porque nós não tínhamos o dinheiro que Nova Iorque tinha e muito menos a Colômbia, onde os americanos derramaram através do banco mundial, o banco Interamericano, cujo presidente era colombiano, milhões de reais naqueles projetos e ainda os EUA tinha interesse que inspecionassem essas questões dos cartéis..."

Beltrame também elogiou os números da UPP no que diz respeito a valorização territorial, diminuição dos preços de seguro de carro, entre outro:

O comércio teve de uma certa forma um distanciamento emocional né? Que toda hora tinha esse temor, eu me lembro de uma reportagem num grande jornal da cidade, inclusive de domingo aonde aquele hospital lá do centro, não sei se é Carlos Chagas, Miguel Couto. Eu não sei qual deles onde um médico que fazia cirurgia torácica relatava o quanto isso tinha diminuído. O número de turistas

também aumentou. Eu me lembro que foram anos onde os blocos de rua subiram, né? Eu passei o Réveillon de um desses anos lá na comunidade ali, via os fogos, em Copacabana da comunidade ali, Chapéu Mangueira e Babilônia. É. Passei ali. Então, eu acho que você tem o impacto disso nós dados do ISP, né? Você tem dados importantes não só de redução de homicídio, mas como letalidade. Você veja como são as coisa, eu me lembro quando eles foram lá botar o relógio na casa o meu programa sábados era ir numa comunidade com a minha família e eu fui em todos e eu me lembro que eu vi uma senhora, essa história vai achar por aí se tu pesquisar, ela tinha um neto no colo, acho que já é uma criança já, duns talvez quatro ou cinco anos e ela me disse, secretário, este aqui é meu neto, desde que ele nasceu ele não ouviu um tiro. Qual é o valor disso?

Diferentes dos antecessores, Beltrame teve apoio dos governos estadual e federal durante estes nove anos e nove meses à frente da Segurança do Rio. Em contrapartida, não faltou desgaste do secretário com auxiliares próximos. A insatisfação da atuação das polícias Civil e Militar levou Beltrame a trocar o comando da PM por sete vezes e da Polícia Civil em outras quatro ocasiões.

Isso não impediu que em 2010, uma megaoperação das forças de segurança tomasse dos traficantes do Complexo do Alemão. A cena ficou marcada com a fuga dos criminosos para o alto da favela, enquanto equipes de reportagens filmavam de helicóptero. A imagem rodou o mundo. *"O Rio de Janeiro tem uma luta muito grande contra o crime, uma guerra contra o crime e esta guerra é composta de várias batalhas. Não vencemos a guerra, mas posso dizer aos senhores, que vencemos a mais importante e a mais difícil batalha"*, disse Beltrame em uma entrevista em novembro de 2010.

A ideia era justamente trazer proximidade entre o Estado e os moradores e, segundo o Instituto de Segurança Pública, o programa foi positivo em seu início, considerando que, entre 2007, ano anterior à instalação da primeira UPP, e 2013, a taxa de letalidade violenta nas áreas com UPPs chegou a cair 80%, número elevado em relação ao restante da cidade (COELHO; PROVENZA, 2015, p. 5)

Naquela ocasião, os índices de criminalidade começaram a cair e o projeto UPP expandiu pela cidade ao longo do segundo governo Cabral. Em 2014, o início da crise econômica do Estado, o aumento nas estatísticas e o retorno dos traficantes para as favelas com UPPs iniciaram as críticas ao secretário Beltrame e à política de pacificação. Já nesta época, o secretário reclamava que não bastava polícia para as ocupações. *"Estou abandonado o projeto"*, disse.

O Ministério Público estadual questionou a improvisação das bases de UPPs montadas em containers. Ao mesmo tempo, policiais começaram a ser atacados nessas comunidades. O secretário dizia que o problema era pela entrada de fuzis no Rio, o que para o secretário era culpa da Polícia Federal. *“A polícia está sozinha. A polícia vai até em blocos de carnaval, policiamento de rua, passando por brigas de estádio, mas nós estamos fazendo o nosso papel”*, disse Beltrame, que deixou o cargo com uma polícia desmotivada e, segundo ele, sem perspectiva de receber os salários de dezembro e o 13º salário.

“A partir do momento em que você amplia um programa que já tem crise em algumas unidades, pelo menos, na metade das instaladas, você amplia a crise. Ou seja, não ocorreu o apoio necessário. Nós estamos vendo hoje a Polícia Militar sozinha neste processo”, disse Paulo Storani, Ex-Capitão do BOPE/ RJ, especialista em segurança pública durante uma entrevista na Rede Globo.

Após a Olimpíada, o secretário mostrou a sua insatisfação sobre a crise financeira do Estado do Rio e os reflexos na segurança pública. José Mariano Beltrame desabafou já no final de sua gestão,

"Cobrem segurança do secretário, cobrem a elucidação do homicídio, cobrem formatura, cobrem tudo o que quiser do secretário, mas não me cobrem recurso. Essa pergunta tem que ser feita e insistir com isso com os governantes. Eu tenho uma responsabilidade sobre isso. Agora, eu não tenho a chave do cofre, eu não tenho a caneta para assinar o cheque. Mas eu acho que nós aqui já demonstramos onde queremos chegar e o que é possível fazer" (entrevista, G1.Globo.com)

Hoje, existem mais de trinta e oito Unidades em todo o Estado, concentradas no Grande Rio, que se baseiam no conceito de “polícia de proximidade”. Busca-se instituir uma polícia comunitária que atue, ao menos na teoria, em parceria com a população, órgãos da área de segurança pública e atores da sociedade civil.

5.2 A greve das Polícias e Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro

As Polícias Civil, Militar e bombeiros decretaram greve no Rio de Janeiro, no dia 10 de fevereiro de 2012 e encerrada quatro dias depois. O ato foi decidido por cerca de 2 mil pessoas em assembleia na Cinelândia, no Centro da Cidade. As principais reivindicações feita pelos Policiais Militares e Bombeiros é que a liberdade do bombeiro

era uma das reivindicações de policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários. Além disso, as categorias reivindicam piso salarial de R\$ 3.500,00, com R\$ 350,00 de vale transporte e R\$ 350,00 de tíquete-refeição.

Juntas, as três corporações somaram 70 mil homens. Segundo os grevistas, 30% do efetivo do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil ficariam à disposição para casos de emergência. Os policiais militares informaram que ficariam em seus respectivos batalhões e não atenderiam a nenhuma ocorrência. *"A partir de agora, a segurança é de responsabilidade da Guarda Nacional ou do Exército"*, disse o cabo da PM Wellington Machado, do 22º BPM, a uma emissora de televisão que cobria as manifestações.

Na ocasião, os integrantes do Corpo de Bombeiros ficaram aquartelados, deixando 30% do efetivo para atender os casos de emergência, assim como os policiais civis. Eles frisaram que não iriam deixar "a população à deriva". Segundo os manifestantes, a greve era por tempo indeterminado. Eles disseram que só voltariam à ativa quando o cabo Benevenuto Daciolo, que estava preso em Bangu, fosse liberado e as reivindicações de reajuste salarial fossem atendidas.

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol-RJ), Fernando Bandeira, afirmou que a curta paralisação das entidades de classe da segurança pública do Rio garantiu aos grevistas "algumas migalhas". Ele se referia à proposta do governo do Estado de antecipação dos reajustes salariais aprovados em 2010. Em entrevista a jornalistas a Sinpol disse: *"Foi positiva, sim, porque algumas migalhas foram aprovadas. Além do reajuste de salário, a questão da carga horária de trabalho, por exemplo, ainda vai ser examinada. Os policiais trabalham muito mais do que 40 horas semanais. Essas migalhas já são alguma coisa"*.

A deliberação a respeito da suspensão da greve foi definida em uma assembleia conjunta de policiais Civis, Militares e Bombeiros, que compreenderam naquela ocasião que o movimento se tornou insustentável em razão das centenas de prisões de lideranças dos militares e daqueles que se recusaram a trabalhar. Segundo Bandeira, a dura resposta do governo do Estado surpreendeu os grevistas. O governo estadual deu uma resposta dura aos manifestantes. *"Não pensamos que, depois do episódio da invasão ao quartel central do Corpo de Bombeiros, quando 439 militares foram presos e posteriormente anistiados, isso aconteceria"*. O presidente da Simpol, juntamente com a lideranças da Polícia Militar e Bombeiros reclamavam que os homens presos (policiais e bombeiros) não estavam sendo

tratados como pais de família, por terem sido colocados juntos com bandidos de maior periculosidade em Bangu 1.

O governador do Rio, Sérgio Cabral, defendeu a atual política de segurança estadual, dizendo: “*O governo, nesses anos todos, fez um esforço priorizando a segurança pública. Hoje, a segurança pública tem um orçamento que chega a níveis de itens essenciais, como a saúde, apesar de não ser obrigatório*”. O governador justificou que o orçamento da Polícia Militar subiu de R\$ 900 milhões para R\$ 2 bilhões. Sérgio Cabral afirmou que existe uma “articulação nacional para tentar criar um clima de insegurança” e criticou aqueles a quem chamou de “ditos líderes” do movimento por melhores salários para bombeiros e policiais.

5.3 Crise fiscal e os problemas na expansão dos programas

O Rio de Janeiro completou, em 17 de junho de 2017, um ano do anúncio oficial do caos financeiro que imperava há muito: a decretação do estado de calamidade pública pelo governador em exercício Fernando Dornelles (Decreto nº 45.692/2016), formalizado em 01 de novembro de 2016 após aprovação pela Assembleia Legislativa do Projeto de Lei nº 2.150/2016. Utilizou-se, para fundamentar a decisão, a queda na arrecadação, principalmente em relação ao ICMS e aos royalties e participações do petróleo.

O desastre econômico, político e social é resultado de um conjunto de elementos, que incluem a citada redução da arrecadação, o déficit previdenciário e a corrupção que se alastrou durante o governo do PMDB de Cabral e Pezão à frente do Rio de Janeiro. A preocupação com os Jogos Olímpicos, realizados poucos meses após a decretação da calamidade pública, foi um dos principais motivos para a decisão, mas a crise estatal pode ser percebida muito antes.

O Decreto nº 45.692/2016, na listagem de circunstâncias que originaram a calamidade, dispõe que “tal fato vem acarretando severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais e pode ocasionar ainda o total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental”.

Na verdade, a segurança pública do Rio de Janeiro enfrentava severa crise estrutural e financeira durante um longo período. Os últimos governos do Estado tentaram

tornar a segurança uma prioridade, mas os planos necessários para melhorar efetivamente um dos calcanhares de Aquiles do Rio não foram atingidos.

Dentre outras razões anteriormente abordadas, a crise fiscal que acometeu o Estado, o modelo UPP de segurança nas comunidades já não tinha tanto apoio como no início de sua implantação e era tratado como um grande fracasso por diversos estudiosos do tema. A falta de dinheiro para manter o programa, a escassez de formalização, a precariedade dos indicadores de avaliação e os constantes confrontos entre traficantes e policiais com graves efeitos colaterais (morte de inocentes), acabaram por colocar em xeque a confiança que a população tinha nas forças de pacificação, contribuindo assim para o declínio das UPPs, (COELHO, 2017, p.14)

Assim como o sucesso inicial das UPPs e o desejo político do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para que o programa fosse expandido para todas as comunidades do estado, e isso fez com que os custos operacionais, de planejamento estratégico, além das particularidades de cada região, bem como o impacto que tais políticas públicas na área de segurança pública poderiam ocasionar em cada região inaugurada, acabou por destruir o programa. Tal preocupação também ocorreu com a expansão da OSP para as demais regiões do estado.

O exemplo das UPPs é relevante para repensarmos a necessidade de implementação de políticas públicas realmente eficazes, que incluam a reestruturação financeira e operacional dos órgãos integrantes da segurança pública, e não só de programas pontuais, cuja decadência com o passar do tempo é latente. Esse paralelo será traçado mais à frente, a fim de analisar a eficácia da Operação Segurança Presente, as escolhas dos locais e sua crescente expansão.

6. AS OSP SOB A ÓTICA DE SEUS GESTORES

Neste capítulo analisaremos a visão dos gestores que criaram, bem como dos que desenvolveram e ainda desenvolvem o Programa Segurança Presente.

6.1 A OSP como nova modalidade de polícia de proximidade

Este estudo procura contribuir para o entendimento de uma política pública na área da segurança pública, cujo objetivo é diminuir os índices de criminalidade e proporcionar ao cidadão a sensação de segurança necessárias para se ter uma vida saudável e harmônica no convívio social. Nessa toada, o estudo sobre a atuação da OSP e os impactos proporcionados na melhoria da paz social, a luz do direito tendo como argumento a Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro.

A interação entre policial e a sociedade local melhora o relacionamento entre os moradores e o agente de segurança, antes longe, agora, parte da solução de um problema que assola todos os bairros cariocas. *“Esse policiamento como rotina faz com que uma atenção maior seja dada à figura do policial. Ele vai deixando de ser um ator histórico para ser também objeto de uma representação, fazendo cada vez mais presença na cultura local.”* (BRETAS, 1997, p. 1710)

A pesquisadora Jacqueline Muniz cita um projeto piloto de policiamento comunitário ocorrido em Copacabana utilizando 509 policiais militares que faziam parte do 19º BPM (Batalhão da área) que durou 11 meses. Nesse projeto, a rotina e as demandas diárias internas e externas desses profissionais, além do trabalho de campo, eram anotados e catalogados. As reuniões mensais de conselhos comunitários e as ocorrências eram registradas pelas unidades operacionais das Polícias Militar e Civil. O projeto foi descontinuado em 1995, quando ocorreu uma mudança de governo e os planos para a segurança pública foram reformulados. Tal citação mostrava como a segurança pública sofria com a descontinuidade por parte dos governos e como esse projeto piloto se assemelhava ao modelo da OSP (MUNIZ, 1999, p. 8-9). Porém, com a eleição e reeleição de Sérgio Cabral, além da continuidade do governo pelo seu vice-governador Luiz Fernando Pezão por mais quatro anos, facilitou a implementação das Operações Lei Seca, Barreira Fiscal e Segurança Presente.

Todos esses autores abordam questões relevantes sobre a atividade da polícia e muitos deles tratam dos aspectos do policiamento comunitário, que como já citamos, foi o embrião para a OPS. Isso proporciona ao presente trabalho um cabedal de conhecimento e fonte de inspiração para tratar do tema proposto, já que a Operação Segurança Presente é hoje um dos principais programas de políticas públicas na área de segurança para somar esforços com os tipos de policiamento já executados pela Polícia Militar no Rio de Janeiro.

Diante das diversas dificuldades na área da segurança pública, fiscal e de políticas públicas para o Estado do Rio de Janeiro, às Operações Segurança Presente (OSP)

surgiram como uma escolha econômica e fiscal, posto que a arrecadação do estado enfrentava à época, segundo o governo, a pior crise dos últimos dez anos, com um déficit de cerca de R\$ 2,5 bilhões, além da queda do ICMS, da crise da Petrobras e a redução do valor do barril do petróleo, como já debatido anteriormente. Ainda que se tenha o conceito de valor do dinheiro apenas em discursos, não há ainda no modelo brasileiro um Comparador de Setor Público que estabeleça o fornecedor de serviços adequado para um projeto do setor público. Fica restrito, deste modo, proposições para mensurar, quantitativamente e qualitativamente, os potenciais modos de gestão de um projeto. (AMARAL; MASELO; CORDEIRO, 2020, p. 13)

Foi quando em 1º de janeiro de 2014, com a inauguração da Lapa Presente, o Rio de Janeiro ganhou um novo modelo de policiamento, denominado pelos seus criadores de comunitário, agora chamado de policiamento de proximidade (onde há integração de diversos Órgão do Estado e Município, além de representantes do comércio e de moradores locais), que foi batizada com o nome de Operação Segurança Presente (OSP).

Após os primeiros resultados bem sucedidos nas quedas dos índices de violência na área boêmia do Centro da cidade, outras bases logo foram iniciadas em 1º de dezembro de 2015: no Méier, na Lagoa Rodrigo de Freitas e no Aterro do Flamengo. Essa criação teve origem na iniciativa de frequentadores e comerciantes da Lapa, além do fruto de uma parceria entre o Governo do Estado e o Serviço Social do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (SESC/RJ). No dia 4 de julho de 2016, a Operação passou a cobrir todas as áreas do Centro do Rio (GONÇALVES, p. 24, 2018).

Com as primeiras bases inauguradas, outras regiões também solicitaram esse apoio no policiamento de seus bairros, e mais três bases foram lançadas: Leblon, no dia 20 de dezembro de 2018, Copacabana, Tijuca e Ipanema, no dia 3 de janeiro de 2019. Muitas outras bases foram surgindo no ano de 2019, sobretudo áreas da zona norte, baixada fluminense, Niterói e São Gonçalo.

Apesar de fazer parte da missão constitucional da Polícia Militar na execução do patrulhamento nas ruas da cidade, ou seja, prestar um serviço de segurança pública, as Operações Segurança Presente não fazem parte da Secretaria Estadual de Polícia Militar (SEPM), pois tem sua gestão desempenhada pela Secretaria Estadual de Governo (SEGOV), que gerencia e aplica o policiamento utilizando policiais fixos através de parceria, tendo à frente como Coordenador da OSP um Coronel da Polícia Militar (cedidos pela SEPM à disposição da SEGOV) e policiais voluntários, que se escalam para trabalhar

nos bairros e nos dias de sua folga nos Batalhões, mediante remuneração, através do Regime Adicional de Serviço (RAS). O Programa tem caráter permanente, e conta também com a participação de policiais militares da reserva remunerada, agentes civis egressos das Forças Armadas, além de assistentes sociais, todos esses lotados na SEGOV.

As principais diferenciais da Segurança Presente é a chamada “abordagem cidadã”, que pode ser identificada no protocolo de atendimento ao cidadão (cumprimentando o cidadão com um bom dia, se identificando, explicando seu serviço e o motivo de tal abordagem e etc.), a atuação integrada com outros órgãos, tais como a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos, Polícia Militar, Polícia Civil, Comando Militar do Leste, Guarda Municipal, Secretarias Municipal de Ordem Pública, de Desenvolvimento Social, de Conservação, de Transportes e Comlurb.²³ Demonstrando pela primeira vez que uma política pública que se propõe a tratar da violência precisa de integração entre os órgãos de segurança, dos serviços sociais, de conservação pública e todas as áreas afins de uma sociedade, pois, segurança pública não se faz só com polícia. A interação com os outros órgãos se dá através da parceria proporcionada pelos Secretários de cada pasta com os gestores do Programa, além de disponibilizar um canal direto com os coordenadores de cada Base.

Com uma nova proposta de política pública na área de segurança, a OSP conta com assistentes sociais lotadas na SEGOV e alocadas em cada uma das Bases espalhadas pela cidade, bem como de todo aparato governamental com vistas à promoção dos direitos humanos, o Programa Operação Segurança Presente foi criado para mitigar os índices de criminalidade nos bairros onde opera, além de melhorar a imagem da Polícia Militar frente à opinião pública, pois é composto em sua maioria por policiais militares que atuam no modelo de policiamento de proximidade nos diversos bairros, contando com a aprovação de grande parcela da sociedade nas localidades onde possuem Bases, além de diversos pedidos de expansão para outros bairros do Rio de Janeiro (NEEP, 2020).

A OSP veio com uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes contra a vida, patrimônio, drogas, medos, desordens físicas,

²³Companhia Municipal de Limpeza Urbana

morais e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas áreas de atuação.

O policiamento de proximidade baseia-se na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida em que haja a participação de todos na sua identificação, análise e discussão. Na prática, o Programa conta com o apoio da população nas ruas e nos grupos de redes sociais para denunciar os ilícitos e responder de forma rápida e eficaz às demandas do dia a dia, dando um feedback à população que aciona os policiais através desses canais de comunicação. A interação também é feita nas ruas onde o policial trabalha todos os dias e acaba por conhecer a dinâmica dos criminosos e as pessoas que utilizam aquele espaço público, já que, na maioria das vezes, os policiais que se voluntariam para o serviço acaba por escolher frequentemente o mesmo bairro e local para trabalhar, passando a fazer parte daquele contexto social.

6.2 Início das Operações Segurança Presente

Na primeira gestão, ainda no governo Sérgio Cabral, o Ajudante de Ordem do Governador era o Coronel da Polícia Militar Felipe Gonçalves e o Secretário de Governo, Wilson Carlos Carvalho. Estes gestores pensaram em um modelo de policiamento complementar para atuar nas lacunas que acreditavam existir na pasta da Segurança Pública comandada pelo então Secretário José Mariano Beltrame.

Segundo a entrevista presencial do Coronel Felipe no dia 04 de agosto de 2022, o Rio de Janeiro teve uma fase muito importante, a qual ele considera *“uma das mais importantes da história recente do estado, que foram as ocupações das comunidades pelas UPPs. Ele acredita que foi um “momento mágico, porque naquele período os gestores não acreditavam plenamente que pudessem vencer a guerra contra o tráfico, com a implantação das bases no alto dos morros.”* O entrevistado reputa tal feito ao ex-Secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, o qual fez com que a sociedade e todos os policiais voltassem a acreditar em um Rio de Janeiro melhor, devido à queda acentuada dos índices criminais. O Coronel disse ainda que historicamente o Rio nunca teve uma situação tão favorável e que ele acreditava realmente que aquilo iria crescer progressivamente com a inauguração de novas bases nas favelas ainda não ocupadas e que de fato as forças de segurança venceriam a guerra contra o narcotráfico, utilizando como

parâmetro a retomada do complexo do Alemão. Porém, apesar de ter sido muito assertiva, gerou alguns efeitos colaterais para a área de segurança.

Um dos efeitos colaterais que as UPPs geraram foi o deslocamento de mancha criminal de algumas comunidades da capital para outras regiões metropolitanas do Rio, além de cidades do interior. Outro problema observado pelo entrevistado foi o aumento da criminalidade nos crimes de rua, no entorno das favelas, já atuando periféricamente no asfalto. Nesse período, o roubo de rua aumentou bastante.

Então a gente viu esse fato se agravar, daí surgiu a necessidade de a gente de fato criar alguma coisa que pudesse aumentar o policiamento nas ruas. Esse foi o primeiro grande, foi a primeira grande medida do Segurança Presente. Só lembrando aí, na verdade nós começamos com a operação Lei Seca em 2009, dia dezenove de março de 2009. A lei foi aprovada em Brasília pelo excelente deputado Hugo Leal, e aí o que nós criamos na verdade foi o modelo de fiscalização da operação Segurança Presente, que aí, eu implementei isso aqui no Rio. A gente levou pra várias outras partes do Brasil. Eu não estava sozinho, sempre com o nosso time. E começamos ali. Eu fui coordenador e tudo mais, a gente coordenou durante o período em 2010, a gente criou a Operação Barreira Fiscal, que hoje chama-se Operação Foco, também muito importante para combater a entrada de armas e drogas nas fronteiras e também aumentar a arrecadação através de um apoio a Secretaria de Fazenda com os fiscais lá do ICMS nas estradas, para evitar a sonegação de impostos. Então, isso teve um aumento de arrecadação significativo. Lembro que na primeira remessa de policiais, nós tivemos lá cento e noventa e seis policiais militares. Foi muito bom ver os policiais fazendo um papel que seria até uma prerrogativa das forças armadas, de evitar que armas e drogas chegassem ao nosso Estado, principalmente nas comunidades, vindo principalmente de outros países, como Paraguai, por exemplo, Bolívia e outros lugares produtores dessas drogas. Então, depois disso, em 2014 foi a Gênese do Segurança Presente, no bairro da Lapa. Primeiro de janeiro de 2014, logo em seguida com o sucesso dessa operação a gente expandiu para Aterro, Lagoa e Méier, alguns meses depois, Centro da cidade, e aí a operação foi se consolidando até chegarmos aí hoje. Se eu não estou atualizado, são quarenta e quatro bairros e cidades do nosso Estado, sendo uma das principais políticas públicas, não só uma política de governo, mas uma política pública. É algo que se tornou muito importante para sociedade civil organizada, para os moradores dos bairros, das cidades que ganharam de fato uma polícia de proximidade.

Segundo Beltrame, conforme o deslocamento da mancha criminal de uma área antes dominada pelo tráfico seguia para outros morros e bairros antes considerados mais tranquilos, tais como Região dos Lagos, Sul Fluminense, Região da Costa Verde, entre outras do interior do Rio, a população fluminense cobrava do governo a expansão das UPPs para as favelas ainda não “pacificadas” e que agora estavam repletas de criminosos oriundos de outras localidades. Isso demandava, conseqüentemente, um crescimento cada vez mais expressivo do efetivo policial para que pudessem inaugurar novas bases em cima

dos morros não ocupados. Contudo, o efetivo nas ruas da cidade ficava cada vez menor. Por outro lado, os 2000 policiais militares que em média eram formados no CFAP, apesar de ser muito grande para os padrões das polícias do Brasil, eram insuficientes para atender as demandas da UPP, para o reforço dos Batalhões espalhados pelo estado do Rio, para os policiais que estavam se aposentando, além de cobrir o efetivo de férias/ afastamentos em razão de problemas de saúde e entre outras questões administrativas.

6.2.1 Dificuldades enfrentadas no início das Operações

A fim de resolver o problema da segurança pública nos principais bairros do Rio de Janeiro, que, naquele período, já haviam sediado a Copa das Confederações 2013, a Copa do Mundo em 2014 e receberam os jogos olímpicos de 2016, o governo do estado decidiu criar um programa personalizado para cada bairro da cidade, começando pelas regiões turísticas e comerciais da cidade, principalmente as áreas mais envolvidas nos jogos que seriam sediados no Rio de Janeiro. As equipes das bases seriam formadas por um pequeno efetivo fixo cedido pela PM, basicamente o coordenador (comandante), subcoordenador (subcomandante), supervisor de base e mais alguns poucos auxiliares, além das assistentes sociais que seriam contratadas pelo SEGOV como responsáveis pela parte de acolhimento e acompanhamento social dos mais vulneráveis que dependessem de auxílio da OSP. Como bem explicou o Coronel Felipe durante sua entrevista,

“Esse modelo eu fui pessoalmente buscar também em Santa Catarina. Lá em Santa Catarina foi o primeiro estado do Brasil em que começou a utilizar uma mão de obra de policiais trabalhando voluntariamente em seu horário de folga e remunerado pelo Estado. Para atender a população, nós tínhamos aqui no Rio de Janeiro o policial que muitas das vezes ou ele trabalhava nos bicos (trabalho informal de segurança), muitas vezes ilegais e clandestinos, né? Ou ele era colocado pelos seus comandantes ou pela corporação de uma forma geral, em serviços extras sem qualquer tipo de remuneração. Então, ele estava sendo vilipendiado nos seus direitos trabalhistas, né? Além da carga horária que ele cumpria, muitas vezes ele era obrigado a tirar um serviço no Maracanã num dia de domingo ou num dia qualquer, em um serviço de praia durante o verão ou qualquer outro show na praia de Copacabana, além do Rock in Rio, sem qualquer tipo de remuneração. O que não era justo. Então, nós trouxemos para o Rio de Janeiro, com a aprovação do governador da época e sobretudo do secretário José Mariano Beltrame, a concepção do pagamento do serviço extra do policial voluntário. E aí nós tínhamos uma massa enorme de policiais querendo trabalhar nesses horários de folga. A gênese do segurança presente foi por aí.”

O Coronel Felipe Gonçalves ainda complementa, “*então, nós trouxemos para o Rio de Janeiro, com a aprovação do governador da época e sobretudo do secretário Zé Mariano Beltrame a concepção do pagamento. Do serviço extra do policial voluntário*”. Nesse momento o governo percebeu que poderia ter uma massa enorme de policiais querendo trabalhar no horário de folga. “*Gênesis de segurança presente foi por aí*”. Como o maior problema na segurança pública à época estava atrelada ao aumento do efetivo policial, expansão das UPPs e novos programas na área. A partir do momento que passaram a dispor do efetivo de folga da Polícia Militar e do efetivo egresso das Forças Armadas (FFAA), utilizando o programa de empregabilidade do Exército (já existente) para duplicar o efetivo nas ruas, atuando da seguinte forma: dois policiais para cada agente contratado pela SEGOV (egresso das FFAA).

Na visão do entrevistado, tal estímulo também ajudaria a diminuir a informalidade do serviço policial na folga, no possível envolvimento com milícias e morte decorrente da segurança em estabelecimentos privados, como cita abaixo,

(...) a gente teve o braço com um grupo enorme de policiais cada vez maiores querendo trabalhar para a população e não para o português da padaria, pro posto de gasolina, pro supermercado, e também pra milícia e também enfim para locais de grande risco. A gente sabe que até hoje a maior parte dos números policiais que morrem em atividade, ele normalmente tá no horário de folga dele, muitas vezes na atividade de segurança privada. Então a gente conseguiu fazer com que esse policial trabalhasse para a população sendo remunerado pelo Estado. Acho que essa foi a grande sacada, a grande gênese do segurança presente. Então, como precisávamos de braços, em algum momento, surgiu a ideia de trazer os jovens egressos das forças armadas. A gente tem o exército, ele realmente seleciona, ele o exército treina, capacita, utiliza e depois descarta uma mão de obra que é muito importante e que serviu a nação durante um bom período. Então a gente recorreu ao Comando Militar do Leste, na época, o General Fernando Pimentel, que era o ministro da defesa. O ciúme dele era o general Braga Neto, todos eles nos apoiaram bastante e o Comando Militar do Leste dentro do programa de empregabilidade do exército sabendo que há uma necessidade muito grande também de pegar esses jovens capacitados, dar alguma direção dentro do mercado de trabalho brasileiro. Até pra tirá-los, das más influências do tráfico das comunidades em que eles vivem. Quantos e quantos traficantes a gente já ouviu dizer aí que vem das Forças Armadas, até pelas habilidades que tem de eventualmente saber manusear um armamento, de fazer uma manutenção, de liderança, de preparo físico, de capacidade de então o tráfico com seu poderio financeiro cansou de cooptar e faz isso até hoje esses jovens então o estado passou a concorrer grandemente trazendo esses jovens.

As patrulhas seriam feitas em duplas ou trios, compostas por dois policiais e um agente SEGOV (áreas com mais incidências criminais) ou duplas com um policial e um

agente SEGOV (áreas com menos incidências criminais), segundo levantamento do Setor estatístico da Operação. Atuando predominantemente a pé, de bicicleta ou com apoio de motocicletas. A maior parte do efetivo de uma base nas ruas utilizava policiais voluntariamente escalados durante seu período de folga, nas bases de sua escolha, sendo remunerado pelo estado, através do Regime Adicional de Serviço (RAS), cujos parceiros contribuíram com a mão de obra (policiais) e parte do valor pago, enquanto que a iniciativa privada cobriria a outra parte faltante. Isto foi firmado através do decreto 45.475/2015, o qual consolidou o convênio com a Polícia Militar como principal parte interessada, além, é claro, de atender às demandas fiscais do governo para pagamento desses profissionais que se escalassem durante sua folga regulamentar para receber uma remuneração extra como complementação salarial. Dessa forma, o estado mostraria que valorizava e estimulava o servidor da Segurança Pública, além de aumentar a quantidade de policiais nas ruas, contribuindo para a sensação de segurança.

Segundo o entrevistado, muitas foram as dificuldades do início, cita:

Bom, a gente teve muita resistência. Nós tivemos resistência por parte da própria Polícia Militar que em um primeiro momento não entendeu como um programa auxilia na segurança pública, então alguns componentes da cúpula da Polícia Militar entenderam como uma força concorrente, por exemplo. Então tínhamos muito pouco apoio da Polícia Militar, infelizmente, naquele momento, hoje o apoio é total e irrestrito. Mas naquele momento foi muito difícil. O programa teve até com muita dificuldade de seguir adiante. No momento de implantação também tivemos problemas econômicos o Governo do Estado estava quebrado, não tinha dinheiro para implantar o programa. Então o próprio Governador recorreu a Federação do Comércio, que foi uma instituição que por dois anos financiou o programa Segurança Presente, a Prefeitura do Rio também foi um órgão que em razão das olimpíadas do Rio em que o Centro da Cidade seria o principal destino turístico daqui durante as olimpíadas. O Prefeito me chamou, pediu pra que mantemos um programa pro Centro da Cidade, aí surgiu o Centro presente em Quatro Bases. Os primeiros sessenta dias lá na Praça Mauá, Praça quinze, Largo da Carioca e a partir do segundo mês, a partir do terceiro mês a gente remanejou o policiamento também para base delta que era na Central do Brasil, então com esse financiamento sendo compartilhado entre Prefeitura do Rio e a Federação do Comércio. Logo depois mudou o Prefeito que manteve o programa, e logo depois Niterói copiou, foi um caso muito interessante em Niterói também, porque o prefeito Rodrigo Neves a época ele promoveu lá um plebiscito em Niterói para armar suas guardas, sua Guarda Municipal e estava certo de que sairia vencedor do plebiscito e perdeu, aí logo em seguida ele nos procurou e aí nós criamos o Niterói presente com cem por cento pago pela Prefeitura de Niterói, foi um programa também espetacular, de muito êxito. Hoje esse programa é cem por cento pago pelo Governo do Estado, mas durante, sei lá, dois ou três anos, foi pago pela prefeitura de Niterói, foi muito bem-vindo, reduziu todos os índices de Niterói e ainda funciona muito bem lá. É um orgulho lá o programa Niterói presente, foi um dos melhores que nós tivemos. E a gente expandiu para outros municípios.

Atualmente a OSP tem mais de mil e trezentos jovens egressos das forças armadas e que prestam serviço regularmente, para o estado através de programa. O Coronel Felipe Gonçalves ainda destaca que, juntando “*com os policiais no horário de folga e dez por cento do efetivo, que normalmente são os supervisores que são policiais eleitos para trabalhar no programa*”, ele havia conseguido montar um grupo de funcionários públicos, capacitados para atuarem na segurança pública com apoio das Assistentes Sociais, para lidar com a população de rua e também com o menor infrator, exposto quase sempre a situações de vulnerabilidade social. Foi criada uma força de profissionais da segurança pública que apoiam e complementam a Polícia Militar todos os dias, nas principais áreas do Rio de Janeiro. “*Então foi uma espécie de ocupação dos bairros e cidades do Rio, criando zonas de conforto, zonas de menor índices criminais em que a população pode transitar, em que a população em que os donos dessas operações não são os batalhões, não são os coronéis.*” O entrevistado deixa implícito, na afirmação acima, sua visão a respeito da descentralização do policiamento e a participação fundamental entre a população e o centro de decisões do patrulhamento.

6.2.2 Avanços do Programa OSP

As quatro primeiras Bases da OSP contavam com a PPP entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro com a FECOMÉRCIO que dispunha basicamente do financiamento para aquisição de recursos materiais e o pagamento de parte da folha de pessoal, uma parceria que contemplou essas áreas turísticas da Cidade. As novas bases ratificaram o Procedimento Operacional Padrão (POP) da abordagem cidadã de forma eficaz, com a adaptação dos tipos e formas de policiamento em adequação às demandas locais, a valorização do policial e na forma de lidar com a população. Esse modelo de atuação possibilitou aumentar o grau de pertencimento entre os policiais que atuavam nos bairros e a população local que agora o via como sendo parte de seu ambiente “familiar”.

Essa parceria na área da segurança pública muito se assemelhou aos “*Business Improvement District*”²⁴ ou “Distritos de Melhoria de Negócios”, o qual quebrou um

²⁴ O BID surge no Canadá, mas é mundialmente conhecido pela experiência do que foi implantado em Nova York. O modelo Business Improvement Districts é basicamente carreado por recursos de empresas que realizam a gestão de partes interessadas passando pelas taxas de negócios (PORTAS, 2011).

antigo paradigma da segurança pública: que jamais daria certo o setor público/privado atuando juntos. Esse tipo de convênio utiliza o modelo BIDs, no Canadá, que tem por objetivo *“projetos que beneficiem aqueles que trabalham, vivem ou realizam qualquer atividade na área coberta pelo distrito. Os projetos, que podem resultar em iniciativas na segurança e na limpeza de uma área, seriam adicionais aos serviços padrões já fornecidos pela autoridade local.”* (AMARAL, CORDEIRO, MASELO, 2020, p. 17)

Diversas propostas foram colocadas à mesa, a fim de equacionar o problema fiscal inicial para a implantação do Programa, até que a Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), demonstrando uma visão política em prol da sociedade fluminense, propôs o estabelecimento de um Fundo para Segurança Pública (FISED²⁵), com a possibilidade de usá-lo em todas as políticas públicas voltadas para a segurança e financiamentos das polícias estaduais.

Passados três anos de sua criação, o modelo do Segurança Presente é expandido para Copacabana agora em parceria com a Prefeitura do Rio. O programa é inaugurado com a mesma filosofia de trabalho, porém, traz uma inovação, a presença de Guardas Municipais no patrulhamento junto com policiais. A pedido da Prefeitura, o programa foi chamado de Rio + Seguro. Esta parceria também chegou em Niterói, cujo nome foi Niterói + Seguro. Essa integração foi um marco na segurança pública do Estado, surgindo como uma nova forma de gerenciar o policiamento com integração entre os entes estaduais (policiais) e municipais (guardas), que juntos se colocavam à disposição da população fluminense. Como bem frisou Peres (2011), “são as faces mais visíveis da segurança local”. Durante a entrevista com o Coronel Felipe, o mesmo deixou claro que acredita em um polícia descentralizada, local, voltada para os bairros e não com áreas gigantescas e com um único centro de decisão centrado em um batalhão. Ele acredita que a polícia deva ser administrada com foco nos bairros, como uma polícia municipalizada.

Quando o programa carioca passou a ser divulgado na mídia, outras polícias e políticos de estados diversos vieram conhecer o modelo. Esse foi o caso de Maceió, capital

²⁵ A Alerj aprovou em 10/04/18 o Projeto de Lei, enviado pelo Executivo, que garante que o Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (Fised), criado no final de 2017 pelo governo estadual, tenha uma unidade orçamentária para gestão dos próprios recursos. O Fundo garante o uso de parte da receita de royalties de petróleo na área de Segurança. Desse modo, será possível aumentar os recursos disponíveis para as ações de combate à violência, incluindo iniciativas de desenvolvimento social nas comunidades do Rio. <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=6327147>

de Alagoas, onde foi implantado o Ronda no Bairro²⁶, modelo copiado do Segurança Presente carioca.

Para dar suporte operacional à OSP, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro determinou que a Coordenadoria de Programa Estadual de Integração da Segurança (CPROEIS)²⁷, para que suprisse as Operações de recursos humanos (policiais), criasse uma página para acesso dos policiais que poderiam ofertar sua folga através de marcação de serviço nas bases de interesse. A página fica on-line durante toda a semana, 24h por dia, para marcação e desistências de vagas disponibilizadas pelas Bases. As vagas são disponibilizadas em sua totalidade sempre às 6h para o público policial militar em geral e às 06:30 para os policiais que estão à disposição da SEGOV. Cabe ressaltar que as vagas são separadas entre os dois grupos, por fazerem parte de Secretarias diferentes. As vagas são oferecidas de acordo com a necessidade de cada Base, segundo os critérios determinados pela SEGOV, levando em conta o tamanho da área de patrulhamento da Base e sua mancha criminal.

O critério de marcação ocorre quando o primeiro policial acessa a vaga disponibilizada pelo site. Logo, a vaga denominada “TITULAR” para o primeiro que clicou nela, já a vaga “RESERVA” para o click subsequente. Assim, para cada vaga disponibilizada, existe uma reserva para o caso de o titular desistir até 12h antes da assunção do serviço na Base. Quando o titular desvalida o seu serviço até às 19:59 do dia anterior ao serviço subsequente de 08h, o que estava de reserva passa à condição de titular. Assim, o policial recebe pelo e-mail cadastrado no sistema, a mudança do status de sua inscrição, além de poder conferir também diretamente no site do CPROEIS. Na figura abaixo, foi retirada da página do CPROEIS as disponibilidades oferecidas de algumas vagas com sua respectiva Bases da OSP.

Figura 3 - Página da Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS)

²⁶ “O Programa Ronda no Bairro, mais uma ação integrada na prevenção e no combate à violência em Alagoas. Essa nova forma de fazer segurança pública aproxima os agentes do Estado dos cidadãos e facilita que identifiquem as necessidades de cada território de atividade.” (...) para o secretário de Estado da Segurança Pública, coronel Lima Júnior, o Ronda no Bairro é mais um grande avanço do Estado na defesa do povo alagoano. “O programa vai trabalhar integrado com a Segurança Pública e vai trazer grandes resultados na redução de índices dos crimes. É com muita alegria e satisfação que recebemos uma nova ação de combate ao crime no nosso Estado e não tenho dúvidas que quem sairá ganhando é a sociedade alagoana”. <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/22677-ronda-no-bairro-amplia-o-alcance-das-forcas-deseguranca-em-alagoas>.

²⁷ Fonte: Disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/coordenadoria.cproeis> >. Acesso em 29 Set 2020

GOVERNO DO Rio de Janeiro RIO POUPA TEMPO NA WEB | INFORMAÇÃO PÚBLICA | AJUDA

A+ | A- | A | A

CPROEIS
Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança

Voluntários Sair

LEONARDO FARIA RODRIGUES

EVENTOS > A ASSOCIAR VOLUNTARIO

Selecione os Filtros disponíveis:

Convênio: SEGURANÇA PRESENTE

Data Evento: 2021-07-29 CPA: Seleciona

Filtrar

Total de Horas no Período

Efetivamente Trabalhadas no Mês: 0

Escolas na Semana: 0 28/07/2021 22:48:57 (Quarta) até 01/08/2021 22:48:57 (Domingo)

Tempo Restante: 88 segundos

Aceita vaga reserva

Eventos Disponíveis para 28/07/2021 22:48:57 (Quarta) até 01/08/2021 22:48:57 (Domingo)

Informe o texto desejado para pesquisar: Exemplo: 12º BPM

Pesquisa:

SEGURANÇA PRESENTE									
Data Evento	Hora Evento	Turno	Nome Evento	Endereço	Ponto Encontro	Apoio	Disponível		
29/07/2021	08:00:00	12 h	MIGUEL PEREIRA POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	AV. CESAR LATTES, SN ANEXO COLEGIO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS, BARRIO GUARARAPES, MIGUEL PEREIRA, RJ	10º BPM - 5ª CPA	RESERVA		Eu You
29/07/2021	08:00:00	12 h	BANGU PRESENTE ADIDO A SEGOV	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	CALÇADÃO DA AV. CONEGO DE VASCONCELOS CABINA EM FRENTE A MAGAL	14º BPM - 2ª CPA	RESERVA		Eu You
29/07/2021	08:00:00	12 h	BANGU PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	CALÇADÃO DA AV. CONEGO DE VASCONCELOS CABINA EM FRENTE A MAGAL	14º BPM - 2ª CPA	RESERVA		Eu You
29/07/2021	08:00:00	12 h	CAXIAS PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	PRACA DO PACIFICADOR, CENTRO, TEATRO RAUL CORTEZ	15º BPM - 3ª CPA	RESERVA		Eu You
29/07/2021	08:00:00	12 h	COPACABANA PRESENTE ADIDO A SEGOV	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	RUA FIGUEIREDO DE MAGALHÃES 555 COPACABANA PATIO INTERNO DO 19BPM	19º BPM - 1ª CPA	RESERVA		Eu You
29/07/2021	08:00:00	12 h	COPACABANA PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	RUA FIGUEIREDO DE MAGALHÃES, 555 COPACABANA PATIO INTERNO DO 19 BPM	19º BPM - 1ª CPA	RESERVA		Eu You

Fonte: Site do PROEIS

Figura 4 - Página da Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança (continuação)

29/07/2021	08:00:00	12 h	COPACABANA PRESENTE ADIDO A SEGOV	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	RUA FIGUEIREDO DE MAGALHÃES 555 COPACABANA PATIO INTERNO DO 19BPM	19º BPM - 1º CPA	RESERVA		
29/07/2021	08:00:00	12 h	COPACABANA PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	RUA FIGUEIREDO DE MAGALHÃES, 555 COPACABANA PATIO INTERNO DO 19 BPM	19º BPM - 1º CPA	RESERVA		
29/07/2021	18:00:00	8 h	COPACABANA PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	RUA FIGUEIREDO DE MAGALHÃES, 555 COPACABANA PATIO INTERNO DO 19 BPM	19º BPM - 1º CPA	RESERVA		
29/07/2021	18:00:00	8 h	COPACABANA PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	RUA FIGUEIREDO DE MAGALHÃES, 555 COPACABANA PATIO INTERNO DO 19 BPM	19º BPM - 1º CPA	RESERVA		
29/07/2021	06:30:00	8 h	ATERRO PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE DO FLAMENGO, TAMBEM CHAMADO DE PARQUE DAS CRIANÇAS, AV. PRAIA DO FLAMENGO, SN, EM FRENTE AO NUMERO 100, PRÓXIMO AO HOTEL NOVO MUNDO.	2º BPM - 1º CPA	RESERVA		
29/07/2021	08:00:00	12 h	BOTAFOGO PRESENTE ADIDO A SEGOV	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	PRAÇA NELSON MANDELA METRO BOTAFOGO	2º BPM - 1º CPA	RESERVA		
29/07/2021	08:00:00	12 h	BOTAFOGO PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	PRAÇA NELSON MANDELA METRO BOTAFOGO	2º BPM - 1º CPA	4		
29/07/2021	08:00:00	12 h	LARANJEIRAS PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	PRAÇA LARGO DO MACHADO, NA RUA DO CATETE, AO LADO DA CABINE DA P.M.	2º BPM - 1º CPA	2		
29/07/2021	14:00:00	8 h	ATERRO PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE DO FLAMENGO, TAMBEM CHAMADO DE PARQUE DAS CRIANÇAS, AV. PRAIA DO FLAMENGO, SN, EM FRENTE AO NUMERO 100, PRÓXIMO AO HOTEL NOVO MUNDO.	2º BPM - 1º CPA	5		
29/07/2021	08:00:00	12 h	AUSTIN PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	PRAÇA DE AUSTIN, NA RUA CEL. MONTEIRO DE BARRO, 296.	20º BPM - 3º CPA	RESERVA		
29/07/2021	08:00:00	12 h	NOVA IGUAÇU PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	PRAÇA RUI BARBOSA CENTRO NOVA IGUAÇU	20º BPM - 3º CPA	RESERVA		
29/07/2021	08:00:00	12 h	IPANEMA PRESENTE POG	PINHEIRO MACHADO, SN	PONTO DE ENCONTRO PRAÇA GENERAL OSORIO, IPANEMA.	23º BPM - 1º CPA	RESERVA		
29/07/2021	08:00:00	12 h	LAGOA PRESENTE POG	RUA PINHEIRO MACHADO, SN	ESTACIONAMENTO DO PARQUE DOS PATINS, NA AV. BORGES DE MEDEIROS, SN, LAGOA SENTIDO GÁVEA, AO LADO DO CLUBE NAVAL, EM FRENTE AO POSTO BR PIRAQUÊ.	23º BPM - 1º CPA	RESERVA		
29/07/2021	08:00:00	12 h	LEBLON PRESENTE POG	RUA GENERAL URQUIZA	PRAÇA ANTERO DE OQUENTAL LEBLON	23º BPM - 1º CPA	RESERVA		

Fonte: Site do PROEIS

6.2.3 O crescimento do Programa e sua viabilidade

Quando perguntado durante a entrevista sobre qual a expectativa de crescimento que o Coronel Felipe esperava que alcançasse a OSP, ele foi enfático em responder: “(...) *tenho isso em vídeo, em palestra, imaginei sim, eu desde o primeiro momento, eu tinha*

certeza que ia crescer, mas assim, sabendo que esse programa ele não atinge cem por cento das regiões, cem por cento das áreas (...) Sua ressalva sempre foi em delimitar os reais objetivos do Programa em relação ao campo de atuação, ou seja, não cabe utilizar a OSP para atuar em áreas conflagradas, em cima dos morros. Nos moldes em que foi criado, não seria para esse tipo de atuação. E acrescenta: *"então, por exemplo, em uma área conflagrada não cabe o segurança presente no modelo que ele é, e é claro que ele é plenamente adaptável."* Quando da criação do Segurança Presente, um modelo de atuação foi pensado para que atendesse às expectativas da população e que baixasse os números da violência, como explica,

Na Lagoa o camarada realmente anda ali de bicicleta, ele numa área de lazer que não é tão extensa, Centro da Cidade ele tem outra característica. Leblon tem outra característica: é um bairro residencial. Quando a gente vai pra outras regiões, por exemplo, Centro de Nova Iguaçu, é muito importante. Caxias, Belford Roxo, são regiões que a gente pode criar, a gente pode criar zonas de segurança. Então se eu chego em Belford Roxo que é um lugar extremamente violento, se eu chego em São Gonçalo tem um lugar onde os índices são extremamente altos, eu não vou conseguir resolver cem por cento dessas regiões, até porque são muito grandes, São Gonçalo é um belo exemplo disso, mas aí a gente vai delimita uma região em que a população vai tá segura. Normalmente essa região é a região em que tem a maior concentração de pessoas, são o Centro da Cidade. Foi o que aconteceu em São Gonçalo. Se você, deve ter feito ou se não fizer, com certeza vai fazer uma pesquisa de campo nessas áreas, você entrevistará a população, a população é maravilhada com relação a isso.

Quando foi perguntado ao coronel se a política influenciava nas escolhas e na resolução de problemas técnicos do Programa OSP, o mesmo respondeu que no começo a política interferia muito pouco ou quase nada, *"porque na Operação, a gente costumava brincar que a operação era "top down" (de cima para baixo), a Operação era do Governador do Estado, a última palavra é dele"*. Disse ainda que o governador Luiz Fernando Pezão, dava total apoio e praticamente confiou toda a gestão ao Coronel Felipe. *"Então, eu era o responsável pela gestão e isso não passava nem pelo secretário de estado. Era uma operação muito ainda era pequena. A gente precisava crescer"*.

Foi quando ele recebeu uma missão do próprio Governador, para "pacificar" o Centro da cidade do Rio. Por ser uma área gigante, maior do que Aterro, Lagoa, Méier e Lapa juntos. *"Então, num convênio com a Prefeitura do Rio, é a Prefeitura do Rio juntamente com a Federação do Comércio, o estado naquele momento tá quebrado, o*

estado não tinha dinheiro para pagar a operação. O estado foi buscar na Federação do Comércio um financiamento para as operações”. E acrescentou,

Então, a Federação do Comércio, a Fecomércio, fez um convênio com o Governo do Estado em que repassar para o Governo do Estado o custo das operações e aí o Governo do Estado descentraliza a verba e pagava aos policiais, agentes civis, aos policiais da reserva, muito importante, uma mão de obra já treinada, especializada, que pegava toda a sua experiência de normalmente trinta anos de corporação, voltava voluntariamente pro serviço ativo para trabalhar pelo menos mais três anos. para população. Então foi algo espetacular, contribuiu bastante com a nossa, com as nossas operações no início, mas a influência política era praticamente zero, não tinha político indicando policial, agente civil, isso não acontecia, isso não aconteceu.

Era necessário algo novo para o policiamento ofertado ao cidadão e a cobrança por parte do governador era latente. Como se tratava de um projeto piloto cujo principal objetivo era baixar os índices de violência e devolver o lazer no Aterro do Flamengo, na Lagoa, além da paz para o comerciante trabalhar na Lapa, no Méier e no Centro do Rio, a missão era muito clara, algo precisava ser feito na segurança pública e era urgente (GONÇALVES, 2018, p. 38).

Segundo Gonçalves (2018), idealizador da OSP, o programa tem semelhanças com outros modelos de Segurança Pública implantados em locais, tais como em Nova York, EUA. Em NY, também havia uma preocupação em recuperar o espaço público, lá foi criada uma campanha, exigindo de volta os espaços públicos de Nova York tomado pela criminalidade e moradores de rua, dessa forma era necessária uma intervenção da segurança pública para devolver essas áreas à população. Foram criadas as Quadras Modelos, iniciativa do então prefeito Rudolph Giuliani que estabelecia uma ligação entre polícia e a comunidade uma série de metas a serem cumpridas. O foco principal era acabar com o tráfico e outros delitos que ocorriam na região. Analisando a Segurança Presente e a Quadra Modelo, podemos observar a mesma forma de atuação ao criar um perímetro de segurança para cada Base

Em relação a expansão da OSP, o Coronel Felipe ainda acrescentou,

(...)que ia crescer eu já sabia, que ia para os grandes centros eu já sabia. Pra gente sair dos grandes centros a gente vai precisar fazer adaptações e criar um modelo diferente, mas não vai dar pra fazer nada disso se não despolitizar imediatamente esse programa, tem que tirar esses deputados do programa

imediatamente. Esse programa não pode ser tratado como outros órgãos, são com indicações políticas, principalmente de deputados e prefeitos. Isso não pode acontecer. eu tenho que prevalecer com a meritocracia como ele foi concebido, nós temos que ter os melhores policiais, nós temos que ter os policiais que sejam de fato superiores à média, até porque além dos seus salários no Estado eles recebem uma gratificação. Então os policiais fixos do programa, os agentes civis, eles estão ali como voluntários, ninguém é obrigado a está nesse programa, ele pode sair no momento que ele quiser e voltar pro batalhão dele. Então ele é privilegiado em está ali, mas ele não pode tá ali simplesmente porque foi indicado por um deputado, porque trabalhou numa campanha política, porque o indicado, do indicado, do indicado do deputado pediu por ele, o deputado vai lá e faz uma negociação e consegue colocar, então isso hoje é o que mais me entristece no programa, é uma politização exacerbada e eu já sabia que isso poderia levar o programa pro buraco. Infelizmente os governadores anteriores, não negociaram. A partir do governador Witzel, isso realmente virou uma moeda de troca e isso me entristece bastante porque a partir daí o desempenho dos policiais não foi o mesmo de outrora.

6.3 A OSP e os novos gestores

Com a mudança na direção do Governo do Estado e a saída de Luiz Fernando Pezão, Wilson Witzel assume e como de praxe, troca todo o secretariado e novos gestores assumem as pastas e programas no Estado. O mesmo ocorreu com os Programas da SEGOV, no qual a OSP faz parte. O primeiro a assumir a superintendência das Operações da SEGOV o Major da PM Carlos Eduardo Falconi, que meses depois foi exonerado, sendo substituído por Coronel do Bombeiro, depois por mais dois Coronéis da Polícia Militar, tudo em dois anos e quatro meses (até o impeachment), até chegar ao atual superintendente, Tenente Coronel PM Francisco José Pereira Melo, tendo à frente o Superintendente Geral dos Projetos da SEGOV, o Ex-Chefe do Estado Maior Geral da Polícia Militar, o Coronel PM Cláudio Lima Freire. Os dois últimos foram entrevistados por esse pesquisador e suas falas serão reproduzidas mais a frente.

Segundo o Coronel Felipe Gonçalves, muito se fala em policiamento comunitário ou, como alguns preferem: “policiamento de proximidade”. Nas palavras do idealizador do Programa, a partir do momento que o policial, o agente civil e assistente social, *“eles têm a função precípua de ir pra rua, pra conquistar corações e mentes da população pra tá o máximo possível junto das pessoas pra atender o público, como se atende a um cliente, um shopping numa loja, num supermercado, ou em qualquer outro local de prestação de serviço, a gente muda completamente a concepção”*. Os policiais são enviados às ruas para prestar um serviço para aquela comunidade. *“Então, o que eu entendo de polícia*

comunitária é exatamente isso, é a polícia que tá ali à disposição da sociedade entendendo que, como funcionários públicos, a nossa missão maior é servir a população do Rio de Janeiro por quem nós somos pagos”

Na mesma toada seguem os novos gestores, para o superintendente dos programas da SEGOV, Coronel PM Lima Freire “*o policiamento é voltado pra atividade comunitária, que realmente é o trato do dia a dia, com a população (...)*” e acrescenta: “*a gente vê, tem o civil propriamente dito e temos também o egresso das forças armadas que é o grande contingente de agente de patrulhamento. E a assistente social. Então esse tripé que dá essa diferença do policiamento comunitário e o patrulhamento comunitário.*”

Durante a entrevista presencial concedida pelo atual superintendente da OSP, Tenente Coronel PM F. Melo no dia 03 de maio de 2022, a Operação Segurança Presente “*é mais do que um policiamento de policiamento comunitário. É pensar em policiamento comunitário e nos remeter à década de oitenta, em que a gente tem talvez o cara que mais pensou por centro comunitário, o Coronel Nazaré Cerqueira.*” Nas palavras do Comandante da OSP, houve muitos avanços no modelo antigo de policiamento comunitário. Nos dez meses em que ele está à frente do Programa, juntamente com profissionais da área da segurança pública, da educação e Assistentes Sociais, ou seja, profissionais que atuam na capacitação do efetivo da Operação, vindo dos meios acadêmicos, muita coisa vem sendo trabalhada e desenvolvida. “*Hoje ela passa longe de ser um policiamento comunitário. E ela também não é um policiamento de proximidade. A gente conceitualmente a gente estabeleceu um outro patamar.*” Quando ele dá instruções para à tropa, quando capacita o efetivo que está chegando na Operação, também está capacitando quem já é da Operação, “*a gente hoje trata a coisa como sendo uma abordagem de proximidade.*” Deixa subentendido que para o entrevistado essa proximidade se dá principalmente no momento das abordagens ao cidadão nas ruas dos bairros.

O modelo de policiamento da OSP possui maior ênfase no patrulhamento a pé e de bicicleta. As viaturas participam como um apoio a esses policiamentos anteriores, principalmente na cobertura de uma área maior de patrulhamento e na condução à delegacia de marginais da lei. O Segurança Presente se apresenta mais ostensivos e junto à sociedade, no “corpo a corpo” com o cidadão, com o pronto emprego do agente da Operação durante um delito. Um dos objetivos dos atuais gestores têm sido desconstruir uma ideia antiga de que polícia e ações sociais não podem atuar em parceria. No início as

filmagens das operações eram realizadas por agentes egressos das forças armadas, contudo atualmente o sistema de monitoramento tem sido implementado em diversos batalhões da polícia militar, que, em breve, também será disponibilizado para os agentes. Isso dará garantia, legitimidade e proteção tanto para os cidadãos quanto para os policiais, pois seria elemento inibitório, em possíveis práticas abusivas do estado, como também em um elemento dissuasório de denúncias caluniosas sobre a atividade policial.

Outra questão levantada pelo idealizador do Programa e também mantido pela atual gestão é a descentralização nas decisões da OSP. O responsável pela área de atuação, ou seja, o Comandante de Base, resolve as questões e demandas de seu bairro, fazendo a gestão dos policiais, Assistentes Sociais e agentes SEGOVs de sua Operação. Por tanto, as bases das operações são lugares de concentração de esforços e das tomadas de decisão com a menor distância do poder. (AMARAL, CORDEIRO, MASELO, 2020, p. 24)

Outro aspecto importante é o caráter complementar ao policiamento ostensivo ordinário feito pela Polícia Militar, realizando ações de caráter social com suporte de Assistentes Sociais treinadas e capacitadas para lidar com as situações de rua em meio às ocorrências de segurança pública, atuando juntamente com o policial nos locais em que podem ser encontrados moradores de rua e dependentes químico, os quais são identificados, entrevistados e encaminhados para tirarem documentos e para abrigos públicos, caso queiram. Tal abordagem se passa em um contexto totalmente diferente do tradicionalmente feito por um Assistente Social dos hospitais, UPAs e demais áreas onde esses profissionais trabalham. Essa atuação conjunta com a polícia e agentes da SEGOVs é uma característica marcante na gestão OSP, sempre buscando uma integração com outros órgãos públicos com fomento na abordagem cidadã e humanitária.

Segundo Felipe Gonçalves, a complementação financeira para os policiais militares e civis era outra demanda antiga desses profissionais, antes desvalorizados por diversas gestões, hoje, contemplados pelo RAS, onde voluntariamente escolhem data e turno de serviço para trabalharem na folga, recebendo uma diária e auxílio (alimentação e transporte), atuando totalmente amparado pelo Estado e dentro de suas funções. Os coletes de cores diferentes são uma marca registrada de cada, cada qual com uma cor, geralmente, na que mais representa o seu bairro. No início era apenas uma camisa polo branca, calças pretas “táticas”, padrão policial, tênis preto com o colete da OSP por cima. Após uma exigência da Polícia Militar junto a Coordenação do Programa, aprovado também pelo então interventor na Segurança Pública do Rio de Janeiro, General de Exército Walter

Braga Netto, foi introduzido o fardamento da PM com o colete para os policiais, ficando os demais civis com o antigo uniforme. Os coletes de cores variadas buscavam criar uma identificação e sensação de pertencimento com a população local, para que o cidadão pudesse dizer: esse policial é “do meu bairro” ele está ali para me proteger.

Para o atual Superintendente da OSP, nos dez meses que ele esteve à frente da Operação, teve muito apoio da SEGOV e do Governador. *“Eu não posso reclamar de falta de apoio. Eu não tive dificuldades administrativas.”* Disse que muita coisa precisava ser feita na área de licitação, principalmente os veículos, coletes e outros materiais que precisavam ser licitados. No que tange ao efetivo, principalmente o policial, o atual Secretário de Polícia Militar e Comandante Geral, Coronel Henrique, tem apoiado demais o Segurança Presente. Acrescenta ainda que *“(...) hoje todas as bases receberam uniformes novos nas nossas bases já criadas. Tivemos o compromisso de não criar novas Bases onde a área utilizada pelos nossos efetivos fosse indigna.”* Apenas duas, das dez Bases possuem uma estrutura feita em contêiner, Queimados e Macaé. Porém, mesmo sendo um contêiner, são estruturas habitacionais com banheiro e toda estrutura.

6.3.1 Dificuldades enfrentadas para a manutenção e crescimento da OSP

Hoje, após quase oito anos desde sua criação, a Operação Segurança Presente vive um novo capítulo de sua história, e como todas as instituições ou empresas que necessitam expandir seus campos de atuação, sofre com as dores do crescimento. Por ser um Programa de governo, onde o próprio governador divulga seus números e para onde será inaugurada uma nova base, muitos são os pedidos para que a OSP se inicie. Os pedidos partem de todos os lados, comerciantes, associação de moradores, políticos e etc. Segundo o Tenente Coronel F. Melo, que assumiu o comando em junho de 2021 e já inaugurou dez novas Bases, que havia um critério, havia uma orientação do governador repassada pelo Secretário de Governo para priorizar uma distribuição para outras áreas do Rio, porque até então a operação Segurança Presente concentrou suas Operações na capital, depois começou a se expandir para a baixada. Segundo o Coronel,

E qual foi a nossa orientação? Pedidos que nos apresentem toda hora, hoje mesmo antes de você chegar, eu estava despachando os seis foram sete solicitações vindo da ALERJ vindo de prefeituras para a gente definindo todas

elas porque nesse momento a gente cresceu bastante tá que a gente quer agora organizar para que o serviço não caia a qualidade, mas essa era a nossa orientação, priorizar nesses nessas dez bases o atendimento a outras áreas do estado, ainda não contempladas com a Operação Segurança Presente.

Segundo o Tenente-Coronel F. Melo, todas as Bases foram criadas da maneira correta, com o efetivo da SEGOV, agentes civis, Assistentes Sociais e que as Operações do interior é a grande dificuldade. Que hoje é feito um concurso pela UERJ para contratação de agentes civis, no qual houve mais de vinte mil inscritos, sendo a maioria da capital e que isso tem trazido grandes dificuldades para a coordenação da OSP pra enviar esses agentes civis e assistentes para o interior, devido à distância do local de moradia deles. A administração está construindo uma série de alternativas para obedecer à questão do concurso e conseguir deixar todas as bases funcionando com os três atores (Policial Militar, Agente SEGOV e Assistentes Sociais), os quais são indispensáveis para o funcionamento do Segurança Presente. Ao ser perguntado sobre como funciona essa contratação por parte da UERJ, o Superintendente respondeu:

Bem, quando nós chegamos aqui em junho do ano passado, nós já pegamos um processo em andamento, que foi fruto de algum inquérito civil público junto ao Ministério Público que questionava o fato de Agentes Civis e Assistentes Sociais estarem sendo contratados por longos períodos sem concurso público, fazendo atividade de Estado, atividade de segurança e de atendimento. Então, foi quase que uma obrigação da gestão anterior a nossa iniciar esse processo. Nós pegamos o processo do meio para o fim e qual foi a nossa preocupação quando a gente leu o edital que ia ser liberado, fugir da filosofia do Programa. Os egressos não tinham tido uma pontuação para valorizar a presença dos egressos. Porque esse é o nosso objetivo. Essa inserção do militar que sai das Forças Armadas. Quer uma mão de obra qualificada, preparada, e trazê-los para esse Programa, para que ele tenha um tempo para que ele possa se capacitar, ter um salário condizente com essa possibilidade e se inserir formalmente no mercado de trabalho. Então, a gente e quem pensou lá atrás no Programa, teve muito cuidado com o Programa, por isso ele é tão exitoso, eu acredito. E a gente só teve que corrigir o edital da UERJ, e aí a gente estabeleceu pontuação para egresso, a gente estabeleceu algumas coisas, para que, dentro dos títulos, pudessem privilegiar a filosofia do Programa. Mas, hoje não se entra isso também. As pessoas costumam perguntar: mas tudo é por indicação? Não. Hoje o Segurança Presente não tem indicação de nenhum Agente Civil, de nenhum Assistente Social. É zero por cento. Só entra pra função de Agente Civil ou de Assistente Social. Aqueles que estão aprovados no processo seletivo simplificado da UERJ, é todo feito por eles. A única coisa que nós tivemos o compromisso com a Operação foi corrigir o edital para que o edital não fugisse a filosofia pensada do Programa.

6.3.2 Efetivo médio de uma Base e a ocupação territorial da OSP

As Bases da OSP são divididas em classes de acordo com o tamanho do efetivo nela empregado, a saber: Classe A, Classe B e Classe C, segundo o próprio Superintendente do Programa, *“uma Classe C não tem Subcomandante, só tem um Comandante, uma Classe que tem número já definido de viaturas, não vai ter mais porque não é necessário, é jogar dinheiro público fora.”* E acrescenta: *“Uma Classe B já tem Comandante, tem Subcomandante, tem tantos policiais, tem tantas viaturas. A gente estabeleceu critérios bem objetivos, fez o estudo técnico, viu que é viável a implantação.”*

Ao ser perguntado qual seria o efetivo médio, o Superintendente afirmou que tem tudo planilhado, entretanto os dados foram fornecidos posterior a entrevista, no dia 03 de maio de 2022, são eles:

Custo Ano aproximado de uma Base completa: Policial, Assistente Social, Auxiliar de Base e Agente Civil de patrulhamento):

Classe A: aproximadamente R\$ 7.700.000,00 ano

- 01 Coordenador e 15 Policiais Militares fixos (à disposição da SEGOV)
- 18 vagas disponibilizadas ao PROEIS por dia (efetivo policial escalado voluntariamente)
- 02 Assistentes Sociais
- 14 Extensionistas de atendimento na Base (Agentes SEGOV) por dia
- 01 Extensionistas (Agentes SEGOV) de apoio ao Policial administrativo da Base por dia
- 01 Extensionistas de interação (Agentes SEGOV) por dia de motorista

Classe B: aproximadamente R\$ 4.700.000,00 ano

- 01 Coordenador e 12 Policiais Militares fixos (à disposição da SEGOV)
- 16 vagas disponibilizadas ao PROEIS por dia (efetivo policial escalado voluntariamente)
- 02 Assistentes Sociais
- 08 Extensionistas de atendimento na Base (Agentes SEGOV) por dia

- 01 Extensionistas (Agentes SEGOV) de apoio ao Policial administrativo da Base por dia
- 01 Extensionistas de interação (Agentes SEGOV) por dia de motorista

Classe C: aproximadamente R\$ 3.600.000,00 ano

- 01 Coordenador e 9 Policiais Militares fixos (à disposição da SEGOV)
- 12 vagas disponibilizadas ao PROEIS por dia
- 02 Assistentes Sociais
- 06 Extensionistas de atendimento na Base (Agentes SEGOV) por dia
- 01 Extensionistas (Agentes SEGOV) de apoio ao Policial administrativo da Base por dia
- 01 Extensionistas de interação (Agentes SEGOV) por dia de motorista

Para exemplificar como seria o efetivo de uma Base Classe A e B, foram utilizados os dados fornecidos pelos Coordenadores das Bases objetos desse estudo. Cabe ressaltar que a Operação Centro Presente é classificada como Classe A e Lagoa, Aterro e Méier Presente são Classe B.

Tabela 2 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Aterro Presente - 2022

OPERAÇÃO ATERRO PRESENTE - EFETIVO DIÁRIO		
TURNO	FUNÇÃO	DOMINGO A SÁBADO
Manhã 06:30 às 14:30	Oficial PMERJ (Coordenação 12h)	01
	Oficial PMERJ (Subcoordenação 12h)	01
	Oficial PMERJ (Supervisão 10h-22h)	01
	Praças PMERJ (fixos da Base)	04
	Praça PMERJ PROEIS (Patrulhamento)	27

	Agente Civil (patrulhamento)	18
	Agente Civil (Motorista)	01
	Agente Civil (Auxiliar de Base)	02
	Agente Civil (Assistente Social)	01
Tarde 14:00 às 22:00	Praça PMERJ PROEIS (Patrulhamento)	27
	Agente Civil (patrulhamento)	18
	Agente Civil (Motorista)	01
	Agente Civil (Auxiliar de Base)	02
	Agente Civil (Assistente Social)	01
09:00 às 21:00	Policial Civil (9ª DP)	02
Efetivo total empregado diariamente		109
Efetivo total de Policiais Militares		65
Efetivo total de Agentes Civis		44
Efetivo total de Policiais Civis		02

Fonte: Entrevista com o Coordenador da Base

Tabela 3 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Lagoa Presente - 2022

OPERAÇÃO LAGOA PRESENTE - EFETIVO DIÁRIO		
TURNO	FUNÇÃO	DOMINGO A SÁBADO
Manhã 08:00 às 20:00	Oficial PMERJ (Coordenação)	01
	Oficial PMERJ (Subcoordenador)	01
	Praças PMERJ (fixos da Base)	04

	Praça PMERJ PROEIS (Patrulhamento)	43
	Agente Civil (patrulhamento)	14
	Agente Civil (Motorista)	04
	Agente Civil (Auxiliar de Base)	01
	Agente Civil (Assistente Social)	02
09:00 às 21:00	Policia Civil (14ª DP)	02
Efetivo total empregado diariamente		72
Efetivo total de Policiais Militares		49
Efetivo total de Agentes Civis		19
Efetivo total de Policiais Civis		02

Fonte: Entrevista com o Coordenador da Base

Tabela 4 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Méier Presente - 2022

OPERAÇÃO MÉIER PRESENTE - EFETIVO DIÁRIO		
TURNO	FUNÇÃO	DOMINGO A SÁBADO
Manhã 06:00 às 14:00	Oficial PMERJ (Coordenação 12h)	01
	Oficial PMERJ (Subcoordenação 12h)	01
	Oficial PMERJ (Supervisão 10h-22h)	01
	Praças PMERJ (fixos da Base)	04
	Praça PMERJ PROEIS (Patrulhamento)	10
	Agente Civil (patrulhamento)	12
	Agente Civil (Motorista)	02

	Agente Civil (Auxiliar de Base)	02
	Agente Civil (Assistente Social)	02
Tarde 14:00 às 22:00	Praça PMERJ (Patrulhamento)	10
	Agente Civil (patrulhamento)	12
	Agente Civil (Motorista)	02
	Agente Civil (Auxiliar de Base)	02
	Agente Civil (Assistente Social)	02
08:00 às 20h	Praça PMERJ (Patrulhamento)	35
09:00 às 21:00	Policia Civil (23ª DP)	02
Efetivo total empregado diariamente		100
Efetivo total de Policiais Militares		62
Efetivo total de Agentes Civis		36
Efetivo total de Policiais Civis		02

Fonte: Entrevista com o Coordenador da Base

Tabela 5 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Centro Presente A - 2022

OPERAÇÃO CENTRO PRESENTE BASE A - EFETIVO DIÁRIO		
TURNO	FUNÇÃO	DOMINGO A SÁBADO
Manhã 08:00 às 20:00	Oficial PMERJ (Subcoordenador)	01
	Praças PMERJ (fixos da Base)	04
	Praça PMERJ PROEIS (Patrulhamento)	20
	Agente Civil (patrulhamento)	12

	Agente Civil (Motorista)	01
	Agente Civil (Auxiliar de Base)	01
	Agente Civil (Assistente Social)	01
09:00 às 21:00	Policial Civil (1ª DP)	02
Efetivo total empregado diariamente		42
Efetivo total de Policiais Militares		25
Efetivo total de Agentes Civis		15
Efetivo total de Policiais Civis		02

Fonte: Entrevista com o Coordenador da Base

Tabela 6 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Centro Presente B - 2022

OPERAÇÃO CENTRO PRESENTE BASE B - EFETIVO DIÁRIO		
TURNO	FUNÇÃO	DOMINGO A SÁBADO
Manhã 08:00 às 20:00	Oficial PMERJ (Subcoordenador)	01
	Praças PMERJ (fixos da Base)	05
	Praça PMERJ PROEIS (Patrulhamento)	38
	Agente Civil (patrulhamento)	17
	Agente Civil (Motorista)	01
	Agente Civil (Auxiliar de Base)	01
	Agente Civil (Assistente Social)	01
09:00 às 21:00	Policial Civil (4ª DP)	02
Efetivo total empregado diariamente		68

Efetivo total de Policiais Militares	44
Efetivo total de Agentes Civis	20
Efetivo total de Policiais Civis	02

Fonte: Entrevista com o Coordenador da Base

Tabela 7 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Centro Presente C - 2022

OPERAÇÃO CENTRO PRESENTE BASE C - EFETIVO DIÁRIO		
TURNO	FUNÇÃO	DOMINGO A SÁBADO
Manhã 08:00 às 20:00	Oficial PMERJ (Subcoordenador)	01
	Praças PMERJ (fixos da Base)	04
	Praça PMERJ PROEIS (Patrulhamento)	30
	Agente Civil (patrulhamento)	16
	Agente Civil (Motorista)	01
	Agente Civil (Auxiliar de Base)	01
	Agente Civil (Assistente Social)	01
09:00 às 21:00	Policial Civil (5ª DP)	02
Efetivo total empregado diariamente		56
Efetivo total de Policiais Militares		35
Efetivo total de Agentes Civis		19
Efetivo total de Policiais Civis		02

Fonte: Entrevista com o Coordenador da Base

Tabela 8 - Resumo do efetivo empregado em um dia nas Operações Centro Presente D - 2022

OPERAÇÃO CENTRO PRESENTE BASE D - EFETIVO DIÁRIO		
TURNO	FUNÇÃO	DOMINGO A SÁBADO
Manhã 08:00 às 20:00	Oficial PMERJ (Subcoordenador)	01
	Praças PMERJ (fixos da Base)	04
	Praça PMERJ PROEIS (Patrulhamento)	46
	Agente Civil (patrulhamento)	26
	Agente Civil (Motorista)	01
	Agente Civil (Auxiliar de Base)	01
	Agente Civil (Assistente Social)	01
09:00 às 21:00	Policial Civil (6ª DP)	02
Efetivo total empregado diariamente		82
Efetivo total de Policiais Militares		51
Efetivo total de Agentes Civis		29
Efetivo total de Policiais Civis		02

Fonte: Entrevista com o Coordenador da Base

O efetivo do Aterro Presente e de uma forma geral das demais Bases possuem um quantitativo bem superior ao número de policiais dos Batalhões da Polícia Militar empregados na mesma área de atuação, como descreve Major Mazzurana,

O quadro revela que para um turno de oito horas de trabalho diário, a operação Aterro Presente conta com um efetivo total empregado na atividade de policiamento de 32 praças PMERJ (Patrulhamento) que atuam exclusivamente no Aterro, uma área de lazer, prática de esporte e praia. Enquanto isso, o Batalhão da PMERJ (2º BPM), responsável pela mesma área somada ao restante do Bairro do Flamengo, mais os bairros de Botafogo, Laranjeiras e Catete possui, segundo os dados de notícia obtidos via lei de acesso à informação, 200 policiais na atividade de policiamento (MAZZURANA, 2021, P. 136)

6.3.3 As evoluções e conquistas da OSP

A OSP tem por objetivo promover uma rede de trabalho entre o Estado, através do Programa com a sociedade civil organizada, comerciantes e outras instituições do Estado e municípios. A Segurança Presente se tornou uma marca poderosa entre as Operações do Governo e possui hoje boa aceitação por parte da população e da mídia, segundo informações do entrevistado. Uma das suas interações diárias ocorre pelos aplicativos de WhatsApp, que agregam diferentes atores sociais em uma fluidez de demanda direta, tornando uma teia de informações que se retroalimentam com denúncias por parte da população e pronto atendimento por parte dos Agentes, publicando suas ações nas ruas através de fotografia nos grupos do bairro, podendo ser visto, comentado e criticado por todos em tempo real.

Atualmente fazem parte dessa parceria os seguintes órgãos públicos:

(...) secretário de Estado de Governo e Relações Institucionais; Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; Secretaria de Polícia Militar; Comando Militar do Leste; Secretaria de Polícia Civil; Guardas Municipais; Secretaria Executiva de Coordenação de Governo da Prefeitura; Secretarias municipais de Ordem Pública, de Desenvolvimento Social, de Conservação, de Transportes e Comlurb. Através deste novo exemplo de gestão, as operações presentes vêm ajudando também com diversos aspectos do desenvolvimento urbanístico, econômico e de segurança pública. (AMARAL, CORDEIRO, MASELO, 2020, p. 24)

As evoluções e conquistas da Operação foram medidas em números e buscas pela internet da repercussão em jornais e mídias sociais citando a expansão do Programa pelas diversas regiões do Estado. Mazzurana (2021), explica que, o fortalecimento da sensação de segurança na comunidade, segundo a ótica da perspectiva institucional, dá-se pela maior por meio da presença massiva de policiais em uma área limitada do território, tornando próximo o contato físico com os cidadãos. Também é necessário que a supervisão do policiamento seja muito atuante, que haja interação direta entre os policiais com as lideranças locais dos bairros; um bom marketing de divulgação dos números de ocorrências envolvendo prisões, atendimento social, apreensões de materiais, abordagens de suspeitos, cumprimentos de mandados de prisão e etc (MAZZURANA, 2021, p. 246).

Porém, a confiança deve ser conquistada diariamente e que em um ambiente de medo e insegurança pode colocar todo trabalho a perder, não sendo suficiente somente manter os índices de criminalidade em baixa, além da ostensividade do policiamento nas ruas.

Para Mazzurana (2021), durante suas entrevistas com alguns Coordenadores do Programa, ficou explícito a preocupação de todos os envolvidos, tanto Oficiais, quanto dos Praças e agentes civis, que acreditam ser imprescindível ter uma boa relação com a comunidade na busca por soluções para resolver as demandas da segurança pública local, além da melhor maneira de atuação, a fim de serem legitimados pela população para estarem naquela região todos os dias.

Conforme pudemos interpretar, isso se deve tanto à necessidade de garantir apoio local para a permanência da operação, e, conseqüentemente, à manutenção de remunerações para os agentes civis, e de gratificações e um trabalho considerado menos desgastante que o realizado na PMERJ em razão de uma estrutura de apoio e logística mais bem ajustada; quanto para angariar a adesão da maioria da comunidade ao tipo de trabalho que realizam, em particular quanto ao elevado número de abordagens a pessoas, o que normalmente é acompanhado de queixas e desgastes com os cidadãos abordados (MAZZURANA, 2021, p. 246).

Também foi observado pelo pesquisador que a Coordenação orienta ao efetivo para atentarem quanto a forma de atuar, para que não atuem de forma a criar desgastes desnecessários com a comunidade, de forma que não seja abalada a parceria do público com o Programa.

6.4 Novas bases pelo Estado

Após o avanço inicial e as diversas demandas e conflitos em torno da legalidade da participação financeira da FECOMÉRCIO e o possível desvio de finalidade da SEGOV atuando na área da segurança pública, que acabou culminando na demanda judicial impetrada pelo Ministério Público do Rio e a conseqüente saída da FECOMÉRCIO e do Município do Rio de Janeiro que também contribuía com a Operação do Centro Presente, o Governo toma para si toda a gestão financeira e administrativa do Programa.

Nas palavras do presidente da Fecomércio, que assinou convênios de viabilização das operações, podemos observar a proposta oficial da entidade:

"A segurança pública é um dos temas mais importantes para nós e toda a sociedade. É o fator-chave, a partir do qual se melhora o ambiente empresarial, a imagem de cidades e de estados. Nós, do Sistema Fecomércio do Rio, apostamos que o investimento nas operações de Segurança Presente traz uma contribuição de interesse público, gerando mais qualidade de vida para as pessoas e para os negócios", afirma Orlando Diniz, presidente da instituição SESC (2016 apud, MAZZURANA, 2021, p. 22).

A interação entre o público e o privado foi exposta durante a inauguração da Operações Aterro, Lagoa e Méier Presente, através das palavras do gerente de relações sindicais da Federação:

A intenção é contribuir para a busca de soluções aos problemas sociais (...) A Fecomércio decidiu tomar para si o assunto da segurança porque, se o cidadão não tiver sensação de segurança, não vai sair mais. E tirar o consumidor da rua provoca perdas para o comércio. SESC (2016 apud, MAZZURANA, 2021, p. 22)

Contudo, foi no final de 2017 que as coisas começaram a mudar quando o entendimento da Corregedoria Geral da União (CGU), entendeu que não havia previsão estatutária para que de que a FECOMÉRCIO financiasse a OSP, como bem expressa um trecho extraído do Relatório de Gestão Exercício 2017:

Relatório CGU /2017. Descrição sucinta do item da deliberação: Providenciar a apuração e o ressarcimento ao Senac RJ dos valores efetivamente repassados por esta Unidade com base nos convênios do Segurança Presente, tendo em vista que os objetos estão em desacordo com a sua finalidade e seus objetivos regulamentares, não exigiram prestação de contas parciais e não previram repasse de recursos pelo Senac RJ que alcançaram, no mínimo, o valor de R\$ 2.931.920,00. Providências adotadas / Ações implementadas: Após discorrer brevemente sobre os convênios Segurança Presente e Centro Presente, a auditoria recomendou que os mesmos não fossem renovados nem celebrados ajustes que, supostamente, estariam em desacordo com as finalidades do Senac RJ, na medida em que estes contrariariam o disposto nos artigos 1o e 34 do Regulamento da Instituição (Decreto Federal no 61.836/1967). Em outras palavras: por não se adequar às finalidades institucionais contempladas no Decreto Federal no 61.836/1967. Conforme se verá nos itens seguintes, os exitosos convênios não padecem de quaisquer vícios e, portanto, não merecem essas recomendações, especialmente, em se tratando da realidade da segurança pública no Rio de Janeiro convênios Segurança Presente e Centro Presente. SESC (2016 apud, MAZZURANA, 2021, p. 22)

Segundo Mazzurana (2021), o Tribunal de Contas da União consolidou esse entendimento no final de 2018 e sugeriu como órgão de controle, “*que a FECOMÉRCIO não participasse mais*” (M. F. oficial coordenador operacional das operações, 04 jun 2020, Palácio Guanabara) (MAZZURANA, 2021, p. 22)

Com a proibição por parte da CGU, o governo do Estado do Rio de Janeiro precisou buscar formas alternativas para viabilizar os recursos necessários. Atualmente a Secretaria de Governo (SEGOV) é a grande responsável pelo suporte financeiro e administrativo da OSP, atuando em parceria com a Secretaria de Polícia Militar (SEPM) no que diz respeito ao suporte de efetivo de policiais militares para integrarem o efetivo fixo lotados na SEGOV e dos que trabalham durante suas folgas na PM através do RAS remunerados para desempenhar tal função.

Na figura 4 estão dispostas todas as Bases da OSP informadas pelo site do Programa até setembro de 2022. Começando pela Lapa em janeiro de 2014, depois Aterro, Lagoa e Méier Presente, todos em dezembro de 2015. Em 4 de julho de 2016 iniciava o Centro Presente e hoje já conta com Bases pelo Estado. Desde as primeiras localizadas no Centro da Cidade e Zona Sul, hoje contemplando as demais regiões citadas na figura abaixo. Começando com a Parceria Público Privada entre o Governo do Estado e a FECOMÉRCIO nas quatro primeiras Bases, durante o momento de grave crise do Rio de Janeiro onde essa parceria foi fundamental para o pontapé inicial do Programa até as novas Operações cem por cento financiadas pelo próprio Estado.

Tabela 9 – Linha histórica de inauguração das operações presente

BASES DA OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE	
ZONA SUL	NITERÓI
<p>Base Aterro</p> <p>Inauguração: 01/12/2015</p> <p>Local: Av. Praia do Flamengo, s/n Administração do Parque</p>	<p>Base Centro</p> <p>Inauguração: 15/12/2017</p> <p>Local: Centro - Rua Professor Leite (atrás do terminal rodoviário)</p>
Base Botafogo	Base Icarai

<p>Inauguração: 04/10/2019 Local: Praça Nelson Mandela</p>	<p>Local: Icaraí - Rua Lopes Trovão (dentro do Complexo Caio Martins)</p>
<p>Base Copacabana Inauguração: 03/12/2017 Local: Rua Figueiredo de Magalhães pátio do 19ºBPM)</p>	<p>Base São Francisco Local: São Francisco - Av. Carlos Ermelindo Martins, 3.100 - Juruja (dentro do Clube Naval Charitas)</p>
<p>Base Cristo Redentor Inauguração: 26/08/2020 Local: Cristo Redentor</p>	<p>ZONA NORTE</p>
<p>Base Ipanema Inauguração: 03/01/2019 Local: Praça General Osório</p>	<p>Base Bonsucesso Inauguração: 22/01/2020 Local: Rua Professor Augusto Medeiros de Mota, (próximo a Praça das Nações)</p>
<p>Base Lagoa Inauguração: 01/12/2015 Local: Av. Borges de Medeiros, 1444, (Parque das Figueiras)</p>	<p>Base Irajá Inauguração: 17/02/2020 Local: 1ª base: Praça Nª Srª da Apresentação 2ª base: Av. Brás de Pina. 1867, Vista Alegre</p>
<p>Base Laranjeiras Inauguração: 06/09/2019 Local: Largo do Machado, na rua do Catete</p>	<p>Base Madureira Inauguração: 28/01/2020 Local: Rua Tacaratu, 94 - Honório Gurgel (9ºBPM)</p>

<p align="center">Base Leblon</p> <p>Inauguração: 20/12/2018</p> <p>Local: Praça Antero de Quintal, na Av. Ataulfo de Paiva</p>	<p align="center">Base Méier</p> <p>Inauguração: 01/12/2015</p> <p>Local: Rua Dias da Cruz, s/n - Praça Agripino Grieco</p>
<p align="center">ZONA OESTE</p>	<p align="center">Base Tijuca</p> <p>Inauguração: 03/01/2019</p> <p>Local: Praça Saens Peña</p>
<p align="center">Base Barra da Tijuca</p> <p>Inauguração: 29/11/2019</p> <p>Local: Av. Ayrton Senna, 2000 (2ªCIA) em frente a Cidade das Artes</p>	<p align="center">REGIÃO DO CENTRO</p> <p align="center">Base Largo da Carioca</p> <p>Inauguração: 26/07/2016</p> <p>Local: Largo da Carioca</p>
<p align="center">Base Bangu</p> <p>Inauguração: 20/09/2019</p> <p>Local: Av. Cônego de Vasconcelos, (calçadão)</p>	<p align="center">Base Praça XV</p> <p>Inauguração: 16/07/2016</p> <p>Local: Praça XV, (em frente as Barcas)</p>
<p align="center">Base Jacarepaguá</p> <p>Inauguração: 04/02/2020</p> <p>Local: Estr. do Pau-Ferro, 435, Pechincha (18ºBPM)</p>	<p align="center">Base Praça Mauá</p> <p>Inauguração: 04/07/2016</p> <p>Local: Praça Mauá, (em frente ao Píer Mauá)</p>
<p align="center">Base Recreio dos Bandeirantes</p> <p>Inauguração: 19/12/2019</p> <p>Local: Praça Tim Maia, s/n (Posto 12)</p>	<p align="center">Base Presidente Vargas</p> <p>Inauguração: 01/10/2016</p> <p>Local: Av. Presidente Vargas, (em frente ao antigo Palácio Itamaraty)</p>

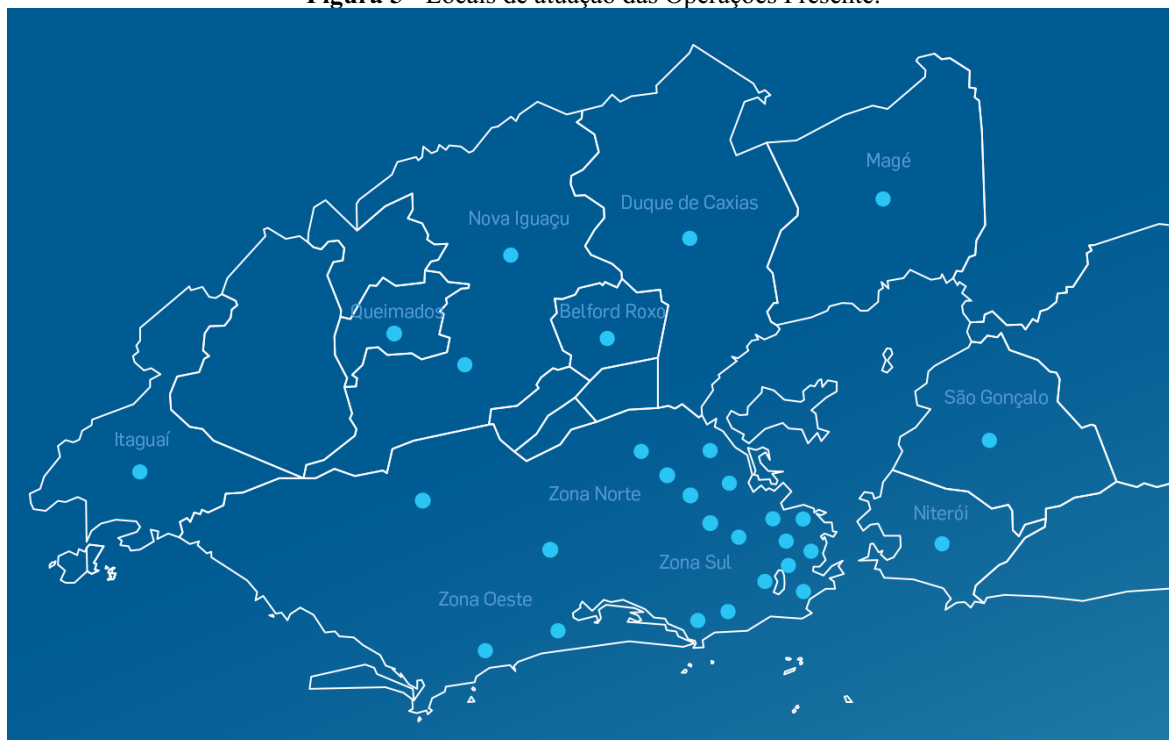
<p align="center">SÃO GONÇALO</p> <p align="center">Base São Gonçalo</p> <p align="center">Inauguração: 24/01/2020</p> <p align="center">Local: Estrela do Norte, Av. Presidente Kennedy, 756</p>	<p align="center">Base Praça Cruz Vermelha</p> <p align="center">Inauguração: 24/09/2020</p> <p align="center">Local: Praça da Cruz Vermelha</p>
<p align="center">Base Itaguaí</p> <p align="center">Inauguração: 12/08/2020</p> <p align="center">Local: Rua Elvira Ciuffo Cicarino, s/n – Vila Margarida</p>	<p align="center">Base Lapa</p> <p align="center">Inauguração: 01/01/214</p> <p align="center">Local: Praça Cardeal Câmara, (nos arcos da Lapa)</p>
<p align="center">BAIXADA FLUMINENSE</p>	<p align="center">BAIXADA FLUMINENSE</p>
<p align="center">Base Austin</p> <p align="center">Inauguração: 30/10/2019</p> <p align="center">Local: Rua Cel. Monteiro de Barros, 295, Praça de Austin</p>	<p align="center">Base Magé</p> <p align="center">Inauguração: 12/08/2020</p> <p align="center">Local: Magé - Praça Getúlio Vargas, 71 - Centro</p> <p align="center">Piabetá - Rua Dona Elvira, 77 – Centro (3ªCIA-DPO 34/2)</p>
<p align="center">Base Belford Roxo</p> <p align="center">Inauguração: 10/02/2020</p> <p align="center">Local: Av. Joaquim da Costa Lima, 2970, Parque São Bernardo (39ºBPM)</p>	<p align="center">Base Queimados</p> <p align="center">Inauguração: 10/02/2020</p> <p align="center">Local: Rua Ten. Jerônimo Costa - Vila do Tinguá, Queimados (24ºPM)</p>
<p align="center">Base Caxias</p> <p align="center">Inauguração: 14/11/2019</p> <p align="center">Local: Praça do Pacificador, Centro</p>	<p align="center">Base São João de Meriti</p> <p align="center">Inauguração: 05/03/2020</p> <p align="center">Local: Av. Automóvel Clube, 1333 (21º PM)</p>

<p align="center">Base Nova Iguaçu</p> <p align="center">Inauguração: 16/08/2019</p> <p align="center">Local: Praça Rui Barbosa, Centro</p>	<p align="center">Base Paracambi</p> <p align="center">Inauguração: 07/04/2021</p> <p align="center">Local: Praça Cara Nova, s/n – Centro (ao lado da estação de trem de Paracambi)</p>
<p align="center">Base Japeri</p> <p align="center">Inauguração: 01/06/2021</p>	<p align="center">Local: Rua Leni Ferreira, 222 – Centro Local 2: Engenheiro Pedreira – Praça Olavo Bilac</p>

Fonte: SEGOV

Abaixo é possível visualizar as regiões contempladas pela OSP no mapa do Estado do Rio de Janeiro, conforme disponibilizado pelo site da Segurança Presente no domínio a seguir:

Figura 5 - Locais de atuação das Operações Presente.



Fonte: <https://www.segurancapresente.rj.gov.br/bases.html> (2022)

7. OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES PRESENTE

Utilizando a máxima da administração “*O que pode ser medido, pode ser melhorado*”. A frase é de Peter Drucker (1909-2005) e faz parte de um conjunto de ensinamentos deixados pelo pai da administração moderna. E o que tem essa frase a ver com a OSP? Exatamente tudo! Toda política pública deve ser medida para evitar desperdícios e melhoria contínua para um melhor atendimento das necessidades da sociedade. E é exatamente nesse aspecto que analisaremos os números da Segurança Presente a partir de agora, a fim de verificar os impactos das ações de segurança pública na busca da melhor eficiência do poder público.

A análise dos dados criminais utilizou um recorte dos índices de criminalidade, entre janeiro de 2013 (um ano antes da inauguração das primeira Bases) e dezembro de 2020, para verificar os possíveis impactos da OSP nos locais onde foram inauguradas. Utilizaremos a métrica sugerida pelos pesquisadores (AMARAL, CORDEIRO, MASELO, 2020, p. 27), sendo que “*se pautará em três partes distintas, a citar: nas áreas de atuação das Operações presente; nas Áreas Integradas de segurança Pública (AISP) e no Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), sendo estas, oriundas do recorte espacial proposto.*” Serão coletados dados das vítimas que realizaram registros de ocorrências nas áreas das Regiões Integradas (RISP 1). A amostra pautará em registros referentes às AISPs e CISPs relativas às Operações Aterro Presente, Lagoa Presente e Méier Presente, a saber: roubo de rua que compreende os roubos em coletivo (R. Int. Col.), roubo de telefone celular (R. Tel. Cel.), roubo a transeunte (R. Transeunte); serão analisados ainda o roubo de veículo (R. Veículo); letalidade violenta; roubo a turista (R. Turista). Será observado o quantitativo dos delitos e sua evolução histórica.

As fontes de dados pesquisadas utilizaram base de dados do GERENCIAL WEB da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL), NUINT (Núcleo de Inteligência da SEGOV) e Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS). Foi feito um recorte também nos tipos de delitos mais combatidos pela OSP e que geram grande número de Registros de Ocorrências (R.O) nas Delegacias e conseqüentemente mais impactam negativamente na vida da população fluminense, a saber: Roubo de rua (agrupando roubo de telefone celular, roubo a transeunte e roubos em coletivo).

Outro fato importante a ser destacado, segundo os entrevistados e a própria SEGOV, é se houve um significativo aumento na assistência aos moradores de rua e pessoas em vulnerabilidade. Juntamente com as Operações Presentes, Secretaria de Ordem

Pública (SEOP), Comlurb e Guarda Municipal atuaram diretamente na desordem urbana e social, além de dar assistência ao público mais vulnerável, diminuindo assim, através do acolhimento, os moradores de rua, que, através do encaminhamento aos abrigos públicos, puderam deixar a situação degradante que viviam, recebendo um atendimento psicossocial realizados pelas Assistentes Sociais da OSP e posteriormente junto aos órgãos de saúde.

7.1 Análise criminal na OSP

Cabe destacar que os dados coletados foram retirados de uma base de dados que considera as vias de atuação da OSP, sempre respeitando sua área de atuação e o horário em que o Programa está nas ruas. Outro fator que pode impactar tais referências é a forma como foram registradas essas ocorrências nas delegacias da cidade, contendo erros de informação, escritas incorretas e nomes abreviados, a saber: “av. borges de Medeiros”, “borges de Medeiros”, “avenida borges de Medeiros”, ou de bairros escritos de formas diversas (“meier”, “meer”, “meier”, “meyer”). Como bem explicita Amaral, Cordeiro e Maselo (2020): *“Isto posto porque o sistema Gerencial web aceita que seja digitado o endereço do fato relatado nas ocorrências registradas em sede de delegacia, ocorrendo assim inúmeras possibilidades de entrada de dados o que, sem dúvida, dificulta o trabalho de pesquisa colocando mais tempo e esforço na purificação destes dados.”* E ainda, será realizada a análise dos registros levando se em consideração não somente a área de atuação, a CISP de registro, a AISP, a RISP relacionadas às respectivas operações, mas também o período – faixa horária de atuação, para auxiliar na compreensão de uma possível migração espacial e temporal da atividade delituosa. Cabe ressaltar que as CISPs equivalem às delegacias de Polícia Civil, ex: 14ª DP é igual à 14ª CISP e assim por diante.

Cabe ressaltar que não foram pesquisadas métricas para calcular subnotificação de casos envolvendo as modalidades criminosas descritas acima, bem como se houve transbordamento de crimes ou criminosos de uma região ocupada pela Operação Segurança Presente para outra região ainda não contemplada pelo Programa. O que foi informado por alguns entrevistados é que se tem relatos a esse respeito e que inclusive os mesmos já ouviram dos responsáveis pela seção de estatísticas dos Batalhões em que a

OSP se encontra localizadas, que os bairros vizinhos passaram a ser rota de marginais da lei oriundos dos bairros onde a Segurança Presente foi inaugurada.

7.1.1 Lagoa Presente

A Operação Lagoa Presente fica localizada na área da 23ª AISP, sendo sua Base no Parque dos Patins. As delegacias, para registros de ocorrência, são a 14ª DP e 15ª DP como parte da circunscrição da área de atuação do Lagoa Presente. As vias que compreendem o estudo são as avenidas Borges de Medeiros e Eptácio Pessoa.

Gráfico 3 – Roubo de rua da Base Lagoa Presente (2014 até 2020)

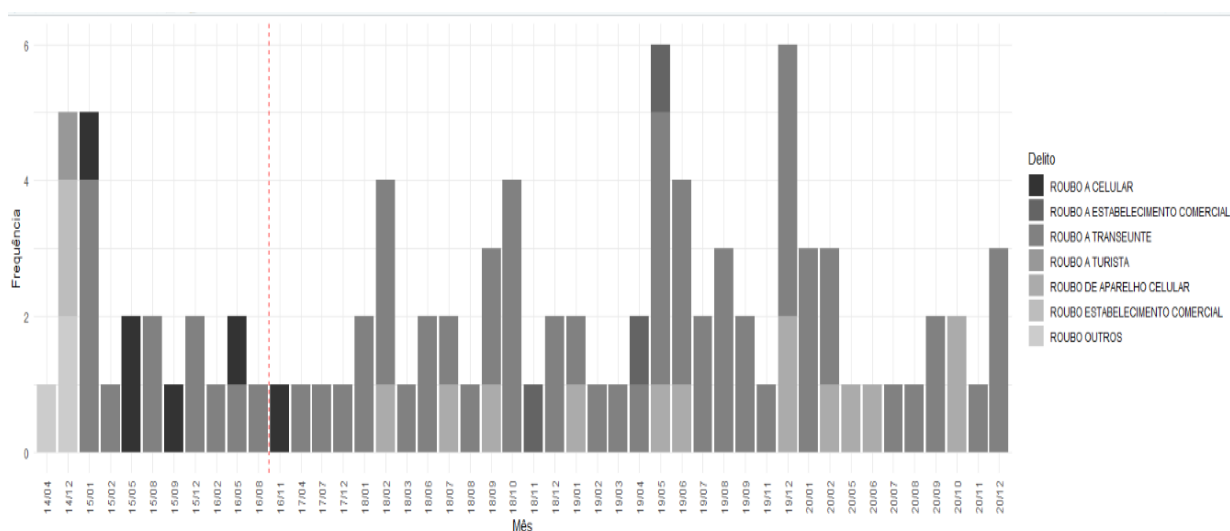


Gráfico 4 – Roubo de veículos da Base Lagoa Presente (2014 até 2020)

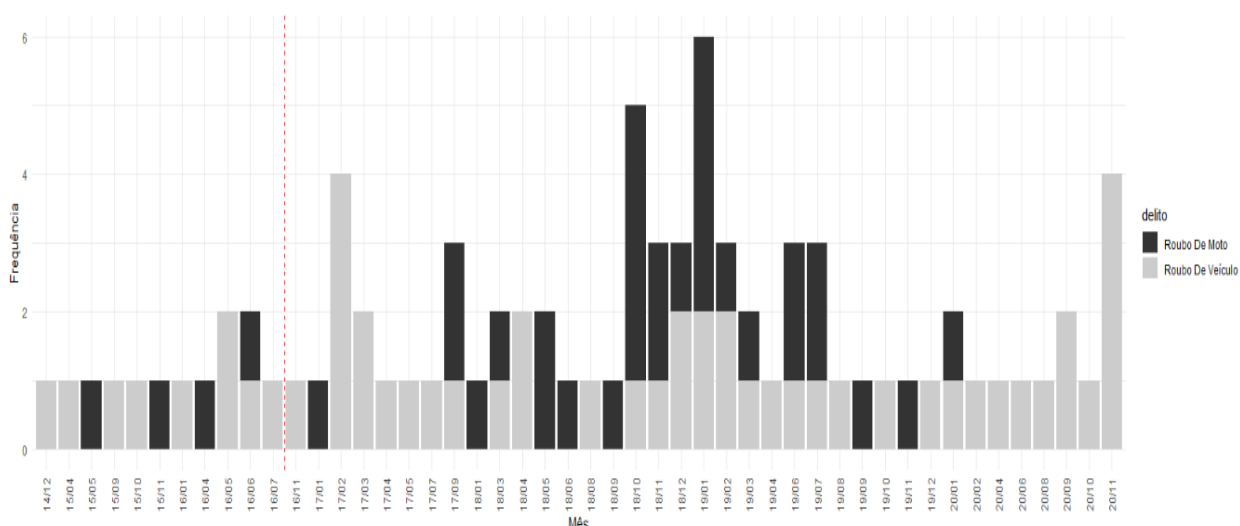
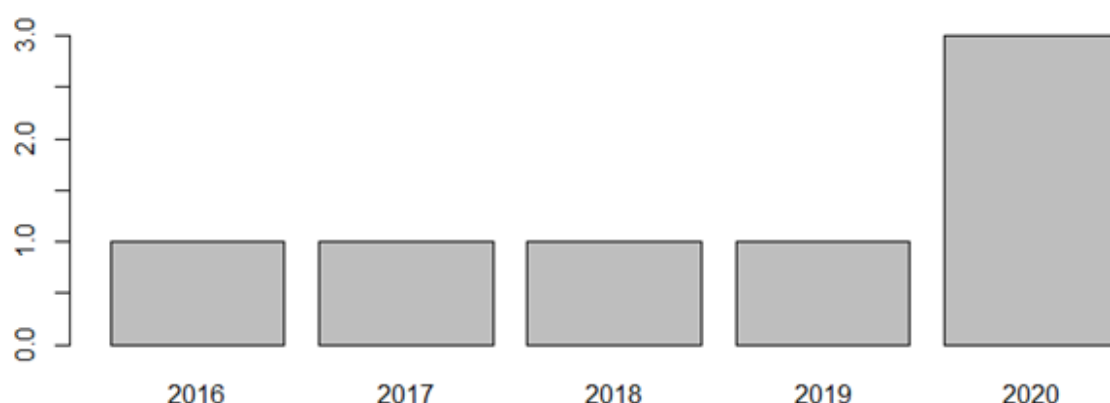


Gráfico 5 – Letalidade violenta da Base Lagoa Presente (2014 até 2020)

Observando os dados dos Gráficos acima, temos os registros realizados na 14^a e 15^a DPs, nas vias de atuação da OSP para o período de 24 horas:

- Para o crime de roubo a transeunte, houve oscilações com períodos de alta e baixa entre 2014 e 2019 (Gráfico 4). Verifica-se ainda que há uma crescente no ano de 2020 (ano da declaração da pandemia do novo Coronavírus no Brasil); Para o roubo de telefone celular, ocorreu uma redução no ano de 2016 em relação a 2014. Contudo os números de registros tomaram um crescente mantendo em 2018, 2019 e 2020 (ano da declaração da pandemia do novo Coronavírus no Brasil), em relação aos anos sem a Operação no local;

- No roubo a turista, ocorreu segundo os dados coletados uma redução histórica significativa chegando a não se ter fatos registrados nos anos de 2017 e 2018 (Gráfico 3). Ratificando que em setembro de 2018 foi realizada alteração das tipificações no estado onde este delito passou a não ser mais contabilizado separadamente;

- Para o roubo de veículo (Gráfico 4), ocorreu apenas redução significativa em dois anos iniciais das operações vindo já de uma redução antes da sua implantação, retornando aos números de anos anteriores em 2018, 2019 e 2020 (ano da declaração da pandemia do novo Coronavírus no Brasil);

- Para o crime de letalidade violenta (Gráfico 5), não houve nenhuma notificação no ano de 2014 e 2015, passando a um homicídio em 2016, 2017, 2018, 2019 e três em 2020 (ano da declaração da pandemia do novo Coronavírus no Brasil).

7.1.2 Aterro Presente

A Base da Operação está localizada na área da AISP 02, com a 9ª DP como delegacia responsável por fazer os registros de ocorrências da referida Base. As vias utilizadas para estudo são a Avenida Infante Dom Henrique (compreendendo o Aterro do Flamengo, praia do Flamengo, Parque das Crianças) e as demais ruas que compreendem a área de policiamento dos dados analisados no referido recorte.

Gráfico 6 – Roubo de rua da Base Aterro Presente (2014 até 2020)

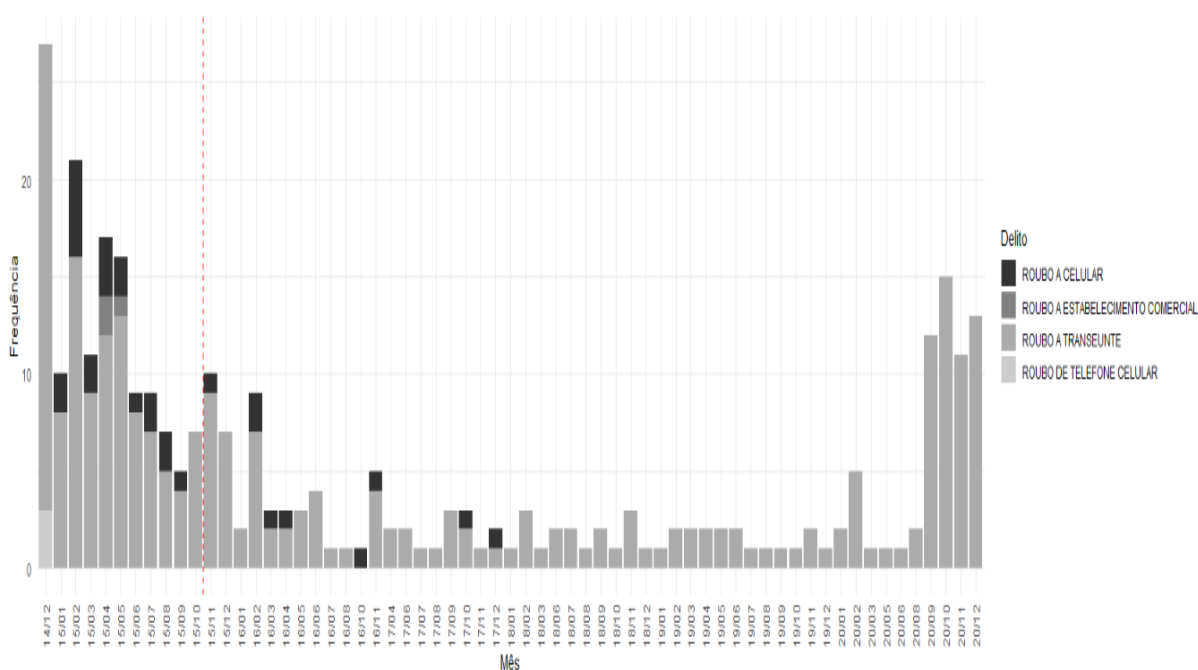


Gráfico 7 – Roubo de veículos da Base Aterro Presente (2014 até 2020)

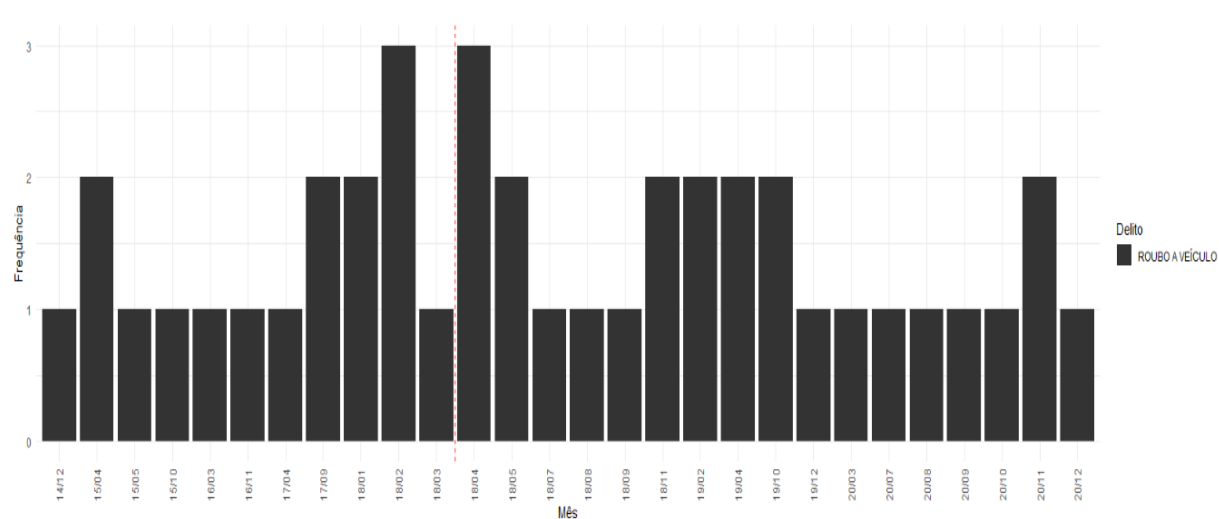


Gráfico 8 – Letalidade violenta da Base Aterro Presente (2014 até 2020)

Houve um impacto das Operações sobre as médias de registros de roubos de rua na área de atuação da Operação Aterro Presente em relação ao mesmo dado para AISP 2, quando é feita uma análise desde o período de sua implantação, ou seja, dezembro de 2015.

De acordo com os dados da Gráficos 6 e 7, temos os registros realizados na 9ª e 10ª CISP, nas vias de atuação da OSP para o período de 24 horas:

- Para o crime de roubo a transeunte houve redução drástica após a inauguração da Base em 1º de dezembro de 2015, voltando a aumentar em março de 2020 (ano da declaração da pandemia do novo Coronavírus no Brasil);

- No caso do roubo de telefone celular (Gráfico 6), ocorreu uma redução para o ano de 2016 em relação a 2014. Contudo de 2018 os registros desta modalidade criminosa passaram a ser integrados aos demais roubos;

- Em relação ao roubo de veículo (Gráfico 7), houve aumento significativo em dezembro de 2017 e todo primeiro semestre do ano de 2018, mantendo-se mais alto do que nos anos antes da Operação no local.

- Para o crime de letalidade violenta (Gráfico 8), não houve nenhuma notificação nos anos de 2014, 2015 e 2017 passando a um homicídio em 2016, 2017, 2018, 2019 e três em 2020 (ano da declaração da pandemia do novo Coronavírus no Brasil).

7.1.3 Méier Presente

A operação fica na área da 03ª AISP, com a 23ª DP e 26ª DP, como delegacias para registros de ocorrências da referida Operação.

Gráfico 9 – Roubo de rua da Base Méier Presente (2014 até 2020)

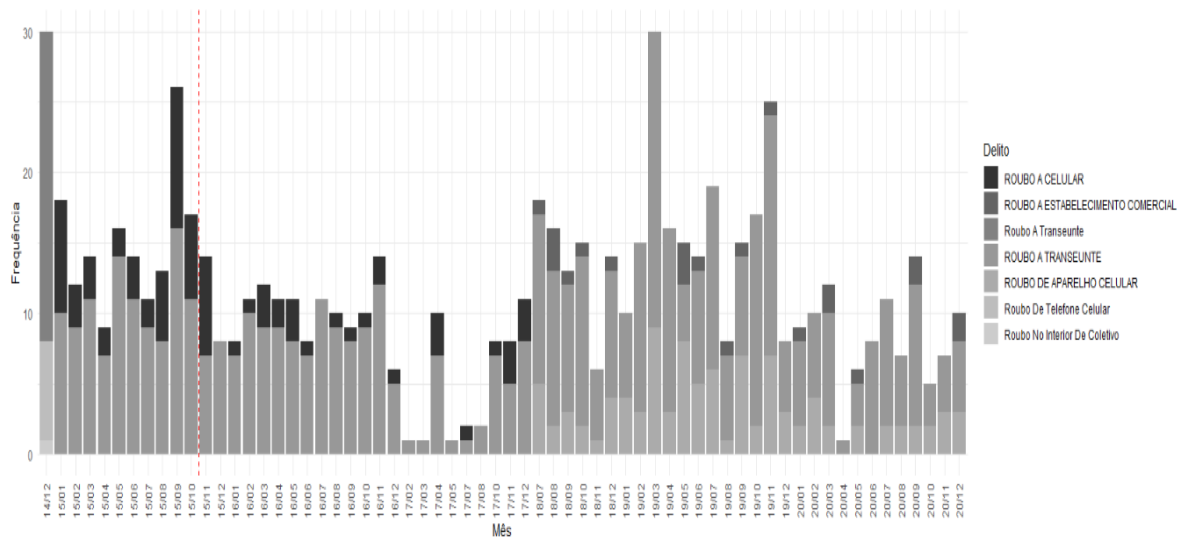


Gráfico 10 – Roubo de veículos da Base Méier Presente (2014 até 2020)

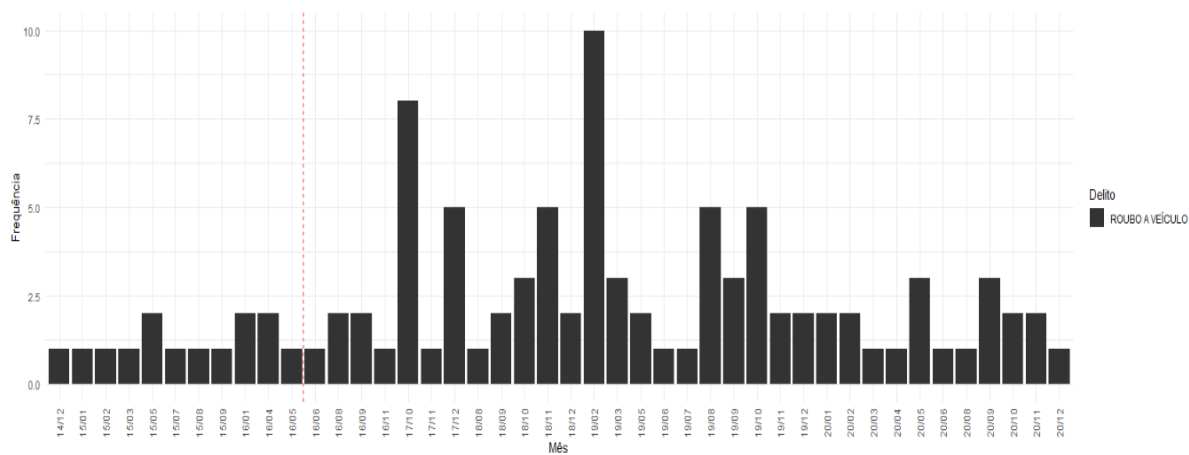
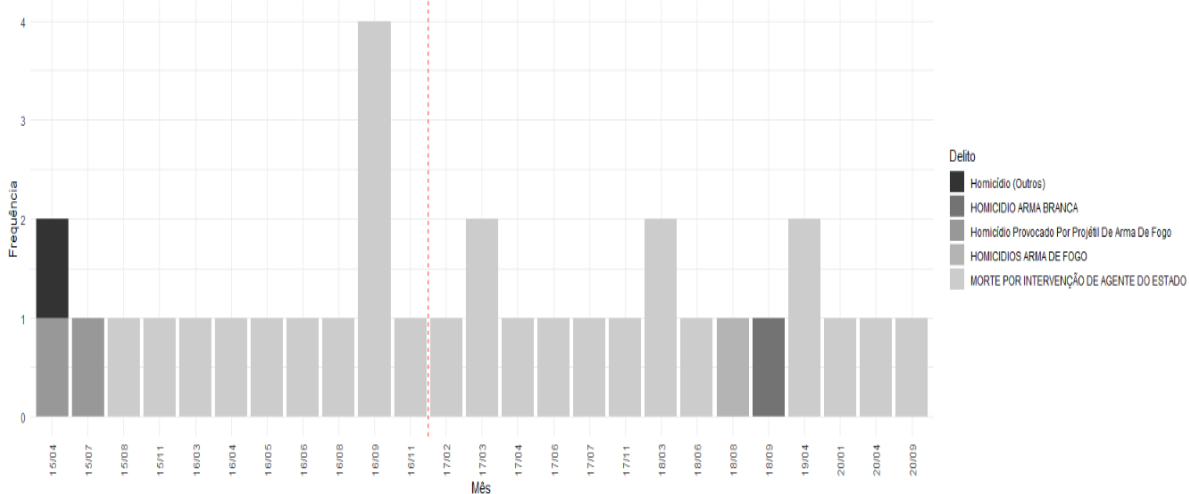


Gráfico 11 – Letalidade violenta da Base Méier Presente (2014 até 2020)



De acordo com os dados acima, utilizamos os registros de ocorrências realizados na 23ª e 26ª DPs, nas vias compreendidas onde atua a Operação Méier Presente durante o período de um dia;

- Em relação ao crime de roubo a transeunte, houve redução entre 2014 e 2016, conforme o Gráfico 9;
- Para o roubo de telefone celular (Gráfico 9), ocorreu uma pequena redução no ano de 2016 em relação a 2014. Teve o menor número de registros novamente em 2014, de 2017 em diante apresentou registros maiores;
- Já o roubo no interior de coletivo (Gráfico 9), houve um aumento dos delitos em 2017 em relação a todos os outros, não voltando para números próximos à média histórica;
- No caso do roubo de veículo (Gráfico 10), ocorreu um aumento significativo para o ano de 2017.
- Para o crime de letalidade violenta (Gráfico 11), havia duas notificações em maio de 2015 e um homicídio em cada mês (julho, agosto e outubro), até que ocorreram quatro homicídios em setembro de 2016, voltando ao patamar de um por mês (fevereiro, abril, junho, julho e outubro) e dois em março, todos no ano de 2017. Ocorreram dois em março, um nos meses de junho, agosto e setembro de 2018. Em 2019 ocorreram apenas dois homicídios em abril. Em 2020 ocorreu um homicídio em janeiro, abril e setembro.

7.1.4 Centro Presente

A operação fica na área da 05ª AISP, com a 1ª DP, 4ª DP e 5ª DP, como delegacias para os registros de ocorrências feitos pela referida Operação.

Gráfico 12 – Roubo de rua da Base Centro Presente (2015 até 2020)

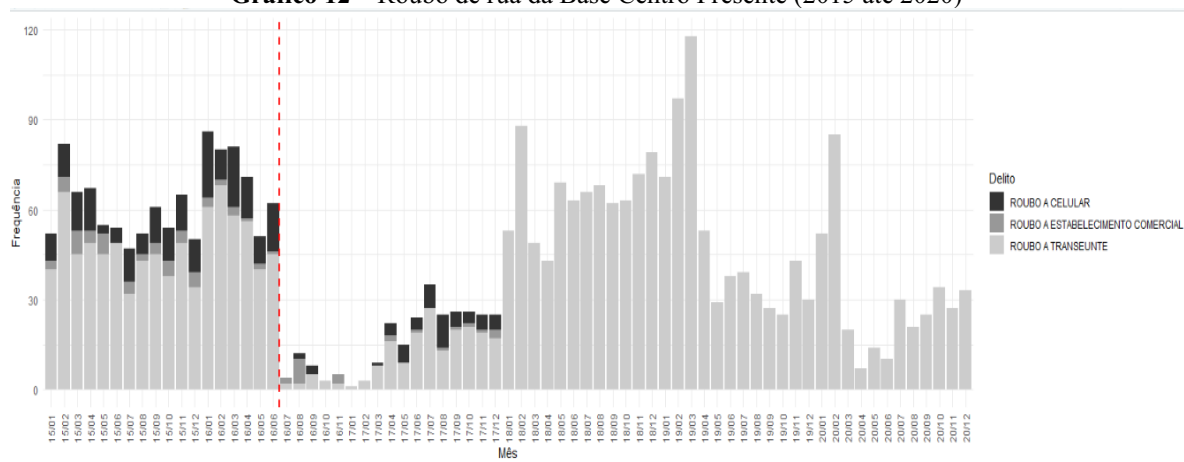
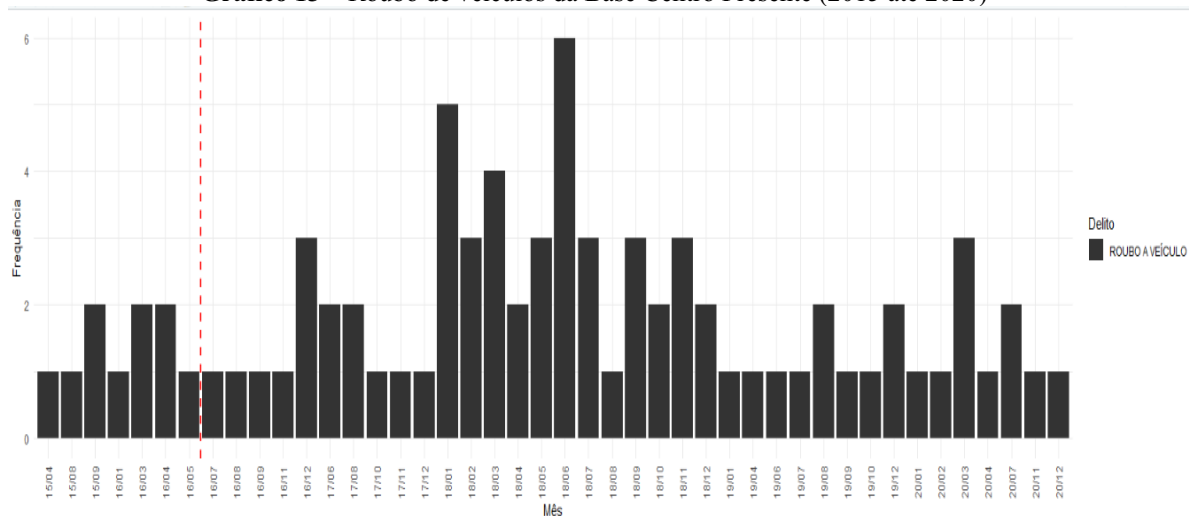
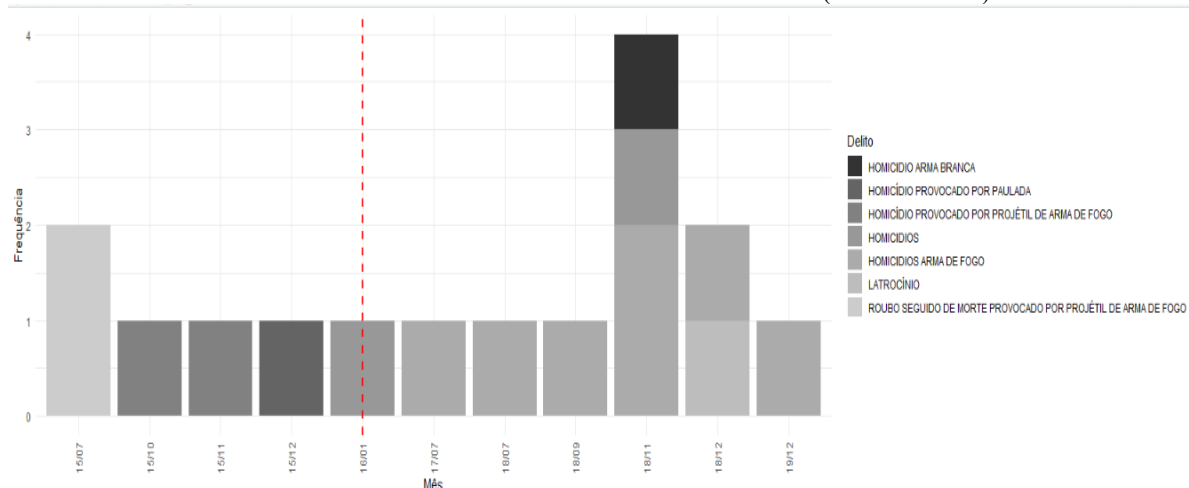


Gráfico 13 – Roubo de veículos da Base Centro Presente (2015 até 2020)**Gráfico 14 – Letalidade violenta da Base Centro Presente (2015 até 2020)**

De acordo com os dados acima, temos os registros realizados na 1ª DP, 4ª DP e 5ª DP, referentes às ações da Operação Centro Presente para o período de dia;

- Para o crime de roubo (Gráfico 12) a transeunte houve redução abrupta após a inauguração da Base em 4 de julho de 2016, perdurando até dezembro de 2017. Ocorreu um aumento de janeiro de 2018 até março de 2019, voltando a cair (exceto em fevereiro de 2020, onde houve uma crescente em razão durante os blocos de rua do centro da cidade no carnaval), conforme os gráficos 16 e 17;

- Para o roubo de telefone de celular (Gráfico 12), ocorreu uma grande redução após a inauguração da Base em 4 de julho de 2016, perdurando até dezembro de 2017, voltando a crescer em janeiro de 2018, quando os números passaram a não mais diferenciar

as diversas modalidades de roubo de rua, como ocorria no início do recorte da série histórico divulgada no gráfico 12;

- Para o roubo de veículo (Gráfico 13) ocorreu uma queda significativa na inauguração da Base e um aumento durante todo o ano 2018, voltando a diminuir com pequenas variações até 2020.

- Para o crime de letalidade violenta (Gráfico 14), havia duas notificações em julho de 2015, permanecendo no patamar de um homicídio (outubro, novembro e dezembro); janeiro de 2016, julho de 2017; julho, setembro, outubro e dezembro de 2018 e dezembro de 2019. Em 2020 não ocorreu um homicídio durante todo o ano.

Diante dos gráficos e dados apresentados acima, podemos concluir que na Base Lagoa Presente, na maioria das modalidades criminosas houve uma queda dos índices nas quatro Bases da Operação Segurança Presente, os Gráfico 3 – Roubo de rua da Base Lagoa Presente (2014 até 2020), Gráfico 4 - Roubo de veículos da Base Lagoa Presente (2014 até 2020) e Gráfico 5 – Letalidade violenta da Base Lagoa Presente (2014 até 2020), a queda se deu meses antes da inauguração da Operação, permaneceu estável e voltou a crescer em meses depois a patamares próximos aos existentes antes da Base e em fevereiro de 2018 volta a subir no gráfico 3, em fevereiro de 2017 no gráfico 4 e em 2020 no gráfico 5, chegando em alguns casos a patamares acima do período onde não havia a OSP.

No caso da Aterro Presente, podemos concluir que nas modalidades: Gráfico 6 – Roubo de rua da Base Aterro Presente (2014 até 2020), ocorreu uma queda substancial dos índices após a inauguração da Base, porém, a partir de julho de 2018, os números voltaram a subir com oscilações para baixo e para cima com alguns picos de alta a níveis superiores aos de antes da Operação. Já no Gráfico 7 – Roubo de veículos da Base Aterro Presente (2014 até 2020), houve um pequeno período de estabilidade, não obstante os números passaram a aumentar para patamares acima dos índices anteriores com oscilações para baixo e com picos em outubro de 2017 e fevereiro de 2019, mantendo-se sempre superior às médias anteriores. No Gráfico 8 – Letalidade violenta da Base Aterro Presente (2014 até 2020), ocorreram quedas abruptas de todos os índices criminais, exceto da letalidade violenta (Gráfico 8), onde os índices já eram baixos (apenas um homicídio) e permaneceu no mesmo patamar. Pelos dados examinados, a Operação Aterro Presente foi fundamental para diminuir os índices criminais da localidade.

Na região do Méier Presente, podemos concluir que nas modalidades: Gráfico 9 – Roubo de rua da Base Méier Presente (2014 até 2020), apresentou uma estabilidade com pequenas oscilações e quedas expressivas no mês de fevereiro e março de 2017, com picos

em março e novembro de 2019. Cabe ressaltar que as modalidades “roubo a estabelecimento comercial, no interior de coletivos e a transeunte” quase zeraram após a instalação da Base. Foram feitos diversos recortes no crime de “roubo de rua”, destacando-se o “roubo a telefone celular” como o principal desafio do Méier Presente. No Gráfico 10 – Roubo de veículos da Base Méier Presente (2014 até 2020), houve um aumento, seguido de oscilações com tendência de crescimento com picos no mês de outubro de 2017 e fevereiro de 2019. Já no Gráfico 11 – Letalidade violenta da Base Méier Presente (2014 até 2020), os índices já eram baixos (apenas dois homicídios) em abril de 2014, posteriormente caiu para um até setembro de 2016, quando foram 04 homicídios (em confronto com a polícia), voltando a cair para 01 homicídio nos meses subsequentes com oscilações para 02 homicídios em março de 2017, março de 2018 e abril de 2019.

Na Operação Centro Presente os índices foram apresentados, a saber: Gráfico 12 – Roubo de rua da Base Centro Presente (2014 até 2020), houve uma queda abrupta dos índices logo após a inauguração da Base para quase zero nos meses de julho de 2016 até fevereiro de 2017, aumentando a níveis bem mais baixos do que os anteriormente nos meses seguintes até dezembro de 2017. Mas, de janeiro de 2018 até março de 2019, começou a subir para os patamares próximos aos anteriores ao Méier Presente, sendo contabilizado apenas “roubo a transeunte”, sem distinguir de “roubo a celular”. Cabe ressaltar que, os dados voltaram a cair de abril de 2019 até dezembro de 2020. No Gráfico 13 – Roubo de veículos da Base Centro Presente (2014 até 2020), mostra uma estabilidade inicial com altas em janeiro de 2018, com pico em junho e depois uma queda abrupta e oscilações com relativa estabilidade em relação aos números anteriores à Operação. Já no Gráfico 14 – Letalidade violenta da Base Méier Presente (2014 até 2020), há uma estabilidade em relação aos índices anteriores (apenas 01 homicídio), ficando assim até novembro de 2018, no qual houve um pico de 04 homicídio e posterior queda de dezembro de 2018 a dezembro de 2019.

8. ESCOLHAS E RUMO DA OSP

A Operação Segurança Presente é um modelo de policiamento com abordagem denominada de “proximidade”, ou seja, com foco no atendimento ao cidadão fluminense, mais especificamente ao cidadão de cada bairro em que foi implantado. É o resultado dos esforços multidisciplinares entre a Polícia Militar, Secretaria de Governo, egressos das

Forças Armadas, Assistentes Sociais, Comerciantes, síndicos de condomínios, associações de moradores e o cidadão comum que utiliza o bairro todos os dias para trabalho, passagem ou lazer.

Vimos na introdução que a segurança pública é oriunda de relações de cunho político e institucional que começou a ser efetivamente estudada no mundo a partir da década de 70 na América Latina, e no Brasil, especialmente nos anos 80 e 90, sobretudo em razão do aumento acelerado da criminalidade. Foi observado também que existe um “caminho” feito pelo criminoso até a consumação do ato final. Esse “caminho” perpassa por diversas experiências de vida do indivíduo, desestrutura familiar, carência por serviço público, desigualdade social, desemprego, baixo grau de instrução e etc. Ou seja, é um problema muito mais complexo do que as soluções habitualmente propostas: um caso de polícia.

Analisamos no segundo capítulo a evolução da polícia desde sua criação em 1809, com a chegada da família real portuguesa no Brasil. Vemos que as mais variadas demandas eram lançadas para a PM resolver desde os tempos do império, como por exemplo a responsabilidade sobre a fiscalização das obras públicas; pelo abastecimento da cidade (principalmente o de água, através da guarda de chafarizes); devendo zelar pela segurança pessoal e coletiva, além de garantir a manutenção da ordem pública (fiscalizando a diversão pública, repressão a mendicância, contrabando, vadiagem e etc.). Como bem descreve Holloway (1981, p. 91-92), a função da polícia ia desde vigilância da população, investigação de crimes (hoje função da Polícia Civil), serviço de iluminação pública, censura à imprensa e extinção de incêndio (função do Corpo de Bombeiros).

Contudo, hoje não é muito diferente, a Polícia Militar permanece sendo acionada em missões que não são suas, a saber: perturbação do sossego, barracas irregulares (camelô), estacionamentos irregulares, lixo na calçada, mendigos em frente aos estabelecimentos comerciais, menores em situação de rua, todos de competência da Guarda Municipal; Acidente de trânsito com vítima, incêndio, pessoas passando mal na rua, socorro de afogados, todos de atribuição do Corpo de Bombeiros; local de crime, investigação criminal, incursões em favelas para combater o crime organizado já em andamento, encaminhamento para realização de perícia, acompanhamento de Oficiais de Justiça para entregar mandados judiciais, todos de responsabilidade da Polícia Civil. Sem falar em ações sociais, recolhimento de menores e pessoas em situação de rua para abrigos públicos, problemas de condomínio, discussão por causa de vagas em estacionamento,

mediação de conflitos familiares nas ruas ou em casa, desabafo de um cidadão que pensa em tirar sua vida que liga 190 (número de emergência) e é orientado pelo policial de plantão na Sala de Operações das Unidades a desistir de tal intento.

Na Constituição Federal de 1988, sua competência é “§ 5º *Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública*”, ou seja, por polícia ostensiva entende-se: polícia visível, aparente, que pode ser vista, ser notada, por isso utilizar fardamento, uniforme, viaturas caracterizadas e com equipamentos refletivos. Aduz Moreira Neto (2005), “*que a ordem pública seria um estado aprazível de relações pessoais, não se satisfazendo somente com a lei e os princípios democráticos*” para o autor a ordem pública teria uma “*dimensão moral*”, está ligada aos princípios éticos de cada setor da sociedade. Assim, a ordem pública teria que ser legal, legítima e moral. Logo, resta à Polícia Militar a competência residual diante da “falência operacional” dos outros órgãos de segurança pública, como por exemplo, para restabelecer a segurança interna em estabelecimentos presidiários, executar o serviço da Polícia Civil em caso de greve, ou até mesmo lavrar o flagrante delito, além do ordenamento urbano realizado pela Guarda municipal.

Em relação ao capítulo três, observamos que o movimento pendular realizado foi responsável por gerir a política na área de segurança pública por décadas, com promessas “milagrosas” para a criminalidade crescente no estado. As alternâncias de modelos propostos intercalavam entre o endurecimento das ações policiais e as soluções chamadas mais democráticas e de cunho social (SOARES, 2000, p.4). O chamado “movimento pendular”, se caracteriza ora pela busca pacífica improvável de uma solução para os conflitos entre a polícia e o crime organizado, a fim de evitar a todo custo o confronto armado, visão essa endossada pelos setores mais à esquerda da sociedade, ora pelo recrudescimento das leis e do combate direto aos criminosos e o tráfico de drogas, propostas pelos setores mais conservadores da direita. (SOARES, SENTO-SÉ, 2000, p. 4)

Há cada mudança de governo, era estruturado um novo modelo de segurança pública, sendo muito pouco aproveitado as boas realizações de governos anteriores. A cultura de começar tudo do zero, mudar o nome e foco das políticas públicas que estavam tendo bons resultados, sempre serviram de atraso para as instituições brasileiras, no caso em tela, a instituição Polícia Militar. Ela era prejudicada com a descontinuidade de uma política eficaz e embasada no conhecimento técnico-profissional adquirido ao longo dos anos, sobrando à população fluminense, a alta conta do descaso na segurança.

Com a eleição do Governador Anthony Garotinho, houve uma mudança no modelo anterior (movimento pendular), pois foram criadas métricas para aparar às atividades de cunho operacional, ao aparelhamento institucional, as novas medidas de gestão da informação e a organização do trabalho policial. Foi feita uma transformação no sistema de registro de ocorrência policial, integrando toda a rede de dados da Polícia Civil (PCERJ) e o recém criado Instituto de Segurança Pública (ISP), o qual tinha a função de compilar as informações coletadas na base de dados da PCERJ, medir o impacto e propor ações nas áreas onde a “mancha criminal” determinava que houvesse uma atuação das políticas públicas realizadas pelas Polícias. Outra realização foi a criação de mecanismos de proteção de dados por meio de um “sofisticado sistema de informática”, que viabilizava um maior combate ao crime organizado, fazendo a maior reforma administrativa implementada até então no Estado do Rio, desde a redemocratização, com a criação do Programa Delegacia Legal, bem como com o investimento na capacitação.

Já no Governo Sérgio Cabral, o modelo tecnicista foi ampliado e as ações pautadas na técnica e nos números fornecidos pelo ISP foram mantidas, com premiação de boas prática e plano de metas para as Unidades da polícia que ficasse dentro do que era previsto e proposto pela Secretaria de Segurança Pública (SESEG). Foi no Governo Sérgio Cabral que as Operações da SEGOV foram criadas, a saber: Operação Lei Seca (OLS), Operação Barreira Fiscal (OBF) e Operação Segurança Presente (OSP). Porém, com uma inovação para os padrões utilizados até então, o programa foi entregue à gestão da Secretaria de Governo (SEGOV), tendo como Secretário Wilson Carlos e Superintendente dos Programas o Coronel PM Felipe Gonçalves. Em todos esses programas, o quadro de efetivo é composto majoritariamente por policiais militares cedidos à SEGOV para atuarem nas Operações, passando a subordinação direta do Secretário de Governo e indiretamente subordinados ao comando da Polícia Militar.

No que tange às UPPs, segundo a entrevista do ex-Secretário José Mariano Beltrame, a UPP surgiu diante da constatação de que as favelas eram verdadeiros feudos onde cada uma possuía o seu rei, que ditava as regras ali e punia que as descumprisse. Que não consegue até hoje aceitar a ausência do Estado dentro das comunidades e que queria deixar a UPP como um legado positivo para a cidade, devolvendo aquele território ao Estado, para que ali o estado democrático de direito fosse respeitado, levando política pública, segurança e cidadania aos moradores. Acrescenta ainda que o ex-secretário Beltrame não pensou a UPP inicialmente para ser um projeto policial, que a polícia só

entrou na frente por ser uma área conflagrada onde os serviços só entrariam com a permissão do traficante. Segundo Beltrame, a UPP não servia para todos os lugares, apenas aqueles que eram mais violentos. Disse ainda que o Estado tinha que pagar essa dívida com as pessoas que ali moravam. Com a instalação das UPPs o número de balas perdidas caiu drasticamente, pois as favelas agora estavam ocupadas e os criminosos haviam abandonado aquele local.

Que recebeu muitas críticas por só colocar nas UPPs policiais recém formados, ele acreditava que somente com os novos PMs ele poderia evitar as experiências de “guerras” que os antigos tinham, evitando assim muitos confrontos e um “banho de sangue” nas favelas. Ao ser perguntado de que maneira a UPP contribuiu para melhoria da segurança pública, ele respondeu que tanto quantitativamente como qualitativamente através do Instituto de Segurança Pública foi verificado que o turismo aumentou, muitas lojas de veículos blindados fecharam, o preço dos aluguéis e dos imóveis nas áreas onde tinham UPP aumentaram.

O ex-Secretário diz que duas situações principais acarretaram o fim das UPPs, a crise financeira do Estado e a falta de adesão ao programa por parte de outras secretarias, tais como: educação, saúde, assistência social e outras que eram fundamentais ao programa. Não se faz segurança pública apenas com a polícia. Não era isso que foi proposto quando da criação das UPPs.

Para os pesquisadores Cano, Borges e Ribeiro (2012) a primeira comparação a ser feita é o número de casos de vítima ou ocorrência, dependente do tipo de crime no período anterior e posterior às inaugurações das UPPs. Entretanto, por não se tratar de períodos equivalentes, *“a comparação deve ser feita não através de números absolutos, mas de médias mensais, conforme revela a tabela a seguir. Ela mostra que o número de mortes violentas por mês passa de 1 por comunidade a 0,25, ou seja, experimenta uma redução de quase 75%.”* E acrescenta ainda que:

Por sua vez, os roubos experimentam uma diminuição de mais de 50% (de quase 6 por mês a menos de 3), enquanto todos os outros crimes sofrem um aumento considerável. Lesões dolosas, ameaças e crimes relativos a drogas crescem exponencialmente. Os furtos aumentam de forma significativa, embora os roubos tenham caído. Em suma, há uma forte redução dos crimes armados e um aumento igualmente marcante dos registros dos outros crimes. Por isso, é mais apropriado comparar as taxas mensais médias por 100.000 habitantes, antes e depois da entrada das UPPs. Vale lembrar, contudo, que as taxas são calculadas usando a população de cada UPP no ano de 2010, ano censitário. (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012, p. 11)

Os autores dizem que *a função das taxas não é suprimir o viés decorrente da evolução demográfica, mas simplesmente colocar todas as comunidades numa métrica comum e garantir com isso que todas possuam o mesmo peso na determinação dos efeitos finais* (CANO, BORGES, RIBEIRO, 2012, p. 11). Segue abaixo na tabela, os dados de criminalidade dentro das comunidades onde as UPPs foram instaladas:

Tabela 10: Criminalidade registrada dentro das Comunidades Antes e Depois da instalação das UPPs

	NÚMERO MÉDIO DE CASOS POR MÊS E COMUNIDADE		TAXA MÉDIA POR MÊS E COMUNIDADE (por 100.000 hab.)	
	PRÉ UPP	PÓS UPP	PRÉ UPP	PÓS UPP
MOMENTOS				
Vítimas de Morte Violenta	0,94	0,25	10,03	2,21
Vítimas de Homicídio Doloso	0,36	0,15	3,37	0,87
Vítimas de Autos de Resistência	0,50	0,01	5,70	0,12
Vítimas de Desaparecimento	0,32	0,71	3,60	6,92
Vítimas de Lesões Dolosas	3,34	11,66	41,33	127,36
Vítimas de Violência Doméstica e Familiar	2,17	8,47	27,12	84,66

Vítimas de Ameaça	2,30	7,97	29,45	99,24
Vítimas de Estupro	0,14	0,37	1,35	4,84
Ocorrências de Roubos	5,87	2,70	61,23	20,58
Ocorrências de Furtos	3,48	5,38	46,46	64,99
Ocorrências de Crimes relativos a Drogas	1,91	5,83	24,13	63,93

Fonte: Elaborado pelo autor

Como bem mostrou os números na tabela acima, as UPPs tiveram resultados bem expressivos no combate ao crime e na queda dos homicídios nas áreas onde atuavam. É errôneo imputar ao programa em si a descontinuidade dessa política pública na área da segurança pública, que, como observamos anteriormente, se deu pela crise fiscal (ICMS e queda do barril do petróleo) e de corrupção do período Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão, que saquearam o estado e descontinuaram o programa UPP.

Tal fato não quer dizer, absolutamente, que não ocorreram problemas na conduta de muitos policiais e abusos de autoridade durante as atuações dentro dos morros, mas, os números mostraram que as UPPs foram fundamentais para baixar os índices criminais dentro das favelas, bem como nas áreas circunvizinhas.

A crise na área da segurança pública se agravou também em razão do grande número de mortes de policiais e no atraso no pagamento dos servidores, o que ocasionou uma greve dos agentes de segurança pública; a saída do Secretário Beltrame, que já estava à frente da SESEG por dez anos e foi o criador das UPPs. Com a inclusão no regime de recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro e a intervenção federal na área da segurança pública, a crise foi instalada com proporções alarmantes, sendo um dos principais motivos para a falência e descredibilidade do governo do PMDB de Pezão, além dos indícios de

corrupção generalizada no governo. Em relação às Bases da OSP, ocorreram as expansões para à Lagoa, Aterro, Copacabana, Niterói e Leblon Presente.

No capítulo cinco tratamos da OSP desde seu início até os dias atuais. Durante a criação, houve grande dificuldade em construir uma legislação que amparasse o policial militar para trabalhar em seu período de folga, sendo remunerado pelo Estado e amparado em todos os seus direitos. Também foi buscado duplicar o policiamento com o uso de egressos das FFAA utilizando um programa de empregabilidade do Exército brasileiro, que teve grande apoio e participação do então interventor na área de segurança pública, General Braga Netto. Procurou-se apoio do Comando da Polícia Militar para ceder policiais à SEGOV e buscar uma parceria público-privada com a Federação do Comércio do Rio de Janeiro (FECOMÉRCIO), a fim de financiar parte do programa durante a crise fiscal do Estado. Porém, devido a várias críticas e demandas judiciais, essa parceria foi deixada de lado e o Estado passou a arcar com todos os custos operacionais da OSP.

Perguntado durante a entrevista se havia muita interferência política na escolha dos primeiros locais da Operação, o Coronel Felipe disse que tinha muito pouco, pois a OSP tinha a última palavra e participava como gestor do programa. Desta forma, os políticos acabavam não fazendo pedidos ao Superintendente, hoje ele observa que a interferência é muito grande. Ao ser perguntado se a OSP possui características de policiamento comunitário, Felipe Gonçalves diz:

Totalmente, a partir do momento que o policial, o agente civil e assistente social, eles têm a função precípua de ir pra rua, pra conquistar corações e mentes da população pra tá o máximo possível junto das pessoas pra atender o público, como se atende a um cliente, um shopping numa loja, num supermercado, ou em qualquer outro local de prestação de serviço, a gente muda completamente a concepção. A gente passa a ser um ente destinado a prestar um serviço para aquela comunidade. Então, o que eu entendo de polícia comunitária é exatamente isso, é a polícia que tá ali à disposição da sociedade entendendo que como funcionários públicos, a nossa missão maior é servir a população do Rio de Janeiro por quem nós somos pagos. Então não há nenhuma demagogia em razão disso. É uma crítica muito grande que eu faço a nossa própria corporação, ninguém tá aqui pra passar pano em nada, e que a gente faz também a outras corporações, a própria Polícia e até demais órgãos públicos que muitas vezes se entende que que somos separados da sociedade. Vivemos ali dentro dos muros do quartel e que a população é uma mera usuária dos serviços de segurança pública do Rio de Janeiro, negativo, são nossos clientes, pagam o nosso salário, temos obrigação de servi-los. Então, servir com urbanidade, servir com humildade, conquistá-los, ganhar a estrelinha do Uber lá deles, se puder dar cinco estrelas pra gente maravilhoso, se não for cinco vamos correr atrás da quinta estrela de qualquer jeito e fazer com que gostem da gente. Então isso é uma filosofia, o programa é uma filosofia que vai muito além do policiamento. Conquistar a confiança da população.

Acrescenta ainda que é por isso que em determinados bairros o Coordenador da Base está em três, quatro ou cinco grupos de WhatsApp, no Facebook, e em tudo que é afeto ao bairro que tem relação com sua área de atuação. Nas localidades que têm o Segurança Presente a população chama a polícia pelo WhatsApp, utilizando o grupo de moradores. As pessoas denunciam pelo grupo a presença de suspeitos passando pela rua de suas residências, nas praças, ou cometendo algum crime. Também fornecem as câmeras do prédio que apontavam para o local do crime. Segundo o Coronel, tudo isso cria uma atmosfera de segurança em que o cidadão se sente mais seguro e sente que é muito importante nesse processo, que para esse policial, o mais importante é que a população esteja bem. E cita um caso que acabara de lembrar,

E é maravilhoso quando isso acontece, porque você chega, por exemplo, lá no Méier, e você pode ir lá fazer essa visita e até hoje tá assim, os agentes do Méier presente que utilizam o colete amarelinho, eles chegam na barraca dele e tem uma broa de milho lá pra eles comerem, tem um bule de café. Então é uma população que reconhece o trabalho do policial que gosta do trabalho do policial e que confia no Colete Amarelinho, coisa que nós perdemos ao longo dos anos, ao longo das décadas, que a nossa corporação e muitas vezes o mesmo policial passa ao lado dessa senhora sem o colete, e a senhora nem cumprimenta. Então alguma coisa está errada. Não é só o colete. Mas alguma coisa está errada. Alguma estratégia de marketing, algum posicionamento que tenha que partir da gente, algum esclarecimento que a gente tem que fazer a população, mas a confiança da população é o que mede a nossa prestação de serviço.

Para o atual Superintendente, Tenente Coronel F. Melo a política influencia em tudo, estando na SEGOV, na Polícia Militar ou em qualquer outra secretaria, a política vai influenciar. *“Porque como é que eu vejo isso. A gente recebe demandas. E quem é que traz essas demandas? O poder político, deputados nos pedem bases, vereadores nos pedem base, prefeito nos pedem Base. Isso é muito comum.”* E acrescenta ainda que os pedidos partem de todos os lados, *“associações também pedem base mas o fato de uma associação nos pedir base não deixa de ser um ato político.”* Que o pedido vindo de outros entes, independentemente de ser político ou não, um pedido da sociedade civil ou de determinada classe, não deixa de ser um ato político. Que existem diversos pedidos políticos quase que diariamente, é uma verdade incontestável. *Mas como isso funciona? Por exemplo, todos os dias pedidos que chegaram nós indeferimos quase que sua totalidade, porque são muitos, mas, aqueles pedidos que contemplavam o projeto de expansão das áreas que era o foco para o interior sul fluminense, médio Paraíba.* Pois os

pedidos para a região Serrana ainda não tinham Bases instaladas. “(...) *esses pedidos acabaram sendo atendidos não porque foram feitos por A, B, C ou D, e sim porque nesse momento da operação o governo do estado entendeu em levar para essas áreas.*” Disse ainda que muitos políticos utilizam essas inaugurações como ganho de capital político, divulgando para a população de sua área de influência eleitoral que foi ele quem conseguiu levar uma Base do Segurança Presente para a região. Os políticos das regiões contempladas sempre cobram para si os louros de terem levado a OSP para a região. *“Apenas uma coincidência porque havia um projeto que eu fui incumbido de dar sequência em algumas expansões que contemplavam essas áreas.” “Aquele o deputado, o vereador, o prefeito, mas também temos muitos pedidos de associações. principalmente quando se tem uma base e se quer expandir a área da situação daquela base. Ai as associações são a maior força de pedido que nós temos aqui dentro.”*

Quando perguntado durante a entrevista se a Operação Segurança Presente é um programa com característica de policiamento comunitário, o Superintendente respondeu categoricamente que, *“a gente é mais do que um policiamento de policiamento comunitário.”* E fundamentou dizendo que: *“Hoje ela passa longe de ser um policiamento comunitário. E ela também não é um policiamento de proximidade. A gente conceitualmente estabeleceu um outro patamar.”* E acrescenta:

Quando a gente fala em policiamento de proximidade você está colocando como figura central apenas o policial. As pessoas associam dessa forma e não saem disso. A gente trabalha com um conceito de abordagem de proximidade. Por quê? Porque nós temos três agentes que fazem a Segurança Presente dar certo. Nós temos um policial militar, nós temos o agente civil egresso das forças armadas, outros não, aquele que está na rua atendendo são os egressos das Forças Armadas. E nós temos assistentes sociais. Então é a atuação conjunta desses três atores que tem dado o êxito à operação. Então a gente não pode taxar o programa como policiamento de proximidade porque nós iríamos desmerecer uma participação altamente importante de outros dois atores. Então hoje a gente trouxe a conceitualmente o que a gente está construindo aqui dentro o conceito da abordagem de proximidade. A gente não é um policiamento comunitário, a gente não é um policiamento de proximidade. Nós somos um programa que faz abordagem de proximidade, com três atores diferentes atuando.

Porém, segundo Mazzurana (2021, p. 178) quando analisamos o modelo de policiamento de proximidade ou comunitário pela perspectiva adotada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o cerne do conceito é pautado na interação entre policiais e cidadãos através do estabelecimento de uma confiança mútua e legitimidade resumida em

“presença ostensiva com efeito dissuasório sobre possíveis intenções criminais”. E que a OSP atua com forte concentração de policiais e agentes civis em um território diminuto, trazendo uma sensação de segurança e maior probabilidade de prender em flagrante criminosos da lei que arrisquem cometer delitos em sua área de patrulhamento. Isto posto, a atuação de criminosos fica inibida quando o infrator faz o cálculo de custo e benefício, ou seja, há sempre uma grande possibilidade de preso caso decida arriscar no seu intento maligno. Desta forma, ele acaba por mudar de região ou atuar em horários onde a Segurança Presente não está nas ruas. Esse é o ponto principal da “teoria da dissuasão”, utilizada pelas instituições de segurança e justiça ocidentais.

Outro ponto destacado pelo pesquisador Leonardo Mazzurana (2021), é a importância que os policiais da OSP dão às abordagens baseadas na fundada suspeita, ao valor da ostensividade em áreas pré-determinadas e o alinhamento dissuasório. A característica desse modelo é apontada por Natal (2016 apud MAZZURANA, 2021, p. 179):

(...) se as pessoas suspeitam que estão sendo vigiadas o tempo todo, elas estariam menos propensas a cometer atos criminosos. Assim, esse modelo pressupõe políticas públicas que envolvem, por exemplo, um vultoso efetivo policial patrulhando as ruas e situados em locais de grande visibilidade, promovendo a sensação de estarem em todos os lugares, além de contar com auxílio tecnológico do monitoramento de câmeras de vigilância espalhadas por toda a cidade. no intuito de aumentar a percepção de risco por parte da população, outra característica das polícias no modelo da teoria da dissuasão é o policiamento ostensivo.

Outro aspecto levantado pelo autor é a valorização por parte da Operação de métricas pautadas nos indicadores de quantidade de apreensões e prisões, bem como incentivos para que os policiais abordem cada vez mais suspeitos como demonstração de atividade e produtividade durante o serviço. Existe uma máxima entre os policiais de que: *“é melhor abordar em serviço do que ser abordado por marginais da lei na sua folga”*. O que não deixa de ser uma “verdade”, quando pensamos que a atuação mais presente dos policiais durante o serviço, inibe a atuação de criminosos naquela localidade, diminuindo assim a possibilidade de ser vitimizado durante sua folga enquanto usuário da mesma região para seu lazer.

No capítulo seis foram apresentados os dados estatísticos de criminalidade registrados na área de cada Operação, nas seguintes modalidades: roubo de rua, roubo de

veículos e letalidade violenta. As Bases objetos de estudo deste trabalho foram Aterro do Flamengo, Lagoa Rodrigo de Freitas, Méier e Centro da cidade do Rio, pelo fato de serem as mais antigas da OSP e portanto, terem mais dados disponíveis para análise. O recorte temporal feito foi de um ano antes da inauguração de cada Base até o ano de 2020.

Após a análise dos dados, foi demonstrado que as médias variaram para recorte de 1º dezembro de 2014 (um ano antes da inauguração, 1º dezembro de 2015) até dezembro de 2020, para as Operações Lagoa, Aterro e Méier. Já para a Operação Centro Presente, o recorte foi o de 4 de julho de 2015 (um ano antes da inauguração, 4 de julho de 2016). A comparação foi feita utilizando os índices das seguintes modalidades criminosas (roubo de rua, roubo de veículos e letalidade violenta), com base no ano anterior da inauguração das Operações citadas acima e o ano subsequente, com objetivo de verificar se houve impacto positivo ou negativo após a implantação da Segurança Presente, para todas AISPs. Cabe ressaltar que todas as operações citadas tem seu início às 08h e seu término às 20h. Porém os bancos de dados das AISPs contemplam um período de 24h. Logo, os delitos ocorridos de 20:01 até 07:59 estariam fora do período de atuação da Operação Segurança Presente.

Temos como evidência que todas as áreas de atuação das operações estudadas impactaram positivamente na segurança pública, sobretudo no primeiro ano da operação, com o seguinte extrato: Operação Lagoa Presente, maior redução dos registros de roubos de rua para o período de 24 meses, voltando a crescer no início de 2019.

A Operação Aterro Presente possui a maior redução dos registros de roubos de rua para o período de 24 e 35 meses, como mostra o Gráfico 6.

Na Operação Méier Presente (OMP), houve uma redução dos registros de roubos de rua nas diversas modalidades descritas no Gráfico 9. A OMP apresentou estatisticamente impacto desde sua implantação, assim como as demais estudadas, o que nos faz lembrar a afirmativa Stein (2015) “*que um projeto bem sucedido depende de sua capacidade de reverter espaços excessivamente influenciados pela decadência urbana, pelo crime e violência.*” Outra observação importante foi o “*desequilíbrio na área de segurança pública como sistema, com a alocação de efetivo oriundo do programa OSP visualizou-se um possível deslocamento da mancha criminal para outras áreas, o que não foi objeto deste estudo.*” (AMARAL, CORDEIRO, MASELO, 2020, p. 48)

No ano de 2020, sobretudo no segundo semestre, observamos o aumento dos índices de criminalidade em praticamente todas as Operações Segurança Presente. Este

fato deve ser analisado em um estudo à parte, pois sabemos que a pandemia do novo Coronavírus impactou a economia, aumentando o desemprego e o poder de compra da população, sobretudo dos mais vulneráveis. Não devemos ignorar a existência de inúmeros trabalhos que relacionam positivamente o aumento da criminalidade com o crescimento do desemprego, bem como com o agravamento da desigualdade social, o que se torna salutar correlacioná-los sempre que possível.

Foi observado que em todas as Bases ocorreu o mesmo fenômeno de queda no ano de implantação do Programa em relação ao ano anterior. Os índices permaneceram em patamares abaixo dos anteriores em praticamente todas as modalidades criminosas, voltando a crescer depois de alguns anos. As possibilidades para que esse fenômeno ocorra são: deslocamento da criminalidade em busca de regiões com menos concentração de policiais militares do Programa, readaptação de marginais da lei aos locais e horários mais vulneráveis e diminuição de efetivo das Bases em razão de inauguração de novas Bases utilizando parte do efetivo das já existentes, vulgarmente chamado de “canibalização do efetivo” por não receber a quantidade de efetivo esperado pela Superintendência da OSP. Outro ponto destacado pelo Coronel Felipe Gonçalves durante a entrevista é a diminuição do horário de atuação do Programa, que inicialmente foi pensado para atuar de 6h até 22h e que agora foi reduzido para 8h até 20h.

Cabe ressaltar que outro importante viés é a observação que a partir de 1º dezembro de 2015, moradores, transeuntes e turistas passaram a ter mais sensação de segurança, culminando assim, com áreas que passaram a ter um maior fluxo de pessoas circulando nas vias principais e em suas áreas de acesso. Ocorreram ainda outros fatos que se correlacionam com os índices criminais: a Intervenção federal no Rio, com grande mobilização de força federal no estado, de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2019; a greve da polícia civil sobre os registros de 15 de janeiro a 07 de abril de 2017 e eventos esportivos olímpicos, majoritariamente de 5 a 21 de agosto de 2016.

9. CONCLUSÃO

A importância dessa dissertação se justifica diante da missão constitucional da Polícia Militar, de ser uma instituição que deve se mostrar ostensiva e agir em prol da preservação da ordem pública. Parece uma função simples, porém, é entendimento quase que pacífico entre os doutrinadores do direito que a competência residual da Polícia Militar

aparece quando da falência operacional dos outros órgãos de segurança pública, como por exemplo, para restabelecer a segurança interna em estabelecimentos prisional e também executar o serviço da Polícia Civil em caso de greve. Moreira Neto (2009) sustenta que a polícia administrativa atua nas atividades das pessoas, na liberdade e nos direitos fundamentais.

Dentro desse contexto está a Operação Segurança Presente e todas as Bases utilizadas como recorte para esse estudo, a saber: Lagoa, Aterro, Méier e Centro Presente. Analisando a queda dos indicadores criminais e o impacto positivo na vida da população por ela atendida, mesmo com pequenas altas em determinados momentos, ainda se mostra necessária ao bem estar da população fluminense, seja pelas baixas dos índices trazidos com sua inauguração, seja pela *“presença ostensiva com efeito dissuasório sobre possíveis intenções criminais”* (MAZZURANA, 2021, p. 178).

Os pontos trazidos à baila neste trabalho tiveram como objetivo responder dois problemas levantados durante a pesquisa: verificar se houve queda dos índices de criminalidade nos locais onde a Operação Segurança Presente atua e o segundo era verificar se a escolha dos locais sofreu interferências políticas, possivelmente para beneficiar interesses comerciais e turísticos, por parte dos atores que firmaram o convênio de Parceria Público-Privada (PPP) para inauguração dos primeiros programas, em detrimento de outras áreas mais atingidas pela criminalidade.

Quanto ao primeiro problema, foi respondido através dos gráficos da série histórica demonstrada no capítulo sete, que as inaugurações das Bases foram positivas para as localidades onde passaram a atuar, descortinando para o leitor desta pesquisa os meandros da OSP e sua capacidade de impactar a segurança em parceria com a sociedade onde estão instaladas. Que em praticamente todas as quatro Bases da Operação Segurança Presente baixou os índices em parte significativa dos tipos de delitos pesquisados, utilizando o policiamento de proximidade com o aumento do número de policiais nas áreas onde atuam.

Quanto aos segundo problema, foi esclarecido e consubstanciado através das entrevistas com os principais atores do Programa, nomes de peso para a segurança pública do Rio de Janeiro, que trouxeram minúcias das instituições onde atuaram e ainda atuam, desvelando o jogo do poder e interferência da política em todas as instâncias das políticas públicas, desde sua criação até sua expansão, trazendo como novidade a importância da sociedade civil organizada como mola propulsora que faz pressão junto às decisões dos gestores públicos, seja diretamente com manifestações públicas pedindo segurança para sua região ou indiretamente através de seus representantes (políticos), que pressionam o

executivo estadual para levar policiamento em seu curral eleitoral como forma de angariar votos.

Ainda como resposta ao segundo problema, o primeiro Superintendente, Coronel Felipe Gonçalves deixou claro que tanto o ex-Governador Sérgio Cabral como Luiz Fernando Pezão interferiam diretamente *“porque na Operação, a gente costumava brincar que a operação era “top down” (de cima para baixo). A Operação era do Governador do Estado, a última palavra é dele.”* Na visão do atual Superintendente da OSP, atores políticos atuam o tempo todo, dando exemplo de quando assumiu a Operação em junho de 2021, *“havia uma orientação do governador nos repassada pelo secretário de governo em priorizar uma distribuição para outras áreas do Rio.”* E acrescentou dizendo: *“Pedidos que nos apresentem toda hora hoje mesmo antes de você chegar eu estava despachando os SEIs (Sistema Eletrônico de Informação), foram sete solicitações vindo da ALERJ vindo de prefeituras para a gente”,* demonstrando que atores políticos fazem pedidos constantemente para que suas regiões sejam contempladas pela OSP. Porém, a visão dos gestores é não inaugurar mais nenhuma base na capital, pois, segundo ele, *“a gente vai dar uma parada agora. Cresceu bastante, a gente quer agora organizar para que o serviço não caia de qualidade, mas essa era a nossa orientação, priorizar nessas dez bases o atendimento a outras áreas do estado ainda não contempladas com a Operação Segurança Presente.”*

O Segurança Presente é um marco histórico na segurança pública do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à utilização de Agentes Civis da SEGOV, Assistentes Sociais e Policiais Militares para atuarem juntos em prol do policiamento ostensivo e complementar ao patrulhamento realizado pela PMERJ. A OSP foi criada como um modelo de policiamento de proximidade para a resolução pacífica de conflitos, com foco nos parâmetros de eficácia e eficiência na prisão de marginais da lei, buscando atuar dentro dos padrões constitucionais de direitos humanos e respeito às leis constituídas. Outra novidade foi a introdução tecnológica a favor dos agentes, com apoio de filmagens durante as abordagens, a fim de resguardar o policial de serviço e o cidadão de possíveis abusos de autoridade.

Mais uma singularidade trazida pela Operação foi a parceria público-privada entre o governo do Estado e a FECOMÉRCIO como grande parceira financeira do Programa, pois naquele momento inicial foi fundamental os aportes financeiros a OSP, já que o Rio de Janeiro passava por grave crise econômica. Ao ser perguntado se a SEGOV sofria influência da FECOMÉRCIO na escolha dos locais que receberiam as Bases, o Coronel

Felippe disse que a Federação do Comércio apenas apoiava o governo financeiramente, e que pela atuação da Operação ser focada nos locais de grande circulação de pessoas em áreas predominantemente comercial e turística, acabava por interessar a FECOMÉRCIO a existência de um policiamento voltado a esse público.

O foco deve ser sempre o cidadão. É para isso que a segurança pública existe, para atender as demandas da sociedade, atuando sempre dentro da lei, utilizando os recursos financeiros pautados nos cinco princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na promoção das políticas públicas de forma personalizada para cada bairro. O Programa identifica seu policiamento pela cor do colete de acordo com cada região, possibilitando que os moradores reconheçam como seu cada policial de serviço.

Analisando a relação custo/benefício da OSP, o atual Superintendente informou que é um Programa caro, porém, fundamental para trazer de volta a tranquilidade e a sensação de segurança para a população atendida. Tal fato também vem sendo divulgado pela mídia, que ressalta a sensação de segurança do Segurança Presente para os bairros onde atua, além das entrevistas realizadas pelo pesquisador Leonardo Mazzurana que mostrou o acesso direto da comunidade aos policiais através dos grupos de WhatsApp, tornando possível comunicar de imediato ocorrências criminais de forma mais dinâmicas e eficaz, fato não observado utilizando a rede 190 da PMERJ (MAZZURANA, 2020, p. 247)

Algumas questões devem ser levantadas pelo simples amor ao debate e a crítica acadêmica: e se não houvesse a Operação Segurança Presente nos bairros onde hoje estão alocadas, os números da criminalidade estariam melhores ou piores dos atuais? Seria possível fazer mais pela segurança pública utilizando menos recursos materiais e pessoais? Quem deveria ser o responsável por essa política pública, a SEGOV ou a PMERJ?

Obviamente a presente pesquisa não teve como pretensão esgotar o tema sobre a Operação Segurança Presente, que poderá ser desdobrado e detalhadamente estudada em uma possível tese para melhor compreensão deste fenômeno, tendo em conta sua importância no universo acadêmico, sobretudo no âmbito da administração pública.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Elizabete R., CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane: **TENSÕES E DESAFIOS DE UM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais**. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.

AMARAL, Carlos Augusto Goulart do; CORDEIRO, Jader da Silva; MASELLO, Pietro de Castro, **Segurança Pública e uma parceria público privada: um estudo de caso sobre as Operações Segurança Presente**, 2020, Trabalho de conclusão do MBA Executivo em Administração Pública: Segurança Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

BATISTA, Nilo, **Crime: questão de polícia ou de política?** Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/crime-quest-o-de-pol-cia-ou-de-pol-tica> > Acesso em 10 Ago 2019.

BRASIL, Correio do. **Expansão do Segurança Presente é aprovada pela população**. Disponível em: <<https://www.correiodobrasil.com.br/expansao-seguranca-presente-aprovada-populacao/>> Acesso em 19 agosto de 2020.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BARCELLOS, Caco. **Abusado, o dono do morro Dona Marta**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2003.

BAYLEY, D.H.; SKOLNICK, J.H. **Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 2001.

BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2002.

CALDAS, P. F. B. **De volta ao começo: A história da Academia de Polícia Militar D. João VI**. Rio de Janeiro: P. Caldas, 2006.

CANO, Ignacio. **OS Donos Do Morro: Uma Avaliação Exploratória Do Impacto Das Unidades De Polícia Pacificadora (Upps) No Rio De Janeiro**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em Cooperação com o Laboratório De Análise Da Violência – (LAV-UERJ) Maio: 2012. Disponível em: < <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf> >

CARNEIRO, Leandro Piquet. **Mudança de guarda: as agendas da segurança pública no Rio de Janeiro**, Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 4, Edição 7 Ago/Set, 2010.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazaré. **Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira**/ organização: Ana Beatriz Leal, Íbis Silva Pereira e Oswaldo Munteal Filho. – Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

COELHO, Diogo; PROVENZA, Marcello. Balanço de Indicadores da Política de Pacificação: (2007-2015). Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro. Maio 2016. Disponível em: <
http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacificacao2015>.

COELHO, Leticia Rocha Vicente: **Operação Segurança Presente: uma análise do programa implementado na cidade do Rio de Janeiro**. Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

COSTA, C.; SERRA, P. Beltrame critica o Segurança Presente. O Globo, 10 dez. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/beltrame-critica-seguranca-presente-18260544>>. Acesso em: 03 MAI 2019.

GRILLO, C. C.; HIRATA, D. V. A intervenção de interesses privados na segurança pública no Rio de Janeiro. Diplomatieque, 2 maio 2018. Disponível em: <<https://diplomatieque.org.br/a-intervencao-de-interesses-privados-na-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em:03 MAI 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Anderson Fellipe, **Filosofia e revolução em segurança pública: é possível**, 1ª Ed. São Paulo: GIOSTRI, 2018.

HOLLOWAY, Thomas H., **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ).

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança Pública como Simulacro de Democracia no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 33, p. 53-68, 2019. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2020.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, Polícias e Segurança Pública no Brasil. *Rev. Direito GV*, São Paulo, v. 12, n. 1, pp. 49-85, abr. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n1/1808-2432-rdgv-12-1-0049.pdf>.. Acesso em: 15 mar. 2020

MAZZURANA, Leonardo. Segurança Presente, passado e futuro: potencialidades e limitações no campo da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro entre 2014 e 2020.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser – cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. 286f. Tese de Doutorado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

NUINTE, Núcleo de Inteligência, **Tabela de estatística de criminalidade dos Programas Segura Presente**, Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, julho e agosto, 2020

NEEP, Núcleo de Estratégia e Estatística de Projetos, **Tabela de estatística de criminalidade dos Programas Segura Presente**, Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, Julho e Agosto, 2020

PEREIRA, Viviane Mendes dos Santos. **Programa Segurança Presente: a gestão da segurança pública sob a ótica do new public management**. Trabalho de final de curso apresentado à Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, mestrado profissional em Administração Pública para obtenção do grau de mestre; Rio de Janeiro – 2021

TRAJANOWICZ Robert C.; BUCQUEROUX Bonnie. **Community Policing: A Contemporary Perspective**. [S.l]: Anderson Publishing Company, Routledge; 2nd edition (January 1, 1998).

SENTO-SÉ, João Trajano. **O discurso brizolista e a cultura política carioca: VARIA HISTORIA**, nº 28, Dezembro, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo, **Novas políticas de segurança pública**, Estud. av. vol.17 no.47 São Paulo Jan./Apr. Disponível em: 2000http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000100005&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 15 Mai 2021.

Traduzido pelo **Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio)**, última edição em 13 de outubro de 2015. Acesse este documento em inglês em <http://bit.ly/2030agenda>. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em 10 Ago 2019.

WEBER, Max. **“Las comunidades políticas” e “Sociologia de la Dominación”**. In: *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica. 1944.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14 ed. São Paulo: Pioneira, 1999, 233 p.

ZOUAIN, Deborah Moraes; CRUZ, Breno de Paula Andrade; ROSS, Steven Dutt. **Imagem da Polícia Militar do Rio de Janeiro ótica da classe social dos cidadãos pesquisados**. *Revista Administração em Diálogo*, n. 11, v. 2, 2008, p. 01-20.

_____. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro. Seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

_____. **Tradição inquisitorial no Brasil da Colônia à República: da Devassa ao Inquérito Policial**. In: *Religião e sociedade*. n.16, 1992.

Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_144_.asp > acesso em 25 Nov 20.

Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/criacao-de-upps-fuga-do-alemao-relembre-historico-de-beltrame.html> > acesso em 07 Mai 21.

Disponível em: Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/15/acusados-de-incitar-greve-coroneis-e-major-da-pm-do-rio-sao-indiciados-pelo-governo.htm?cmpid=copiaecola>> acesso em 18 Mai 21.

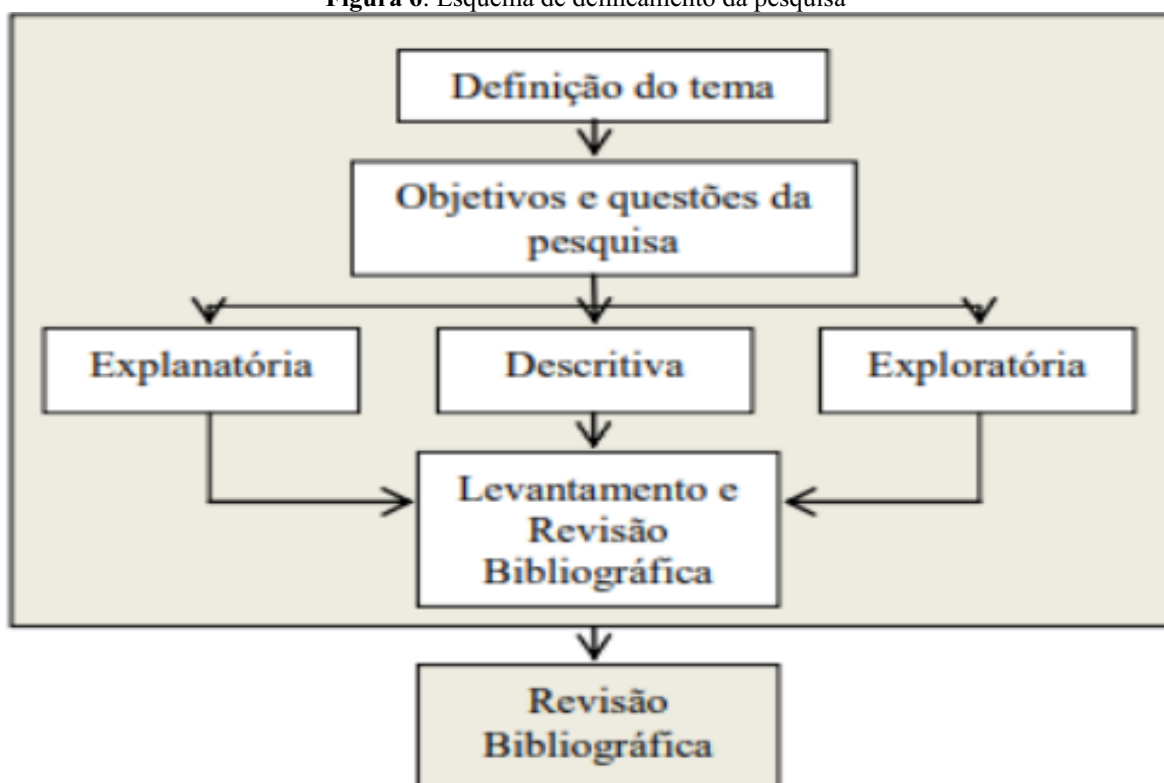
Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-02/pezaio-diz-que-nao-resistiu-proposta-de-intervencao-federal-na-seguranca>> acesso em 27 Mai 21.

ANEXO

METODOLOGIA

O presente anexo pautou o desenvolvimento da pesquisa utilizando o método de estudo de caso único, descrevendo o tipo e seus fundamentos, sempre com objetivo de atingir os resultados da pesquisa. O Programa Segurança Presente foi investigado de maneira técnica e metodológica, delimitando o objeto da pesquisa os quais foram representados na figura abaixo.

Figura 6: Esquema de delineamento da pesquisa



Fonte: (BRANSKI; FRANCO; LIMA JUNIOR, 2010, p.3)

Todo levantamento feito seguindo o fluxograma acima propiciou que o conhecimento e as ideias já produzidos por outros pesquisadores, realizando uma análise sistemática pautada no conhecimento científico (BRANSKI; FRANCO; LIMA JUNIOR, 2010, p.3). A coleta e análise de dados foram executados para se o fechamento da pesquisa, com as devidas limitações apresentadas pela metodologia citada.

A Estratégia de Pesquisa foi definida focando no estudo do Programa Operação Segurança Presente (OSP) e tem por objetivo verificar se houve queda nos índices da criminalidade nos locais onde foram instaladas, bem como verificar se houve interferência política na escolha dos bairros onde as Bases estariam alocadas. Para tanto, de acordo com o tempo de inauguração de cada uma Operação, foram feitos os seguintes recortes: Aterro, Lagoa, Méier e Centro Presente.

O desenho da pesquisa e a revisão bibliográfica, fornece supedâneo teórico necessários ao seu desenvolvimento para que ao final possa ser confirmada ou refutada na fase de coleta e análise de dados.

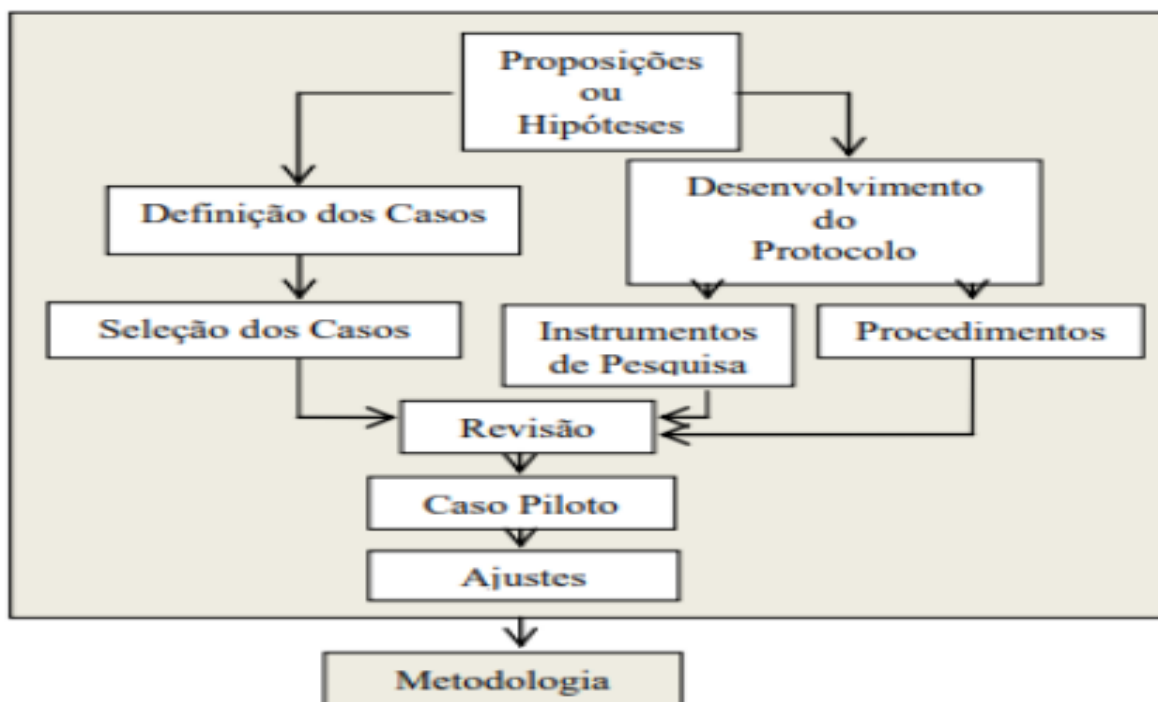
Para Vergara (1998), a pesquisa é descritiva quando estabelece a relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado. Variáveis relacionadas à classificação, medida e/ou quantidade que podem se alterar mediante o processo realizado. Não se pretendeu explicar o Programa Segurança Presente de forma tão minuciosa, mas descrever algumas características e resultados apresentados ao longo de sua atuação, além é claro, da visão dos atores que fizeram e ainda fazem parte da Operação.

Não obstante essa expansão, as fronteiras entre o programa e sua influência no cenário de violência não estão claramente identificadas e não se verifica controle sobre os eventos comportamentais (VERGARA, 1998; YIN, 2001).

Já no que tange aos meios, a presente pesquisa classifica-se como: estudo de caso, bibliográfica, investigação documental e pesquisa de campo. No estudo de caso, por se tratar da análise aprofundada de um política pública bastante nova, atual e pouco explorada (YIN, 2001); bibliográfica, porque a fundamentação teórica inspira-se na documentação da OSP; investigação documental, pelo fato das entrevistas concedidas terem sido fornecidas por gestores que foram responsáveis pela criação, desenvolvimento e manutenção do Segurança Presente, o que forneceu maiores subsídios às conclusões da pesquisa; e, pesquisa de campo, pois as fontes de informações foram alcançadas através das entrevistas com os principais autoridades do passado e presente da OSP, ou seja, com quem de fato participou e participa da gestão do Programa, (VERGARA, 1998).

O desenho da pesquisa proposto por Branski, Franco e Lima Junior (2010), foi desenvolvido através do fluxo de atividades conforme figura 7.

Figura 7: Fluxo de atividades para definição e desenho da pesquisa



Fonte: (BRANSKI; FRANCO; LIMA JUNIOR, 2010, p.4)

Esse estudo também trabalhou com pesquisa qualitativa, pelo fato de partir da pergunta de que o Programa Segurança Presente mitigou a questão da criminalidade nos locais onde foram implantados, bem como se houve interferências na escolha dos locais que seriam inauguradas as Bases. (VERGARA, 1998; RICO, 1992 NINO;2009).

Também foi utilizada a pesquisa quantitativa, pois foram coletados bancos de dados e análise criminal divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), Núcleo de Inteligência e Estatística da Secretaria de Governo (SEGOV) e o banco de dados Gerencial Web da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPC), os quais trouxeram fatos concretos que embasaram os estudos. Dados quantitativos são estruturados e estatísticos. Eles formam a base para tirar conclusões gerais da presente pesquisa.

Citando Yin (2001 apud PEREIRA, 2021, p. 60) pesquisas acadêmicas cujo método é o estudo de caso são adequadas à compreensão das organizações/ instituições públicas; administração/ gestão públicas; dentre outros (YIN, 2001, p. 19-20). A OSP surgiu em 2014 entre uma parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a FECOMÉRCIO, que representava o setor privado, que naquele momento, tinham um objetivo comum:

melhorar a segurança pública no Rio de Janeiro, sobretudo nas regiões comerciais da Cidade.

Segundo Yin (2001 apud PEREIRA, 2021, p. 60) para uma melhor adequação da investigação ao método estudo de caso, *“a análise incide na necessidade do aprofundamento de um fenômeno social individual, complexo, pouco conhecido, cujas fronteiras com o contexto não são evidentes e as proposições permitem ser reproduzidas em cenários análogos, obtendo-se o mesmo resultado”*.

Com objetivo de estabelecer uma delimitação clara da estratégia adotada na pesquisa deve-se observar três condições descritas por Yin (2001 apud PEREIRA, 2021, p. 60), na tabela 11, abaixo.

Tabela 11: Situações relevantes para diferenciar estratégias de pesquisa

Estratégia/ Método	Forma da questão de pesquisa	Exige controle sobre eventos comportamentais?	Focaliza acontecimentos contemporâneos?
Experimento	como, por que	sim	sim
Levantamento	Quem, o que, onde, quantos	não	sim
Análise de arquivos	quem, o que, onde, quantos, quanto	não	sim/ não
Pesquisa histórica	como, por que	não	não
Estudo de caso	como, por que	não	Sim

Fonte: (YIN, 2001, p.24)

O processo acima deve ser analisado através de uma série temporal, além de sua incidência/ frequência caracteriza o estudo de caso como positivista e predominantemente descritivo. Yin (2001), apresenta-se um estudo de caso Tipo 2 (único incorporado), por se tratar de um único caso, ou seja, as unidades escolhidas para análise, a saber: Aterro, Lagoa, Méier e Centro Presente.

A seleção dos locais para análises possui características distintas, mesmo sendo pertencentes ao mesmo Programa OSP (caso estudado), observando os aspectos da segurança pública, possível interferência política e sociais.

O estudo de caso segundo (JOIA, 2005), foram citados abaixo:

I. A proposição voltada ao que foi estudado – O programa mitiga os índices de criminalidade nas localidades onde estão alocados; A OSP sofre interferências políticas na escolha dos locais onde as Bases são inauguradas;

- II. A questão do estudo – “Como”, é uma indagação sobre o funcionamento do programa;
- III. As unidades de análise – Aterro, Lagoa, Méier e Centro Presente trazem maior complexidade à pesquisa, além de estender a análise;
- IV. Os critérios para se interpretar as descobertas – triangulação das fontes de evidência.

Segundo Yin (2001), para medir a lógica do conjunto de proposições e determinar a qualidade da pesquisa, deve ser apresentada quatro testes que afirmam ser amplamente utilizados para tal finalidade:

a) Validade do Constructo: a utilização de termos como: quedas dos índices na segurança pública onde operam, polícia de proximidade, polícia cidadã, interferência política, foram avaliadas através de múltiplas fontes de evidências, tais como: trabalhos acadêmicos, documentos administrativos, matérias jornalísticas, livros e entrevistas, checando os dados obtidos de forma ordenada;

b) Validade externa: estabelecer o domínio ao qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas.

c) Validade Interna: as evidências obtidas a partir da análise dos dados coletados possibilitaram a confirmação da proposição elaborada para orientar a condução do estudo de caso;

d) Confiabilidade: O teste de confiabilidade foi descrito através da descrição dos procedimentos, os quais foram adotados durante a pesquisa, possibilitando chegar ao mesmo resultado sem que haja distorções ou equívocos que pudessem descredibilizar o trabalho. Para isso foram documentados os procedimentos por meio de um protocolo de estudo de caso, Apêndice A, e desenvolvimento do banco de dados da pesquisa (YIN, 2001).

Tabela 12: Táticas de estudo de caso para quatro testes de projeto

Tipo	Tática de estudo de caso	Fase de pesquisa na qual a tática deve ser aplicada
Validade do constructo	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar fontes múltiplas de evidências • Estabelece encadeamento de evidências • O rascunho do relatório de 	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de dados • Coleta de dados • Composição

	estudos de caso é revisado por informantes-chave	
Validade interna	<ul style="list-style-type: none"> • Faz adequação ao pedido padrão • Faz construção da explanação • Faz análise de séries temporais 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de dados • Análise de dados • Análise de dados Validade externa • Utiliza lógica de replicação em estudos de casos múltiplos • Projeto de pesquisa
Validade externa	<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza lógica de replicação em estudos de casos múltiplos 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de pesquisa
Confiabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza protocolo de estudo de caso • Desenvolve banco de dados pra o estudo de caso 	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de dados • Coleta de dados

Fonte: (YIN, 2001, p. 55)

Coleta de dados

Depois de analisar as unidades de estudo, Yin (2001) utiliza como estratégia a coleta de dados para confirmar ou negar as perguntas de pesquisa sobre a possível interferência política nos locais onde as bases foram inauguradas, bem como se houve queda nos índices de criminalidade nos bairros onde a Segurança Presente foram alocadas, avaliando assim essa política de segurança pública criada pelo governo do Rio de Janeiro.

Segundo Yin (2001), as três técnicas de coleta de dados usadas na presente pesquisa, tem objetivo de estudar de forma mais aprofundada a Operação Segurança Presente no que tange às indagações sobre interferência política e a mitigação dos índices de criminalidade nos locais onde foram instaladas.

As três técnicas: entrevistas semiestruturadas, investigação documental e pesquisa bibliográfica, tiveram como fontes de dados: relatos, documentos administrativos, matérias jornalísticas - impressas e televisivas, livros e trabalhos acadêmicos (YIN, 2001).

Os entrevistados foram selecionados através de critérios técnicos a partir da relevância que desempenharam na OSP. As entrevistas foram elaboradas previamente, sendo enviadas pelo contato telefônico através do aplicativo WhatsApp de cada um, a fim de que todos tomassem conhecimento prévio das perguntas e questionamentos que seriam feitos durante a entrevista pessoal, no caso dos gestores, e pelas mensagens de texto

enviadas pelos coordenadores de base. Entrevistas semiestruturadas: com o Ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro à época em que a OSP foi criada, com o Criador da OSP, com o atual Superintendente dos Projetos da SEGOV, atual Superintendente da OSP, com os Coordenadores do Lagoa Presente, Aterro Presente, Méier Presente e Centro Presente.

Cabe ressaltar que todos os coordenadores de Base entrevistados já possuem larga experiência e tempo de atuação no Programa superior há 5 anos. Já em relação ao atual Superintendente dos Projetos da SEGOV e o Superintendente da OSP, apesar de serem Coronéis da Polícia Militar com mais de 27 anos de polícia e ter amplo conhecimento na área da segurança pública, só estavam à frente das respectivas pastas há aproximadamente 1 ano.

Todas as perguntas foram colocadas no Apêndice desta pesquisa, as quais foram elaboradas durante o presente trabalho, segundo os parâmetros das perguntas de pesquisa e a capacidade de respostas que cada um poderia fornecer de acordo com o nível hierárquico dentro da SEGOV e do Programa Segurança Presente.

As perguntas foram feitas a fim de esclarecer indagações e pontos considerados importantes para a elucidações durante o período de inauguração das bases, sua atuação e os impactos nos índices da criminalidade nos bairros onde foram alocadas, bem como as possíveis interferências políticas na escolha dos locais e de influenciar na rotina das equipes nas ruas.

As entrevistas com os coordenadores das Bases foram feitas remotamente através do aplicativo de mensagens WhatsApp e transcritas posteriormente na sequência em que ocorreram. Tal mecanismo se deu em razão da dificuldade de agenda, distância das Bases e rotina dos seus coordenadores. Esta modalidade não trouxe qualquer prejuízo ou problema no conteúdo ou na interação entrevistador-entrevistado.

As entrevistas com os primeiros gestores e os atuais foram gravadas em áudio no local marcado pelos entrevistados, tendo em vista eternizar o relato dos mesmos, não necessitando do vídeo, tendo em vista a pouca utilidade desses para a pesquisa. Cabe ressaltar que os áudios foram transcritos com o objetivo de facilitar a leitura e tornar acessível aos interessados no estudo da OSP, além de compor o banco de dados do trabalho.

Segundo Yin (2005, p. 107), os princípios para coletas de dados são “extremamente importantes”, pois são as fontes de evidências de uma boa pesquisa, devendo estar bem concatenada, fundamentada, a fim de possibilitar chegar a conclusões durante o fechamento do estudo, além de produzir um banco de dados capaz de sustenta-lo.

Segue a baixo a Tabela 13, de forma detalha, com os respectivos nomes dos entrevistados, datas, tempo de duração, e funções exercidas pelos mesmos no âmbito da Operação Segurança Presente.

Tabela 13 – Dinâmica de Entrevistas

ENTREVISTA DO	DATA	DURAÇÃO	FUNÇÃO DESEMPENHADA
Coronel PM Lima Freire	18/04/2022	1:01:49	Superintendente dos Projetos SEGOV
Tenente-Coronel PM F. Melo	03/05/2022	47:57	Superintendente da OSP
José Mariano Beltrame	09/05/2022	58:29	Ex-Secretário de Segurança do RJ
Coronel PM Fellipe	04/08/2022	01:43:29	Criador da OSP
Major PM Peres	04/05/2022	05:00	Coordenador do Lagoa Presente
Major PM Marcos	05/05/2022	07:01	Coordenador do Aterro Presente
Capitão PM Neves	05/05/2022	05:00	Coordenador do Méier Presente
Capitão PM Sílvia	10/05/2022	06:00	Coordenador do Centro Presente

Fonte: Pesquisador

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

TÍTULO: PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE: OS IMPACTOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA CRIADA PARA MITIGAR A CRIMINALIDADE NO RIO DE JANEIRO

Elaboração da dissertação do Curso de Mestrado em Ciência Política na Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO

A presente entrevista poderá ter perguntas suprimidas durante a sua realização, caso este pesquisador verifica a sua impertinência.

1 – PERFIL DO ENTREVISTADO GESTOR

NOME: MARCOS MACHADO

CARGO/ FUNÇÃO: MAJOR PM

EFETIVO: (X) SIM () NÃO

2 – PERFIL DO ENTREVISTADO GESTOR

NOME: AMANDY DE SOUZA PERES

CARGO/ FUNÇÃO: MAJOR PM

EFETIVO: (X) SIM () NÃO

3 - PERFIL DO ENTREVISTADO GESTOR

NOME: SÍLVIA DA SILVA SOUZA

CARGO/ FUNÇÃO: CAPITÃO PM

EFETIVO: (X) SIM () NÃO

4 - PERFIL DO ENTREVISTADO GESTOR

NOME: LEANDRO DAS NEVES JORGE

CARGO/ FUNÇÃO: CAPITÃO PM

EFETIVO: (X) SIM () NÃO

I – PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS GESTORES

- 1) Como se delineou a agenda do Programa Segurança Presente?
- 2) Existe algum modelo de gestão utilizado como paradigma para a estruturação do programa?
- 3) Qual a estrutura de gestão do programa? Ela sofreu modificações ao longo do período? Essas modificações são planejadas?
- 4) Quais foram as etapas realizadas até a implantação da primeira operação?
- 5) Como o sr. descreve o Programa Segurança Presente?
- 6) Qual o critério para a definição da Lapa como primeira operação?
- 7) O programa sofre avaliações periódicas? Caso positivo, essas avaliações são realizadas desde a sua implementação?
- 8) Quais os critérios para definição dos locais de instalação das operações do programa? Esses critérios são os mesmos desde a primeira operação?
- 9) Quais são as principais ferramentas de gestão empregadas no programa?
- 10) Qual é o efetivo e a composição operacional dos agentes das unidades analisadas?
- 11) Essa composição é padrão ou leva em consideração características da operação?
- 12) Qual é o perfil considerado adequado para os agentes que atuam no programa? De que forma esse perfil foi definido?

APÊNDICES B - Lagoa Presente

Mapa 1 - Avenida Borges de Medeiros e Avenida Eptácio Pessoa



APÊNDICES C - Códigos das tabelas do Lagoa Presente gerados no Rstudio

Roubo de rua – Lagoa Presente (Script do Rstudio)

```

datas = sort(bd$datf)
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
bd$regmes

tb = table(bd$regmes)
tb
barplot(tb)

# Usando o ggplot
library(ggplot2)
inicio = as.Date("01/12/2015", format="%d/%m/%Y")

```

inicio

```
# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+
  geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês',y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name = 'Delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=12-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.5) +
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))
```

```
#####
```

```
bd$inicio = 'Antes'
```

```
ano1 = as.Date("01/12/2016", format="%d/%m/%Y")
```

```
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'depois'
```

```
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = NA
```

```
tb = table(bd$inicio)
```

```
tb
```

```
# Roubo por dia
```

```
tb.antes = table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
```

```
tb.depois= table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])
```

```
mean(tb.antes) [1] 1
```

```
mean(tb.depois) [1] 1.038961
```

```
t.test(tb.antes, tb.depois)
> t.test(tb.antes, tb.depois)
```

```
Welch Two Sample t-test
```

```
data: tb.antes and tb.depois
```

```
t = -1.7553, df = 76, p-value = 0.08324
```

```
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
```

```
95 percent confidence interval:
```

```
-0.083168637 0.005246559
```

```
sample estimates:
```

```
mean of x mean of y
```

```
1.000000 1.038961
```

Roubo de veículos – Lagoa Presente (Script do Rstudio)

```
datas = sort(bd$Datf)
```

```
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
```

```
bd$regmes
```

```
tb = table(bd$regmes)
```

```
tb
```

```
barplot(tb)
```

```
# Usando o ggplot
```

```
library(ggplot2)
```

```
inicio = as.Date("01/12/2015", format="%d/%m/%Y")
```

inicio

Gráfico ggplot Roubo

```
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=delito))+
  geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês',y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name = 'delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=12-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.5) +
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))
```

#####

bd\$inicio = 'Antes'

ano1 = as.Date("01/12/2016", format="%d/%m/%Y")

bd\$inicio[as.Date(bd\$Datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'depois'

bd\$inicio[as.Date(bd\$Datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = NA

tb = table(bd\$inicio)

tb

Roubo por dia

```
tb.antes = table(bd$Datf[as.Date(bd$Datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
```

```
tb.depois= table(bd$Datf[as.Date(bd$Datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])
```

Antes depois

6 7

```

mean(tb.antes)
[1] 1
mean(tb.depois)
[1] 1.04
t.test(tb.antes, tb.depois)
Welch Two Sample t-test
data:  tb.antes and tb.depois
t = -1.7559, df = 74, p-value = 0.08324
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.085389726  0.005389726
sample estimates:
mean of x mean of y
      1.00      1.04

```

Letalidade violenta – Lagoa Presente (Script do Rstudio)

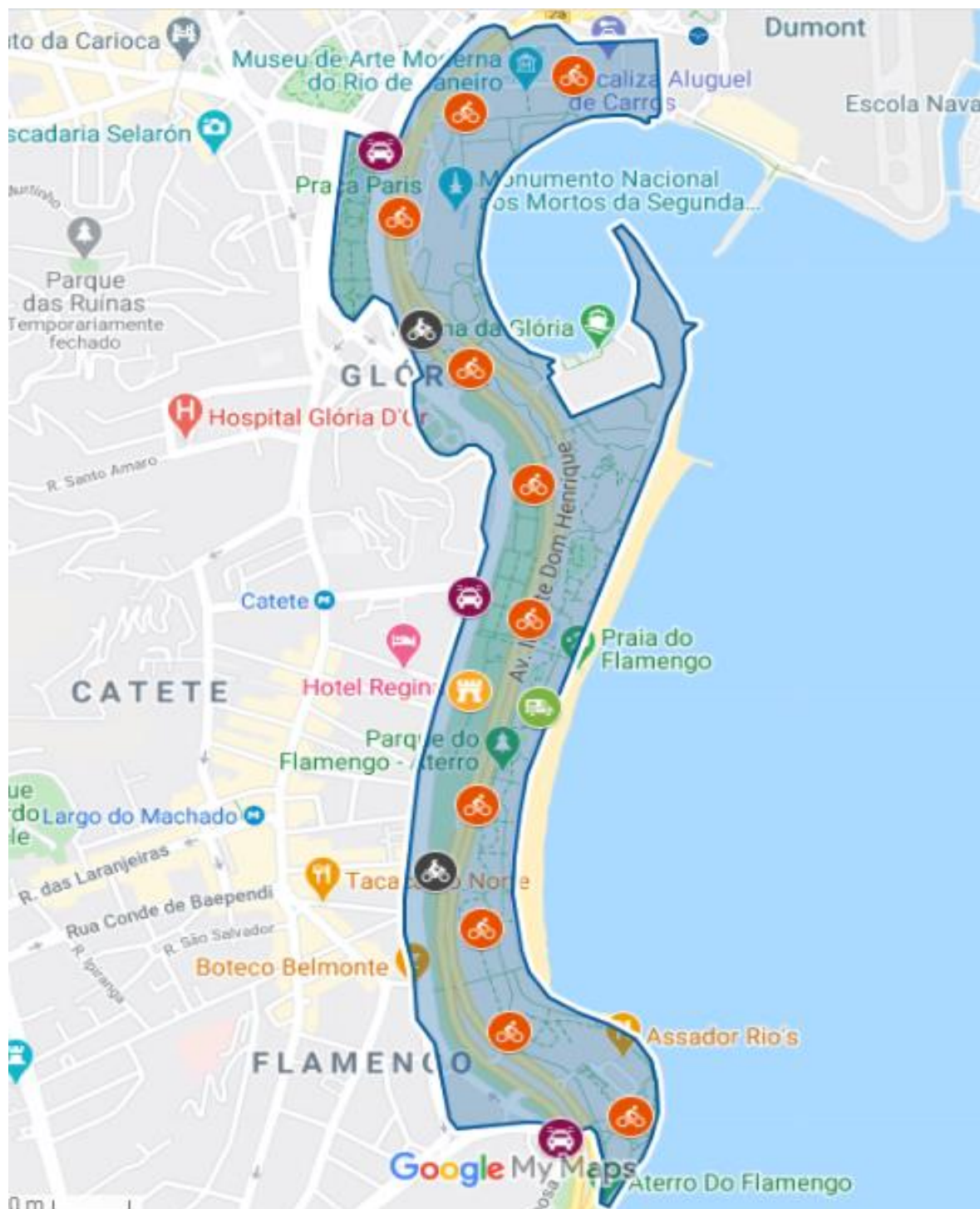
```

> View(LAGOA_Letalidade)
> tb=table(LAGOA_Letalidade$datf)
> tb
 2016 2017 2018 2019 2020
    1    1    1    1    3
> barplot(tb)> barplot(tb)

```

APÊNDICES D - Aterro Presente

Mapa 2 - Avenida Infante Dom Henrique / Praia do Flamengo / Praça Cuauhtemoque / Monumento Estácio de Sá / Calçada da Praia / Praça Deodoro / Praça Paris / Monumento Almirante Barroso/ Avenida Beira Mar / Avenida Augusto Severó / Rua Teixeira de Freitas / Rua Jardel Jarcólis.



APÊNDICES E - Códigos das tabelas do Aterro Presente gerados no Rstudio

Roubo de rua – Aterro Presente (Script do Rstudio)

```
library(readxl)
```

```

bd      <-      read_excel("C:/Felipe/UNIRIO      -      Mestrado/2º
Semestre/Metodologia II/Dissertação - Banco de Dados/Aterro/Roubo
de rua/Roubo de rua - 2014 a 2020 - ok.xlsx")
library(rlang)
library(readxl)
bd      <-      read_excel("C:/Felipe/UNIRIO      -      Mestrado/2º
Semestre/Metodologia II/Dissertação - Banco de Dados/Aterro/Roubo
de rua/Roubo de rua - 2014 a 2020 - ok.xlsx")

View(bd)
datas = sort(bd$datf)
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
bd$regmes
tb = table(bd$regmes)
tb
barplot(tb)

# Usando o ggplot

library(ggplot2)
inicio = as.Date("01/12/2015", format="%d/%m/%Y")
inicio

# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+
  geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês', y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name      =      'Delito',      start=0.2,      end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=12-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.5) +
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))

```

```
#####
```

```
bd$inicio = 'Antes'
```

```
ano1 = as.Date("01/10/2016", format="%d/%m/%Y")
```

```
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'depois'
```

```
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = NA
```

```
tb = table(bd$inicio)
```

```
tb
```

```
# Roubo por dia
```

```
tb.antes = table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
```

```
tb.depois= table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])
```

```
mean(tb.antes)
```

```
mean(tb.depois)
```

```
t.test(tb.antes, tb.depois)
```

Roubo de veículos – Aterro Presente (Script do Rstudio)

```
library(readxl)
```

```
bd <- read_excel("C:/Felipe/UNIRIO - Mestrado/2º
Semestre/Metodologia II/Dissertação - Banco de Dados/Aterro/Roubo
de veículos/ATERRO - Roubo de Veículos 2015 até 2020 - ok.xlsx")
```

```
View(bd)
```

```
datas = sort(bd$datf)
```

```
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
```



```

bd$regmes
tb = table(bd$regmes)
tb
barplot(tb)

# Usando o ggplot
library(ggplot2)
inicio = as.Date("01/12/2015", format="%d/%m/%Y")
inicio

# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+
  geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês',y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name = 'Delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=12-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.5) +
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))

#####

bd$inicio = 'Antes'
ano1 = as.Date("01/10/2016", format="%d/%m/%Y")
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'depois'
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = NA

tb = table(bd$inicio)
tb
Antes depois
      5      1

```

```

# Roubo por dia
tb.antes = table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
tb.depois= table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])

mean(tb.antes)
mean(tb.depois)

t.test(tb.antes, tb.depois)

mean(tb.antes)
[1] 1
> mean(tb.depois)
[1] 1.058824
> t.test(tb.antes, tb.depois)

```

Welch Two Sample t-test

```

data: tb.antes and tb.depois
t = -1.4361, df = 33, p-value = 0.1604
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.1421562  0.0245091
sample estimates:
mean of x mean of y
 1.000000  1.058824

```

Letalidade violenta – Aterro Presente (Script do Rstudio)

```

library(readxl)
bd <- read_excel("C:/Felipe/UNIRIO - Mestrado/2º
Semestre/Metodologia II/Dissertação - Banco de

```

Dados/Aterro/Letalidade violenta/Letalidade - ATERRO - 2015 até 2020 - ok.xlsx")

View(bd)

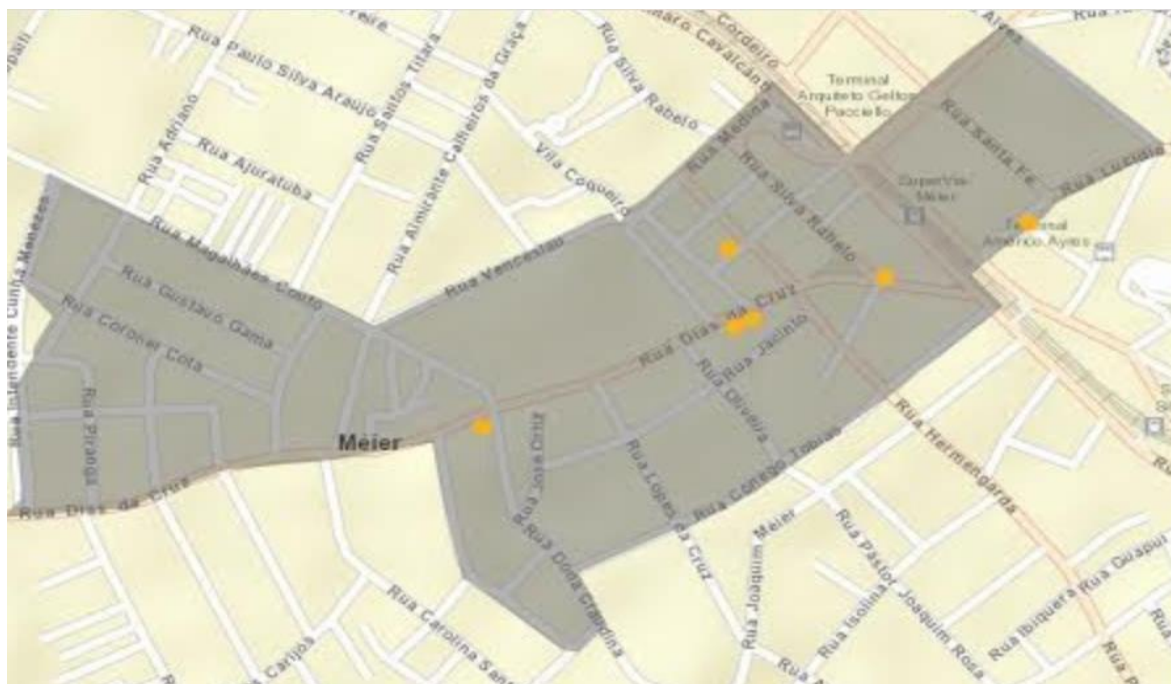
```
tb=table(bd$datf)
```

```
tb
```

```
barplot(tb)
```

APÊNDICES F - Méier Presente

Mapa 3 - Rua Dias da Cruz / Rua Venceslau / Rua Santa Fé / Rua Lucídio Lago / Rua Silva Rabelo / Rua Magalhães Couto / Rua Coronel Cota/ Rua Gustavo Gama / Rua Piranga / Rua Bueno Paiva / Rua Leite Ribeiro / Rua Conego Tobias / Rua Oliveira / Rua Jacinto / Rua José Ortiz / Rua Lopes da Cruz / Rua Hermengarda, 111-151 / Rua Oldegard Sapucaia / Rua Dona Claudina / Rua Affonso Arinos / Rua José Veríssimo / Rua Medina / Rua Silva Rabelo / Rua Ana Barbosa / Rua Grauben Barbosa / Rua Constança Barbosa.



APÊNDICES G - Códigos das tabelas do Méier Presente gerados no Rstudio

Roubo de rua – Méier Presente (Script do Rstudio)

```

datas = sort(bd$datf)
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
bd$regmes
tb = table(bd$regmes)
tb
barplot(tb)

# Usando o ggplot

library(ggplot2)
inicio = as.Date("01/12/2015", format="%d/%m/%Y")
inicio

# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+
  geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês',y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name = 'Delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=12-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.5) +
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))

#####
bd$inicio = 'Antes'
ano1 = as.Date("01/10/2016", format="%d/%m/%Y")
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'depois'
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = NA
tb = table(bd$inicio)
tb

# Roubo por dia

```

```

tb.antes          =          table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
tb.depois=          table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])
Antes depois
  195     98

```

```
mean(tb.antes)= [1] 1.24359
```

```
mean(tb.depois)= [1] 1.237557
```

```
t.test(tb.antes, tb.depois)
```

```
Welch Two Sample t-test
```

```
data: tb.antes and tb.depois
```

```
t = 0.11927, df = 281.85, p-value = 0.9051
```

```
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
```

```
95 percent confidence interval:
```

```
-0.09353647  0.10560283
```

```
sample estimates:
```

```
mean of x mean of y
```

```
1.243590  1.237557
```

Roubo de veículos – Méier Presente (Script do Rstudio)

```

datas = sort(bd$datf)
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
bd$regmes
tb = table(bd$regmes)
tb
barplot(tb)

```

```

# Usando o ggplot
library(ggplot2)
inicio = as.Date("01/12/2015", format="%d/%m/%Y")
inicio

# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+
  geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês',y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name = 'Delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=12-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.5) +
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))

#####

bd$inicio = 'Antes'
ano1 = as.Date("01/10/2016", format="%d/%m/%Y")
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'depois'
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = NA
tb = table(bd$inicio)
tb

Antes depois
     9     10

# Roubo por dia
tb.antes = table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
tb.depois= table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])

```

```
mean(tb.antes)= [1] 1
mean(tb.depois)= [1] 1.045977
```

```
t.test(tb.antes, tb.depois)
```

Welch Two Sample t-test

```
data: tb.antes and tb.depois
t = -2.0358, df = 86, p-value = 0.04485
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.090872486 -0.001081537
sample estimates:
mean of x mean of y
 1.000000  1.045977
```

Letalidade violenta – Méier Presente (Script do Rstudio)

```
datas = sort(bd$datf)
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
bd$regmes
tb = table(bd$regmes)
tb
barplot(tb)

# Usando o ggplot

library(ggplot2)
inicio = as.Date("01/12/2015", format="%d/%m/%Y")
inicio

# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+
```

```

    geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês',y='Frequência')+
    scale_fill_grey(name = 'Delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
    geom_vline(xintercept=12-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.5) +
    theme_minimal()+
    theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))
#####
bd$inicio = 'Antes'
ano1 = as.Date("01/10/2016", format="%d/%m/%Y")
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'depois'
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = NA
tb = table(bd$inicio)
tb

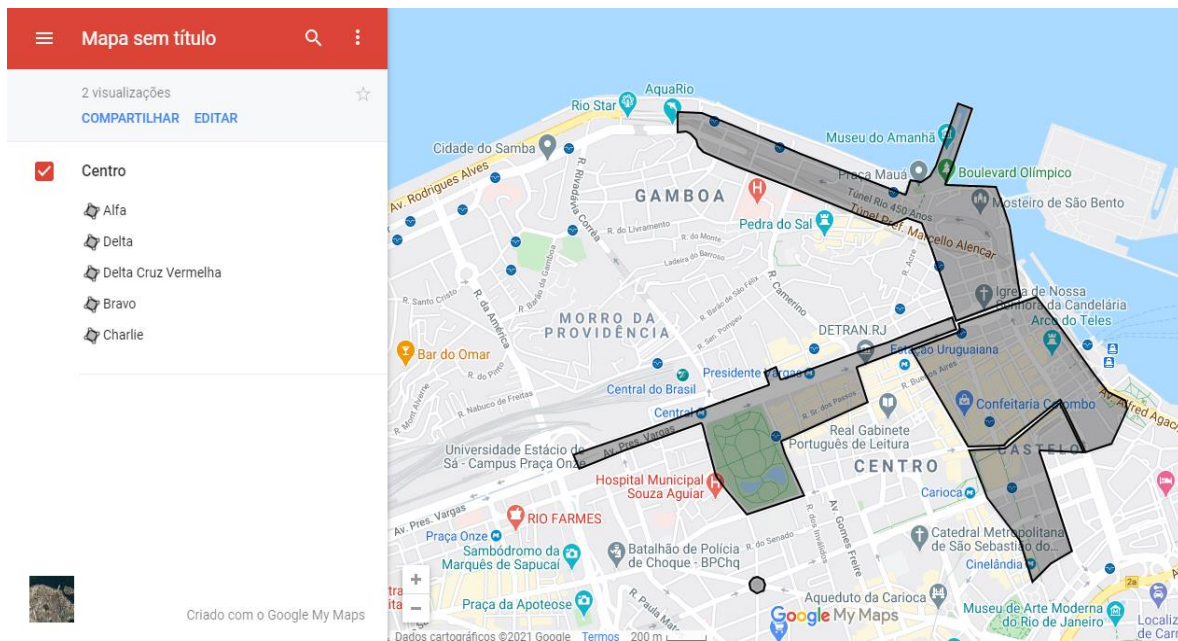
# Roubo por dia
tb.antes = table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
tb.depois= table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])

mean(tb.antes)
mean(tb.depois)

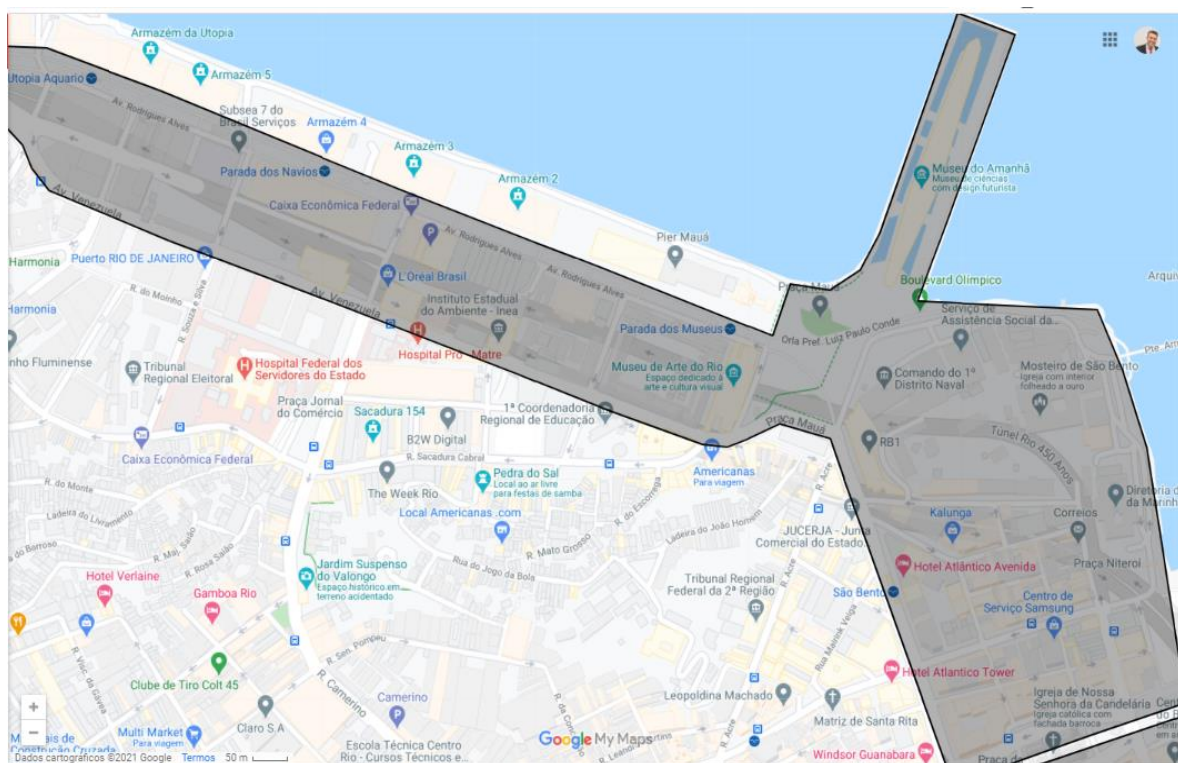
t.test(tb.antes, tb.depois)

```

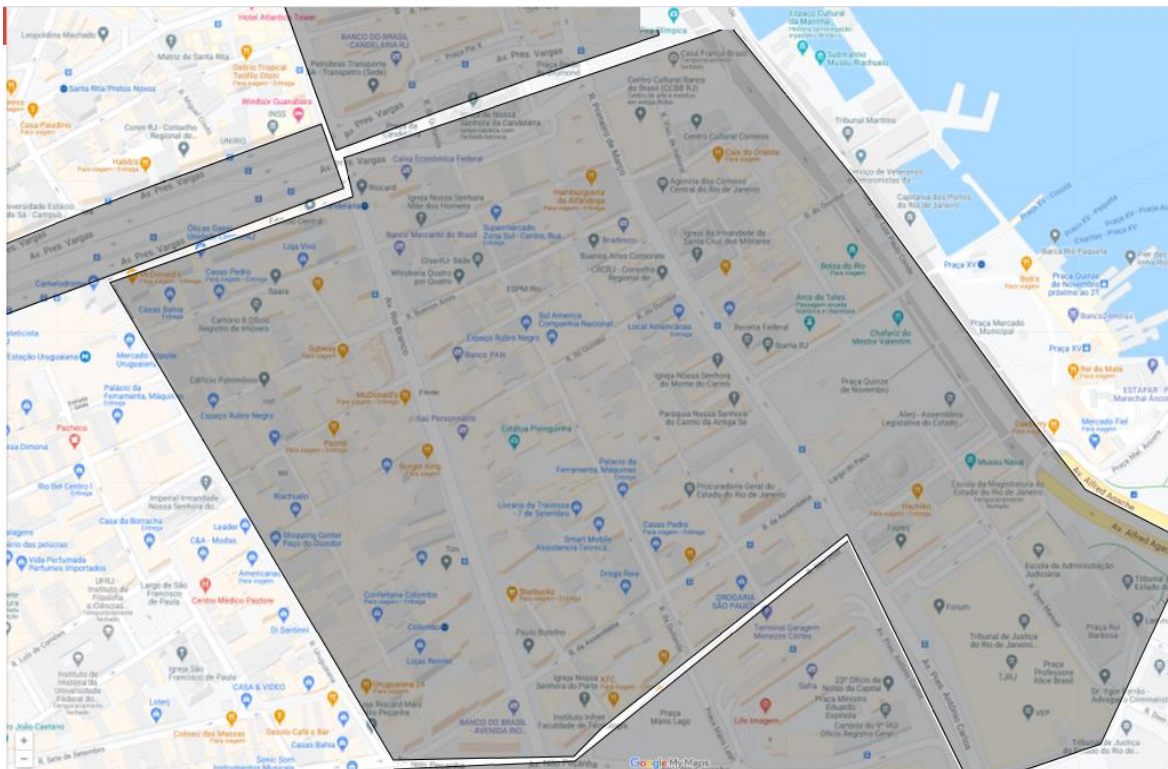
APÊNDICES H - Centro Presente



APÊNDICES I - Base Alfa



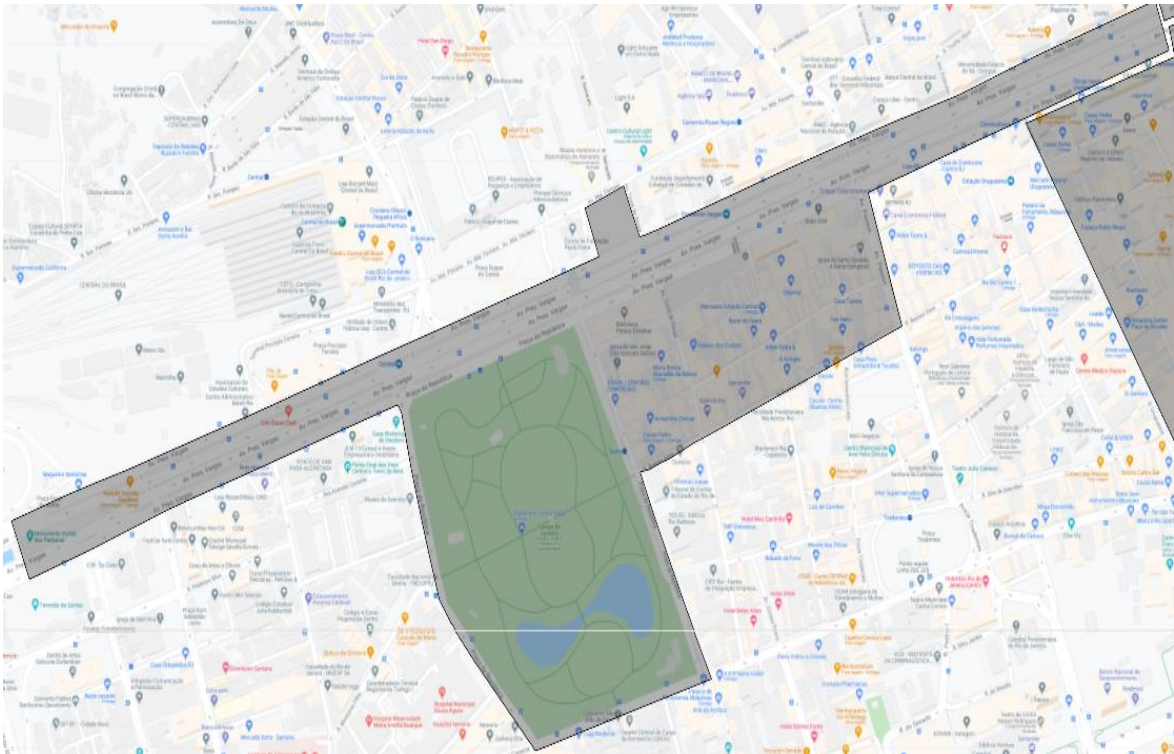
APÊNDICES J - Base Bravo



APÊNDICES L - Base Charlie



APÊNDICES M - Base Delta



APÊNDICES N - Códigos das tabelas do Centro Presente gerados no Rstudio

Roubo de rua – Centro Presente (Script do Rstudio)

```

datas = sort(bd$datf)
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
bd$regmes
tb = table(bd$regmes)
tb
barplot(tb)

# Usando o ggplot
library(ggplot2)
inicio = as.Date("04/07/2016", format="%d/%m/%Y")
inicio

# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+

```

```

geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês',y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name = 'Delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=19-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.8) +
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))

```

```
#####
```

```

bd$inicio = 'Antes'
ano1 = as.Date("04/07/2016", format="%d/%m/%Y")
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'depois'
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = NA

```

```
tb = table(bd$inicio)
```

```
tb
```

```
# Roubo por dia
```

```
tb.antes = table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
```

```
tb.depois= table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])
```

```
Antes depois
```

```
658 502
```

```
mean(tb.antes) = [1] 2.314488
```

```
mean(tb.depois) = [1] 2.188546
```

```
t.test(tb.antes, tb.depois)
```

```
> t.test(tb.antes, tb.depois)
```

Welch Two Sample t-test

```

data:  tb.antes and tb.depois
t = 1.2556, df = 532.36, p-value = 0.2098
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.07109684  0.32297960
sample estimates:
mean of x mean of y
 2.314488  2.188546

```

Roubo de veículos – Centro Presente (Script do Rstudio)

```

datas = sort(bd$datf)
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
bd$regmes
tb = table(bd$regmes)
tb

barplot(tb)

# Usando o ggplot

library(ggplot2)
inicio = as.Date("04/07/2016", format="%d/%m/%Y")
inicio

# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+
  geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês',y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name = 'Delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=08-0.5, linetype="dashed", color = "red",
size=0.8) +

```

```

theme_minimal()+
theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))

#####

bd$inicio = 'Antes'
ano1 = as.Date("04/07/2017", format="%d/%m/%Y")
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'antes'
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = 'depois'

tb = table(bd$inicio)
tb

# Roubo por dia
tb.antes          =          table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
tb.depois=          table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])

mean(tb.antes)
mean(tb.depois)
antes  Antes  depois
   9     1     71
t.test(tb.antes, tb.depois)

Welch Two Sample t-test

data:  tb.antes and tb.depois
t = 1.2556, df = 532.36, p-value = 0.2098
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.07109684  0.32297960
sample estimates:

```

```
mean of x mean of y
2.314488 2.188546
```

Letalidade violenta – Centro Presente (Script do Rstudio)

```

datas = sort(bd$datf)
bd$regmes = format(datas, '%y/%m')
bd$regmes
tb = table(bd$regmes)
tb
barplot(tb)

# Usando o ggplot

library(ggplot2)
inicio = as.Date("04/07/2016", format="%d/%m/%Y")
inicio

# Gráfico ggplot Roubo
p <- ggplot(bd, aes(x=regmes, fill=Delito))+
  geom_bar(stat='count', size=1)
p + labs(x='Mês', y='Frequência')+
  scale_fill_grey(name = 'Delito', start=0.2, end=0.8,
na.value="red") +
  geom_vline(xintercept=5,6 -0.5, linetype="dashed", color =
"red", size=0.8) +
  theme_minimal()+
  theme(axis.text.x = element_text(angle=90, vjust=0.5, hjust=1))

#####

bd$inicio = 'Antes'
ano1 = as.Date("04/07/2016", format="%d/%m/%Y")

```

```

bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>inicio] = 'antes'
bd$inicio[as.Date(bd$datf, format="%d/%m/%Y")>ano1] = 'depois'
Antes depois
      6      10
tb = table(bd$inicio)
tb

# Roubo por dia
tb.antes = table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")<inicio])
tb.depois= table(bd$datf[as.Date(bd$datf,
format="%d/%m/%Y")>=inicio])

mean(tb.antes) = [1] 1.2
mean(tb.depois) = [1] 1.111111

t.test(tb.antes, tb.depois)

Welch Two Sample t-test

data: tb.antes and tb.depois
t = 0.38851, df = 6.5387, p-value = 0.71
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.4599513  0.6377291
sample estimates:
mean of x mean of y
 1.200000  1.111111

```